

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA

A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO
NAS FAZENDAS DE CAFÉ:
1850 - 1888

Vol. II

Pedro Carvalho de Mello

*PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA
(PNPE)*

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA/INPES.

*PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA
(PNPE)*

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA/INPES.

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE
Série Fac-Símile nº 16

19503 212

A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO
NAS FAZENDAS DE CAFÉ: 
1850 - 1888
Vol. II
Pedro Carvalho de Mello

(Versão apresentada ao PNPE em novembro/82)

Rio de Janeiro
Outubro - 1984

Os trabalhos reproduzidos na *Série Fac-Simile* são produto de pesquisas financiadas pelo PNPE e a tiragem deste volume é de 30 exemplares. Os textos não são submetidos a nova revisão dos autores e representam a cópia fiel dos originais datilográficos entregues ao INPES/IPEA por ocasião do término dos projetos.

As opiniões emitidas neste trabalho são da inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s) autor(es), e não exprimem necessariamente o ponto de vista das entidades promotoras do PNPE.

SUMÁRIO

VOLUME I

Introdução	9
Capítulo 1: A Economia do Café	59
Capítulo 2: Demografia da Mão-de-Obra Escrava	95
Capítulo 3: Compra, Venda e Aluguel de Escravos no Rio de Janeiro	133
Capítulo 4: Características do Mercado Local de Escravos na Região Cafeeira	165
Capítulo 5: Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX - Anexos 1 e 2	

VOLUME II

Capítulo 6: Os Fazendeiros de Café e o Mercado Financeiro e de Capitais, 1871-1888	223
Capítulo 7: Lucratividade da Escravidão	253
Capítulo 8: Viabilidade Econômica da Escravidão	287
Capítulo 9: Papel dos Fatores Econômicos na Abolição da Escravidão	323
BIBLIOGRAFIA	398

CAPÍTULO 6

OS FAZENDEIROS DE CAFÉ E O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS-1871-88*

Pedro Carvalho de Mello**

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, a produção e a exportação de café constituíam-se na principal atividade econômica do Brasil. Os fazendeiros de café tornaram-se o segmento mais importante da elite empresarial do país, ganhando cada vez mais expressão econômica, social e mesmo política. No período compreendido entre 1871 e 1888, ocorre também um dos mais expressivos momentos de nossa história financeira, caracterizando-se pela diversificação e fortalecimento da intermediação - principalmente da nascente atividade bancária -, pela criação de novos instrumentos de crédito e capitalização e pelo desenvolvimento institucional do sistema financeiro¹.

Dando-se nessa época um desenvolvimento simultâneo da economia cafeeira e do sistema financeiro no país, não ficaram os fazendeiros de café alheios a esse fenômeno. Com efeito, a evidência histórica disponível mostra que pelo menos um segmento da classe dos fazendeiros de café fazia investimentos em ações e outros títulos². Assim, encontramos entre os itens listados no inventário de 1873 do Barão de Nova Friburgo - um dos grandes fazendeiros de café do país nessa época - uma relação de ações de bancos e companhias de seguro e de obrigações governamentais, avaliadas em 8.371 libras esterlinas³. De acordo com um participante do Congresso Agrícola de 1878, os fazendeiros da grande lavoura dividiam-se em três classes: capitalista, a remediada e a que sofre⁴, a primeira das quais sendo formada por fazendeiros que também faziam aplicações financeiras⁴.

Após este breve histórico, cabe mencionar que este artigo tem por objetivo estimar as taxas de retorno que os fazendeiros de café poderiam obter, caso decidissem investir em aplicações financeiras existentes nos anos de 1871 a 1888. Não tentamos estimar essa taxa de retorno de um ponto de vista social, pois nosso propósito está voltado para as decisões marginais dos fazendeiros de café no tocante a investimentos, considerando-se devidamente as diferenças em risco e rentabilidade das diversas alternativas disponíveis.

1. APLICAÇÕES EM LETRAS COMERCIAIS, DEPÓSITOS, APÓLICES E DEBÊNTURÉS

Não existem estudos publicados que contenham séries sistemáticas de taxas de juros para o século XIX no Brasil. Podemos, todavia, baseados na informação obtida com pesquisa realizada em relatórios governamentais, jornais, London Stock Exchange Year Book e outras fontes, estimar várias séries de taxas de retorno para diversas oportunidades de investimento, com os diferentes graus de risco envolvidos. Isto pode resultar numa aproximação ou sugerir a ordem de grandeza das possíveis taxas de retorno.

Apresentamos, na Tabela 1, a seguir, os rendimentos proporcionados por diversos ativos financeiros, para o período 1870-88, que podem ser indicativos das taxas de retorno obtíveis nas oportunidades de investimento existentes para os fazendeiros, caracterizadas por riscos relativamente pequenos e maior liquidez.

VER TABELA 1

A Coluna (1) mostra a taxa de juros anual média, em termos reais, de títulos comerciais de curto prazo até um ano (Le-

Tabela 1 - Rendimentos em Depósitos, Letras, Apólices Governamentais e Debêntures de Ferrovias - 1870-83

(em%)

Anos	Títulos Comerciais (Letras)	Taxa de juros de depósitos à vista	Títulos Governamentais (Apólices)		Debêntures de Ferrovias	
			Juros	Juros e ganhos de capital	Juros	Juros e ganhos de capital
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1870	-	4,7	-	-	-	-
71	-	5,1	-	-	-	-
72	-	4,5	-	-	-	-
73	-	5,3	-	-	-	-
74	-	5,3	5,8	5,8	-	-
75	-	4,9	5,8	5,4	-	-
76	7,3	5,2	5,8	5,3	-	-
77	8,0	-	5,8	4,1	-	-
78	6,2	3,0	5,7	8,7	-	-
79	6,4	4,4	5,7	4,8	-	-
1880	7,4	-	5,8	4,7	-	-
81	5,9	-	5,6	9,1	-	-
82	7,4	-	5,5	5,3	7,3	7,3
83	8,3	-	5,5	7,7	7,6	7,3
84	8,3	-	5,6	6,2	7,9	5,4
85	7,3	-	5,6	7,6	8,0	9,2
86	7,7	-	6,9	0,9	-	-
87	9,9	-	5,3	1,0	-	-
1888	8,8	-	5,3	4,7	-	-

Notas e Fontes:

(1) Taxa média anual de juros em títulos comerciais de primeira linha do Rio de Janeiro: basicamente para capital de giro, financiado pela emissão de letras (títulos de curto prazo, até um ano). As taxas anuais são a média aritmética das médias simples dos dados mensais máximos e mínimos, publicados no Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio, números anuais, 1876-88. Para deflacionar estes e os demais valores necessários para a elaboração em Tabela, utilizamos o Índice de Preços de Buescu, em: BUESCU, M. 307 anos de inflação. Rio de Janeiro, APEC, 1973, p. 223;

(2) Taxas de juros de depósitos à vista dos bancos comerciais do Brasil: a coluna (2) foi elaborada com base na informação contida nos balanços dos bancos comerciais apresentada em: Ministério da Fazenda. Relatórios, 1869-81; números anuais. Os bancos, localizados em diversas províncias do Brasil, eram: Banco do Brasil; English do Rio de Janeiro; Rural e Hypothecario; Commercial do Rio de Janeiro; Campos; da Bahia; Caixa Reserva e Mercantil da Bahia; Caixa Econômica da Bahia; Caixa Commercial Alagoas; do Maranhão; do Rio Grande do Sul; Sociedade Comercio da Bahia; Commercial do Maranhão; Commercial do Pará; Companhia União dos Lavradores; Sociedade Industrial e Mercantil; Hypothecario e Commercial do Maranhão;

(3) Títulos governamentais, juros reais;

(4) Títulos governamentais, soma dos juros reais e ganhos de capital (taxas): com base na média anual aritmética dos valores máximos e mínimos das Apólices de 6% e valor nominal de 1:000\$000" (1874-86) das "Apólices de 5% e valor nominal de 1:000\$000" (1886-88), em: Jornal do Commercio. Retrospecto Commercial, Rio de Janeiro, 1880;

(5) Taxas de juros médias anuais em debêntures de ferrovias (taxa real de juros); e

(6) Taxas de retorno médias anuais em debêntures de ferrovias (soma das taxas reais de juros e ganhos de capital): baseadas nas informações sobre valores nominais, de mercado e outras informações sobre debêntures de ferrovias, apresentadas em: Jornal do Commercio. Retrospecto Commercial, Rio de Janeiro, 1881-85. As empresas são as seguintes: Machô-Campos; Sorocabana; Leopoldina; Mogiana; Santo Antônio de Pádua; Santa Isabel do Rio Preto; Ceste de Minas; Carris Urbanos; Príncipe do Grão-Pará; Carris de Niteroy.

tras) e outras obrigações na praça do Rio de Janeiro, no período 1876-88. O Rio de Janeiro naquele tempo era a cidade mais desenvolvida, com o maior porto exportador de café do país e funcionava como o principal mercado monetário e de capitais. As taxas anuais médias não flutuavam muito, e a tendência central situava-se nitidamente na faixa de 7% a 8%⁵.

Os bancos comerciais remuneravam, com taxas de juros, os depósitos à vista. Talvez esta fosse a menor taxa de retorno que poderia ser obtida ao se investir (ou depositar) seu dinheiro. Em média, as taxas de juros dos depósitos à vista, em termos reais, variavam na faixa de 4,5% a 5% (veja Coluna (2) da Tabela 1).

As apólices governamentais também pertenciam ao grupo das oportunidades de investimento existentes, apresentando um pequeno risco em termos relativos. Para estimar a taxa anual de retorno nesses títulos governamentais, bem como em outras obrigações, debêntures, apólices e ações, será usado o seguinte método: suponha-se que um fazendeiro de café fizesse um investimento este ano, comprando uma obrigação ou uma ação. Deste modo, daqui a um ano terá obtido uma remuneração em juros ou dividendos, mais uma taxa de ganhos ou perdas de capital, e pode-se ter ambas medidas em termos reais e em taxas. Para tal avaliação, o preço mensal de um determinado título ou ação foi obtido como a média entre os extremos de preços mais alto e mais baixo - observáveis no mês de referência. Os preços anuais são uma média aritmética simples desses preços mensais. A taxa nominal de juros ou dividendos ao fim do período, multiplicada pelo valor nominal da obrigação ou ação e deflacionada por um, mais a variação no índice de preços, resulta nos juros ou dividendos totais anuais da obrigação ou ação em termos reais. Este dado, dividido pelo preço anual médio de mercado, mostra a taxa real de juros ou dividendos no ano em análise. A taxa de ganho de capital para determinado ano é calculada dividindo-se a diferença entre o preço em termos reais de obrigação ou ação no ano seguinte (isto é, no fim do período anual) pelo preço desta ação ou obri-

gação no corrente ano (começo do período). A taxa anual de retorno, portanto, é a soma da taxa de juros ou dividendos reais com a taxa dos ganhos de capital em termos reais⁶.

As estimativas sobre a taxa real de retorno em obrigações do governo também são apresentadas na Tabela 1. A Coluna (3) mostra apenas a taxa real de juros, e a Coluna (4), a soma da taxa real de juros com a taxa real de ganhos de capital⁷.

Quando considerado apenas o componente da taxa real de juros, observa-se a ocorrência de pequenas flutuações de ano para ano, e o valor central situa-se claramente entre 5% e 6%. Quando considerada a soma de juros e ganhos de capital, entretanto, a taxa real assim obtida mostra amplas flutuações de ano para ano, a distribuição sendo assimétrica para a direita. A tendência central varia entre 4,5% e 6%⁸.

As debêntures emitidas de estradas de ferro e carris de ferro, algumas com cláusulas preferenciais, também eram transacionadas no mercado de capitais do Rio de Janeiro. Há informações apenas para um pequeno período (1882-85), mas mesmo assim pode-se observar que, tanto para a taxa de juros reais (Coluna (5)), quanto para a soma das taxas de juros e ganhos de capital em termos reais (Coluna (6)), a tendência central está na faixa de 7% a 8%.

2. INVESTIMENTOS EM AÇÕES NEGOCIADAS NA BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO

Um outro indicador de aplicações financeiras disponíveis para os fazendeiros de café é representado pela taxa de retorno que prevalecia para o capital investido em transportes, manufaturas, seguro, bancos e outras atividades econômicas, caracterizadas por prazos mais longos e riscos relativamente maio-

res do que as oportunidades de investimento representadas na Tabela 1.

Embora no século XIX a atividade econômica por excelência fosse a agricultura, já nas décadas de 70 e 80 uma gama importante de atividades manufatureiras e de serviços emergira no país. Um levantamento feito pelo governo, em 1866, revelou a existência de 43.585 estabelecimentos comerciais e industriais no Brasil⁹. Uma pesquisa adicional realizada naquele mesmo ano, dentre 20.930 estabelecimentos comerciais e industriais, concluiu que 17.503 eram firmas limitadas e 3.427 (ou 16,4%) eram firmas com capital societário¹⁰.

No ano seguinte, 1867, realizou-se um levantamento sobre o número de companhias nacionais e estrangeiras que funcionavam no Império, relacionando o capital social, o número de ações emitidas e o valor de cada ação¹¹. Existiam 69 empresas nessa situação, com o capital nominal total de 108 mil contos ou 10 milhões de libras esterlinas¹².

Estas empresas, tal como podemos verificar na Tabela 2, pertenciam aos gêneros de transporte terrestre, seguros, navegação, iluminação pública, mineração, abastecimento de água, etc... Destas, 20 eram de capital estrangeiro, com um capital médio por empresa de 303.459 libras esterlinas, e 49 eram de capital nacional, com um capital médio por empresa de 83.165 libras esterlinas.

VER TABELA 2

Em fins do Império, a legislação comercial brasileira estava se consolidando, tendo como modelo a estrutura jurídica que disciplinava a economia do países mais adiantados, em especial a França, Inglaterra e Estados Unidos. Em 4 de novembro de 1882 foi instituída a Lei nº 3.150, que determinou as bases jurídicas para a constituição das sociedades comerciais por ações. Semanas após, mediante o Decreto nº 8.821, de 30

Tabela 2 - Número e Capital Social das Companhias Nacionais e Estrangeiras Funcionando no Império em 1867, segundo Ramos de Atividade

Atividades Econômicas	Número	Capital Total (milhares de contos)
Navegação Marítima e Fluvial	17	16.570
Transporte Terrestre	8	50.012
Seguros	21	18.200
Exploração de Mercado	3	780
Reboque de Navios	2	300
Abastecimento d'Água	4	2.187
Cortume de Couros	1	200
Iluminação da Cidade	5	7.561
Fiação e Tecelagem de Algodão	1	250
Esgoto e Limpeza de Casas	1	<u>7.555</u>
Mineração de Ouro	5	4.388
Fabrico de Velas, Óleos e Sabões	1	500
TOTAL	<u>69</u>	<u>108.503</u>

Fonte: Relação das Companhias Nacionais e Estrangeiras que funcionam no Império. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório. Rio de Janeiro, 1867. Anexo 2.

de dezembro de 1882, foi estabelecida a regulamentação das sociedades anônimas.

Em 1887, o governo publicou um outro levantamento com uma relação das sociedades anônimas organizadas depois da Lei nº 3.150/1882, funcionando em fins de 1886¹³. Já nessa época, tendo-se passado vinte anos do levantamento anterior, o número de empresas nessa situação atingia a 135, com um capital total de 270 mil contos, equivalente a 25 milhões de libras esterlinas¹⁴. Em relação ao levantamento de 1867, observa-se também uma maior diversificação, como se pode verificar na Tabela 3, que mostra a relação das empresas em 1887.

VER TABELA 3

Selecionando as sociedades anônimas que operavam em diversos gêneros de atividade no Brasil (bancos, ferrovias, bondes, navegação, seguro, estradas, praças, iluminação a gás e outras) e cujas ações eram ativamente transacionadas no mercado acionário, pode-se estimar as taxas anuais de retorno. Desta forma, tem-se uma idéia da rentabilidade obtida em bens de capital, com as características de longo prazo e relativamente um alto risco.

Havia um ativo mercado secundário de debêntures e ações de diversas empresas, as quais eram negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio publicou, durante vários anos, o capital e o número, o valor nominal e o valor de mercado de ações e títulos e a taxa nominal de dividendos. Tais dados, obtidos de uma amostra de 65 empresas, com um total de 176 mil contos de capital ou 17 milhões de libras esterlinas, foram utilizados para derivar as taxas médias de rentabilidade em investimentos realizados nessas atividades, de acordo com as ações negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1877, 1878 e 1882¹⁵.

Tabela 3 - Número e Capital Social das Sociedades Anônimas em Funcionamento em 31/12/1886, segundo Ramos de Atividade.

Atividades Econômicas	Número	Capital Total (milhares de contos)
Estradas de Ferro	14	51.356
Bancos e Caixas Bancárias	13	87.400
Seguros (Marítimos e Terrestres)	13	32.500
Carris de Ferro	13	25.600
Fiação e Tecelagem	15	12.310
Navegação	5	11.300
Mineração	6	6.900
Engenhos Centrais de Açúcar	9	6.300
Cargas e Descargas	2	6.000
Imigração e Colonização	5	5.000
Abastecimento d'Água	2	3.700
Eletricidade e Telefones	4	3.350
Fabricação Industrial	6	2.878
Construção e Edificação	6	2.675
Carruagens de Aluguel	1	800
Divertimentos	4	254
Artefatos Cerâmicos e Metálicos	4	338
Fabricação de Dinamite	1	180
Socorros Mútuos	2	105
Lavanderia a Vapor	1	100
Coudelaria	1	45
Pastoril Agrícola	1	8.000
Companhia Comissária	1	1.000
Comércio e Lavoura	1	800
Exploração de Mercado	1	500
Jardim Zoológico	1	263
Comércio de Loterias	1	200
Empresa Educadora	1	50
Locação e Consumo	1	25
	<u>135</u>	<u>269.929</u>

Fonte: Resumo da Relação das Sociedades Anonymas, organizadas depois da Lei nº 3.150 de 4 de novembro de 1882, que achavam-se funcionando até 31 de dezembro do anno passado. In: BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório. Rio de Janeiro, 1887.

· VER TABELA 4

As taxas de retorno calculadas para cada uma das nove atividades econômicas apresentadas na Tabela 4 são uma média ponderada, sendo os pesos, o volume de capital de cada empresa. Tanto a média simples quanto a ponderada, para o total das empresas, mostram flutuações, com os valores centrais situando-se na faixa de 11% a 12% neste período.

Embora os dados apresentados na Tabela 4 cubram apenas três anos, indicam que as taxas de retorno nessas atividades flutuaram bastante durante esse período. Isto se devia, em parte, ao pequeno e ainda incipiente mercado de capitais do país. Mais importante, contudo, essas flutuações sugerem que algumas destas atividades econômicas, tais como ferrovias e manufaturas, representaram um grande risco para investimentos¹⁶.

3. AÇÕES DE EMPRESAS BRASILEIRAS OU OPERANDO NO BRASIL NEGOCIADAS NA BOLSA DE LONDRES

As taxas de retorno de investimento em ações de empresas apresentadas na Tabela 4 abrangem apenas os anos de 1877, 1878 e 1882. Uma cobertura completa para o período pode ser obtida pelo uso das informações contidas no London Stock Exchange Year Book¹⁷. Foram selecionadas apenas as empresas que operavam unicamente no Brasil, ainda que algumas tivessem seu domicílio legal na Inglaterra. Em relação ao contexto deste artigo, entretanto, não é de relevância a localização do domicílio legal da empresa, já que os títulos (ações, debêntures, obrigações) emitidos em Londres podiam e eram transacionados no Brasil, além de, em alguns casos, serem cotados simultaneamente na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e na de Londres¹⁸.

Tabela 4 - Taxas Médias Anuais de Rentabilidade^a Obtidas em Ações Transacionadas no Rio de Janeiro, Segundo Diversas Atividades Econômicas, nos anos de 1877, 1878 e 1882

Atividades Econômicas	Capital Realizado em 1878 (Contos)	em %		
		1877	1878	1882
Bancos ^b	72.132	16,98	15,46	6,47
Ferrovias ^c	24.676	-3,46	10,32	-4,25
Bondes ^d	11.200	8,45	11,78	10,19
Navegação ^e	7.432	55,84	50,25	12,48
Seguros ^f	25.800	16,18	25,36	29,90
Estradas particulares ^g	1.980	10,65	13,34	0,95
Praças de mercado ^h	1.000	2,64	-1,30	0,26
Iluminação a gás ⁱ	8.100	20,02	-20,12	-5,20
Outros ^j	23.601	-3,61	27,56	-1,72
	175.921			
Média Simples das Taxas		11,52	12,52	5,12
Média Ponderada (pelo Capital) das Taxas		11,47	16,45	6,45

Nota: ^a Soma da taxa real de dividendos e da taxa de ganhos de capital em termos reais. As taxas obtidas para cada atividade econômica são uma média ponderada pelo estoque de capital de cada uma das empresas incluídas na categoria.

^b Bancos: do Brasil; Rural e Hypothecario; Commercial do Rio de Janeiro; English of Rio de Janeiro; Industrial e Mercantil; Mercantil de Santos; Predial; do Commercio.

^c Ferrovias: Petrópolis; Macahê a Campos; Paulista; Sorocabana; Leopoldina; Nitheroyense; Campos a São Sebastião; São Paulo e Rio de Janeiro; União Valenciana.

^d Bondes: São Christovão; Jardim Botânico; São Paulo; Pernambuco; Pelotas; São Luiz do Maranhão; Porto Alegre; Villa Isabel; Locomotora e Carris Urbanos.

^e Navegação: Navegação Brasileira; Espírito Santo e Campos; União Nitheroyense; Ferry; Paulista; Fluvial do Espírito Santo.

^f Seguros: Fidelidade; Argos Fluminense; Garantia; Nova Permanente; Nova Regeneração; Confiança; Integridade; Popular Fluminense.

^g Estradas Particulares: União e Indústria; Magé a Sapucaia.

^h Praças de Mercado: da Glória; da Harmonia; do Mercado Nitheroyense.

ⁱ Iluminação a Gás: do Rio de Janeiro; de Nitheroy; de Campos.

^j Outros: Transportes Marítimos de Salvamento; Fidei Marítimos; Docas de Dom Pedro II; Brazil Industrial; União Industrial; Florestal Paranaense; Melhoramentos de Santos; Garruagens Fluminense; Commercio e Lavoura; Architectonica; Petropolitana; Eccônia Auxiliar; Pastoril, Agrícola e Industrial; Material para Construção; Industrial Fluminense.

Fonte: A taxa nominal de dividendos, capital, valor nominal e valor de mercado das ações foram extraídas de Jornal do Commercio, Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio, 1874-88. Veja, para o índice de preços, IBISRU, N. 500 anos de inflação. Rio

Essas empresas, bastante expressivas no cenário econômico do país, na segunda metade do século XIX; representaram o início da modernização brasileira numa série de atividades econômicas, podendo-se concordar com Manchester e Graham que, em muitos sentidos, os britânicos foram proeminentes durante este período, particularmente como uma fonte de investimento estrangeiro no Brasil¹⁹.

A Tabela 5 apresenta o número e o capital de sociedades anônimas britânicas operando no Brasil até 1888, a maioria tendo seu domicílio legal em Londres (ferrovias, navegação e portos, gás, drenagem d'água e bondes, telégrafos, bancos, mineração, diversos, usinas de açúcar, fiação, moinho de trigo, etc.).

VER TABELA 5

As informações sobre o capital realizado, até 1888, não estão disponíveis para todas as empresas. As cifras sobre o capital em libras esterlinas correntes foram deflacionadas pelo Índice de Preços de Sauerbeck-Statist²⁰, a fim de obtermos os resultados em libras esterlinas com os valores do ano de 1888.

Este estoque total de capital de investimentos britânicos no Brasil até 1888 - aproximadamente 47 milhões de libras esterlinas - é bastante expressivo e revela a importância dos negócios ingleses no Brasil, durante este período²¹. Para ilustrar essa afirmação, calculou-se, a partir do Brazilian Year Book de 1908, o capital total de todas as sociedades anônimas brasileiras (excluindo ferrovias) com operações legais no Brasil criadas antes de 1888, mas ainda existentes em 1908. O total de capital inicial em mil-réis das 54 empresas, convertido em libras esterlinas e deflacionado pelo Índice de Preço de Sauerbeck-Statist, representa aproximadamente 13 milhões de libras esterlinas²². Acrescentou-se a esta cifra, o capital total de 37 ferrovias brasileiras operando e tendo seu domicílio legal no Brasil - o que foi obtido com base nas informações de South American Journal e do Relatório de Pessoa sobre ferrovias no Brasil²³. Além disso, o capital reali-

Tabela 5 Investimentos Ingleses em Sociedades Anônimas no Brasil até 1888 (Número e Capital Segundo as Atividades Econômicas)^a

Atividades Econômicas	Número	Capital em milhares de libras esterlinas de 1888 ^b
Ferrovias	21	30.047
Navegação e Portos	17	3.398 ^c
Gás, Drenagem d'Água e Bondes	20	4.804 ^c
·Telégrafo	3	2.805
Bancos	3	3.446
Mineração	7	988
Diversas	9	1.103 ^c
	80	46.591

s e Fontes:^a Esta lista foi adaptada de: London Stock Exchange. The stock exchange year-book: 1881, 1887 e 1890; Railways of South America, I - Empire of Brazil. The South American Journal and River Plate Mail, 11 de julho de 1885, p. 541; Pessoa Jr., Cyro D.R. Estudo descritivo das estracas de ferro do Brazil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886. Apendice: Wileman, I.P. Brazilian year book, II. Rio de Janeiro, The Offices of the Brazilian Year Book, 1909; Mulhall, Michael G. The English in South America. Buenos Ayres, Standard Office, 1878. p. 551.

^b Mitchell, B.R. & Deane, P. Sauerbeck - Statist price index. In: Abstract of British Historical Statistics. Cambridge, Cambridge at the Univ. Press, 1962. p. 474-5.

^c Os dados sobre o estoque de capital para algumas empresas incluídas nessas atividades não se encontravam disponíveis, portanto o total assinalado não abrange o volume total de capital desta categoria.

zado em mil-réis, se aplicado o mesmo tipo de cálculo utilizado anteriormente, mostra um total de quase 26 milhões de libras esterlinas²⁴.

Agregando esses resultados, tem-se um total de 39.059.939 de libras esterlinas de 1888 do capital investido em sociedades anônimas brasileiras (como já definidas). Embora esta cifra subestime um pouco o estoque de capital, a estimativa encontrada de 39 milhões de libras esterlinas de estoque de capital brasileiro em sociedades anônimas, em comparação com o equivalente capital britânico de 47 milhões de libras esterlinas, mostra a importância desse último no cenário de investimentos no Brasil.

Com as informações contidas no London Stock Exchange Year Book, é possível construir séries de taxas anuais de retorno (soma de dividendos e taxas de ganhos de capital) para ferrovias, transportes e obras públicas, bancos e companhias de gás. Assim, foram obtidas cifras do preço médio de mercado das ações para apenas três períodos²⁵. Uma vez que houve um período de deflação de preços na Grã-Bretanha, entre 1870 e 1888, as taxas são apresentadas em seus valores reais²⁶.

As taxas de retorno são apresentadas na Tabela 6. Como na Tabela 4, o procedimento amostral utilizado selecionou as empresas mais estáveis e, portanto, as mais bem-sucedidas. Conseqüentemente, havia um viés, na direção de superestimativa, dessas taxas de retorno²⁷.

VER TABELA 6

Houve grandes flutuações nas taxas médias ponderadas²⁸ para cada uma das quatro atividades econômicas durante o período, mas a tendência central não variou muito entre elas, situando-se entre 9% e 10% para ferrovias, 8% e 9% para transportes e obras públicas, 11% e 12% para bancos e 10% e 11% para com-

Tabela 6 - Taxas Anuais Médias de Retorno^a em Ações de Diversos Investimentos Ingleses, Transacionadas na Bolsa de Valores de Londres (London Stock Exchange Market), 1870-88.

Ano	São Paulo Railway	Ferrovias	Transportes de Obras Públicas	Bancos	Gás	Média Ponderada ^b
1870	9,96	7,10	-	-	6,72	7,06
71	4,52	3,04	-	-	5,87	3,34
72	4,11	4,55	-	5,36	8,79	5,03
73	23,96	18,61	-	12,35	13,00	17,58
74	18,98	14,63	12,91	13,93	14,10	14,33
75	11,16	11,14	9,28	11,04	11,96	10,99
76	15,31	12,02	9,33	11,29	12,47	11,69
77	16,97	13,12	10,43	11,84	13,61	12,76
78	14,60	10,76	5,66	8,76	10,20	9,98
79	12,27	8,86	3,71	7,43	9,10	8,18
1880	12,58	6,99	4,71	10,88	8,26	7,10
81	13,27	9,05	9,15	14,63	12,86	9,77
82	6,29	8,06	10,43	15,93	13,26	9,31
83	14,38	11,10	12,45	16,93	12,78	11,80
84	10,42	10,77	12,44	17,40	12,71	11,58
85	14,24	10,09	7,51	14,96	10,06	10,12
86	10,66	7,31	4,86	12,18	7,08	7,33
87	4,90	4,01	5,74	9,02	5,89	4,71
1888	10,43	5,24	5,93	7,73	6,20	5,56

Notas: ^aSoma da taxa real de dividendos e da taxa de ganhos de capital em termos reais (média ponderada pelo capital dentro de cada uma das categorias de investimentos ingleses).

^bNão inclui separadamente a São Paulo Railway, uma vez que esta taxa de retorno já está incluída na média para todas as ferrovias.

Fontes: Para a taxa nominal de dividendos, capital, valor nominal e valor de mercado das ações, utilizamos o London Stock Exchange. The stock exchange year book, 1881 e 1890; para o índice de preços, usamos o Sauerbeck-Statist, publicação em Mitchell, B.R. & Deane, P., Abstract of British historical statistic, Cambridge, Cambridge at the Univ. Press, 1962.p. 474-5; as taxas de retorno da São Paulo Railway foram calculadas do valor nominal da ação, taxa nominal de dividendo e preços de mercado do Financial Record of the São Paulo Railway Company L.T.D., pesquisados e publicados por Graham, Richard. Britain and the onset of modernization in Brazil; 1850-1914. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1968.p. 326-9.

Lista das empresas incluídas na tabela:

Ferrovias: Bahia and São Francisco; Brazilian Imperial Central Bahia; Conde D'Eu; Great Western of Brazil; Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz; Minas and Rio; Porto Alegre and New Hamburg; Recife and San Francisco; San Paulo; San Paulo and Rio de Janeiro.

Transportes e obras públicas: Rio de Janeiro City Improvement; Brazilian Street Railway; Amazon Steam Navigation.

Bancos: English of Rio de Janeiro; London & Brazilian.

Gás: Bahia; Nictheroy; Pará; Rio de Janeiro; São Paulo.

Total do capital em ações (libras esterlinas): Ferrovias (10.790.000); Transportes e Obras Públicas (1.705.000); Bancos (1.000.000) e Companhias de Gás (1.270.000).

panhias de gas. Apresentamos também, como padrão de comparação, as taxas anuais de retorno (média de 12% no período) da São Paulo Railway Company, segundo Graham, "the most profitable British railway enterprise anywhere in Latin America²⁹".

Em relação ao total de investimentos britânicos apresentado na Tabela 6, obteve-se uma taxa de retorno média ponderada pela utilização do estoque total de capital de cada atividade econômica como o coeficiente de ponderação³⁰. A tendência central dessa taxa, agregada no período situa-se entre 9% e 10%, embora a distribuição seja assimétrica para a esquerda³¹.

Em resumo, os resultados apresentados nas Tabelas 1, 4 e 6 demonstram que as taxas de retorno estimadas para oportunidades de investimento de curto prazo, e com um risco relativamente bem pequeno, tais como depósitos à vista em bancos comerciais e aplicações em títulos governamentais, variavam entre 4% e 6%. As taxas obtidas na aplicação em títulos privados, como debêntures e letras comerciais, variavam de 7% a 9%. Para os investimentos de longo prazo e com um risco relativamente alto, tais como aplicações em sociedades anônimas (e numa amostra que privilegiou aquelas de maior sucesso), as taxas de retorno variavam entre 9% e 11%, ou mesmo alcançavam 12%.

4. TAXAS DE JUROS EM EMPRÉSTIMOS AOS FAZENDEIROS DE CAFÉ

Finalmente, foi considerado relevante estimar ainda qual o custo de capital enfrentado pelos fazendeiros de café, quando tomavam recursos no mercado financeiro. É comum, ao estudar as manifestações dos fazendeiros de café durante este período, encontrar testemunhos que confirmavam a informação de que tinham de pagar taxas de juros muito elevadas. Parte des

sas reclamações - algumas vezes os fazendeiros alegavam ter até de pagar taxas de 18% por empréstimos de longo prazo pode ser explicada pela facilidade de confundir taxas de juros com a soma das parcelas de amortização do principal com os juros propriamente ditos³².

Havia, entretanto, razões fundamentadas para tais reclamações. Durante o período de 1850-70, que se caracterizava não só por mercados monetários e de capitais muito imperfeitos e por meios de comunicação e transportes bastante rudimentares, mas também por surtos periódicos de altas de preços e por crises financeiras (como as de 1858 e 1864 no Rio de Janeiro), juntamente com um incipiente sistema bancário (com pouca expressão, por exemplo, de instituições hipotecárias), as taxas de juros cobradas aos fazendeiros eram sujeitas a grandes flutuações. De acordo com Laërne, nessa época, a maioria dos fazendeiros de café só podia utilizar seus próprios recursos para investimento nas suas fazendas, por falta de alternativas adequadas de financiamento³³.

Havia inclusive alguns meses atípicos em que, por um acúmulo de circunstâncias, essas taxas realmente eram superiores a 12%. Em média, todavia, segundo Ferreira Soares - provavelmente o especialista mais qualificado em assuntos estatísticos e econômicos da época - a taxa de juros de mercado (nos anos de 1860) situava-se em torno de 10%, em alguns casos com a adição de 2% como compensação de risco e do custo de transações³⁴. A mesma afirmação havia sido feita anteriormente por Lacerda Werneck. Segundo esse autor, a taxa de juros de empréstimos cobrada aos fazendeiros de café era composta de duas partes: uma era o aluguel do capital e a outra, o elemento de risco³⁵. Ainda de acordo com Werneck, a taxa de juros média, segundo sua definição, era de 12%, e as taxas de 15% a 18% alegadas por alguns observadores não eram representativas da média do mercado³⁶.

Como assinala Sweigart, durante os ciclos de prosperidade e recessão na economia cafeeira, o Comissário de Café permaneceu como a principal fonte de crédito agrícola. O envolvimento financeiro decorreu naturalmente de suas funções de negociação, e o Comissário assumiu o papel de canalizar o crédito das economias geradas no país e no exterior para os fazendeiros³⁷. Segundo o autor, "estes, na expectativa das vendas futuras da colheita, contraíam elevados montantes de débito de curto prazo junto aos Comissários. À medida que es-tendiam regularmente o prazo de seus créditos, os Comissários passaram a demandar garantias hipotecárias com base nas propriedades e promessas de futuros negócios dos fazendeiros de café. Quando os preços do café subiram, no início da década de 70, expandiram-se finalmente as opções de crédito para os fazendeiros de café, e os Comissários prazerosamente dividiram seu risco com os esperados Bancos Hipotecários. Os bancos, juntamente com os Comissários de Café, desempenharam o papel de intermediação entre as poupanças privadas e a produção de café. Em vistas dos riscos envolvidos na atividade de Bancos Hipotecários, estes cresceram devagar, de modo que os Comissários de Café continuaram a ser o elo fundamental entre a produção e o financiamento"³⁸.

Nas décadas de 70 e 80, a taxa média de juros oferecida aos fazendeiros de café havia baixado e oscilava entre 8% e 10%. A Tabela 7 apresenta a média anual da taxa de juros, em termos reais, cobrada para empréstimo pelos bancos comerciais dos principais centros financeiros do país, no período 1870-82. O período das décadas de 70 e de 80 foi caracterizado por uma inflação moderada em alguns anos (entre 1875 e 1883) e uma deflação também moderada para os outros anos. O período também apresentou um rápido desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, do setor bancário etc. mas sérias imperfeições persistiram nos incipientes mercados financeiros. Existiam diferenças regionais nas taxas de empréstimo em termos reais, pois nas províncias do nordeste do

país eram cobrados, sistematicamente, um ou dois pontos percentuais a mais que nas províncias do sul. A média para o país, entretanto, demonstrava pouca variação para o período, e a tendência central era próxima a 9%³⁹.

VER TABELA 7

Muitas causas concorreram para esta melhoria nos sistemas bancário e financeiro durante as décadas de 70 e de 80⁴⁰. Em primeiro lugar, houve um progresso geral nas condições econômicas, em particular nos meios de transportes e de comunicação. Em segundo lugar, houve o crescente papel do governo, através do Banco do Brasil, em conceder empréstimos agrícolas de longo prazo sob condições muito favoráveis. Começando em 1867, a administração do Banco do Brasil passou a considerar pedidos para conversão de hipotecas de fazendeiros e seus agentes comerciais no Rio de Janeiro. O grande impulso em relação a este fato foi dado pela Lei nº 2.400, de 18 de setembro de 1873, que proporcionou maiores recursos e aprimorou as práticas de empréstimos hipotecários do Banco do Brasil⁴¹. A taxa de juros foi fixada em 6% ao ano, e a amortização num máximo de 5% anuais. A Tabela 8 apresenta para cada ano o total de empréstimos rurais, número de hipotecas e o número de fazendas beneficiadas. A principal garantia era dada pelo número de escravos das fazendas. Até 30 de junho de 1888 o Banco do Brasil já havia concedido empréstimos hipotecários para 1.350 fazendas, todas situadas na região de café, totalizando 76.263:213\$000⁴². Além disso, ampliou-se o número de bancos hipotecários nesse período, e continuou o processo de eliminação progressiva dos Comissários de Café como emprestadores de dinheiro e intermediários entre fazendeiros e instituições de moeda e crédito⁴³.

VER TABELA 8

Tabela 7 - Bancos Comerciais do Brasil^a: Taxas Médias de Juros Cobrados em Empréstimos, em Termos Reais, 1870-82

Ano	Taxa de Juros em Termos Reais de Empréstimos	Índice de Preços ^b (1870=100)
1870	9,0	100,0
71	9,9	99,9
72	9,3	99,8
73	8,6	99,8
74	9,0	99,7
75	9,0	99,6
76	9,4	100,9
77		102,2
78	8,5	103,5
79	8,6	104,9
1880		106,3
81	8,4	107,9
82	8,4	109,5
83		111,1
84		108,5
85		106,7
86		104,4
87		102,3

Notas e Fontes:

^a Elaborado com base na informação contida nos balanços dos bancos comerciais apresentados nos Relatórios Anuais do Ministério da Fazenda (1869-1883). Os bancos, localizados em diversas províncias do Brasil, eram os seguintes:

Banco do Brasil; English do Rio de Janeiro; Rural e Hypothecario; Commercial do Rio de Janeiro; Campos; da Bahia; Caixa Reserva e Mercantil da Bahia; Caixa Econômica da Bahia; Caixa Commercial Alagoas; do Maranhão; do Rio Grande do Sul; Sociedade Comercio da Bahia; Commercial do Maranhão; Commercial do Pará; Companhia União dos Lavradores; Sociedade Industrial e Mercantil; Hypothecario e Commercial do Maranhão.

^b BUESCU, M., 300 anos de inflação. Rio de Janeiro, APEC, 1973, p. 223.

TABELA 8 - Banco do Brasil, Empréstimos Rurais, Região Cafeira
1872/73 a 1883/1884

Períodos	Número de Hipotecas	Número de Fazenda	Número de Escravos	Valor dos Empréstimos (contos de réis)
1872/73	46	51	2.540	2.060
1873/74	115	129	6.236	6.987
1874/75	177	195	8.156	8.579
1875/76	53	59	2.270	2.592
1876/77	40	40	1.704	1.882
1877/78	72	72	3.096	3.908
1878/79	75	75	3.432	4.578
1879/80	75	78	2.694	3.678
1880/81	46	49	2.693	3.481
1881/82	42	44	2.061	2.342
1882/83	47	50	1.770	2.518
1883/84	25	29	1.029	1.374

Fonte: Relatório do Banco do Brasil, 1872 a 1884.

Finalmente, cabe salientar que, apesar do crescente papel desempenhado pelos Bancos Hipotecários, os fazendeiros e comerciantes do interior do país ainda atuavam na intermediação financeira de maneira informal, ofertando substanciais volumes de capital. A importância dessas fontes tradicionais de capital pode ser analisada através de Tabela organizada por Sweigart, com base no município de Vassouras durante os anos de 1873/74.

VER TABELA 9

Como pode ser observado na Tabela 9, os fazendeiros de café obtinham cerca de 40% de suas necessidades de capital das fontes locais. A maior parte desses emprestadores eram outros fazendeiros ou então comerciantes da cidade. Os empréstimos tinham por garantia hipotecas das propriedades rurais, o prazo era em geral de 2 a 4 anos e a taxa de juros oscilava entre 10% e 12%⁴⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas de 70 e 80 do século XIX foram muito importantes, pois, naquele período, expressivas modificações se processaram no cenário econômico, social e político do país. A intenção deste artigo foi apresentar uma visão geral das taxas de retorno que os fazendeiros de café poderiam obter simplesmente utilizando seu capital (ao invés de utilizarem simultaneamente seu capital e sua capacidade empresarial) em outras atividades que não fazendas de café. Examinando com detalhes a gama de opções existentes no mercado financeiro e de capitais, com características distintas de rentabilidade, risco e liquidez, estimou-se que a taxa alternativa de retorno para o período compreendido entre 1871 e 1888 situava-se na faixa de 8% a 12%, com um valor central de 10%. Foram exa

TABELA 9 - Condições dos Empréstimos Garantidos por Hipoteca às Fazendas de Café, Registradas em Vassouras, Rio de Janeiro, 1873-74

Credores	Distribuição dos Empréstimos (em %)	Condições Médias dos Empréstimos	
		Taxa de Juros	Amortizações (número de anos)
Credores Tradicionais			
Comissários de Café	20,1	10,7	2,8
Fazendeiros e outros indivíduos da região	35,3	10,7	3,2
Comerciantes locais	<u>5,6</u>	<u>11,4</u>	<u>2,2</u>
Sub-total	61,0	10,8	3,0
Bancos Hipotecários			
Banco do Brasil	33,7	6,5	12,8
Outros*	<u>5,3</u>	<u>9,5</u>	15,3
Sub-total	39,0	6,9	13,1
Total das 235 Hipotecas (4.441 contos de réis)	100,0	9,3	6,9

* Banco Predial, Cia. União dos Lavradores e Banco de Crédito Real do Brasil.

Fonte: SWEIGART, J., op.cit. nota 37, p. 147.

mìnadas também as taxas de juros cobradas aos fazendeiros e as condições típicas de empréstimos rurais no período em consideração, chamando a atenção para a intermediação financeira informal.

Em resumo, pode-se concluir que o nível da taxa de juros era alto no período, em comparação com os países mais desenvolvidos de então, mas não muito, tendo em vista o pequeno volume de poupanças e a tendência altista dos preços, numa época caracterizada por uma quase completa ilusão monetária por parté de emprestadores e tomadores. A evolução dessas taxas ao longo do período mostra a existência de pequenas flutuações, refletindo os padrões de comportamento característicos da época baseados no costume e na tradição.

NOTAS DE RODAPÉ

- * O autor agradece os comentários dos Professores Robert W. Slenes e Joseph E. Sweigart, bem como a colaboração de Elizabeth Figlino, Eduardo Peixoto da Silva e de Solange Maria da Rocha Rodrigues. O trabalho contou com o suporte do Programa Nacional de Pesquisa Econômica do Instituto de Planejamento Econômico e Social - PNPE-IPEA.
- ** Professor Conferencista do Mestrado de Transportes do Instituto Militar de Engenharia.
- ¹ A pesquisadora Maria Bárbara Levy, ao estudar a história da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, afirma que: "No decorrer do século XIX, especialmente a partir da segunda metade, a predominância do capital comercial não se insere mais nos quadros mercantilistas de uma acumulação comercial da metrópole ... Os elementos da estrutura financeira - ativos, mercados e instituições financeiras - se multiplicam e adquirem complexidade até então desconhecida ... O aparecimento do sistema financeiro no século XIX representa um rompimento com as modalidades tradicionais de acumulação do capital, quando as relações de produção capitalistas se tornam dominantes em escala mundial". LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977, p. 3. Sobre o mesmo tema, Tannuri diz que: "Os anos que separam 1890 do término da Guerra do Paraguai são fundamentais para o entendimento da constituição das distintas expressões monetária e financeira de duas economias que passam a coexistir no Brasil, no decorrer da década de 1880. Referimo-nos à Economia Mercantil-Escravista Cafeeira Nacional e à Economia Exportadora Capitalista. Aquela tem seu auge em fins do terceiro quartel do século passado e, a partir daí, entra em franco declínio. Ao mesmo tempo criam-se as condições para a emergência da Economia Exportadora Capitalista". TANNURI, Luiz Antonio. O Encilhamento. São Paulo, Editora Hucitec, 1981, p. 27.
- ² Na província do Rio de Janeiro, a Estrada de Ferro D. Pedro II, que mais tarde se tornaria o tronco ferroviário mais importante do país, foi planejada por fazendeiros de café de Vassouras, que chegaram inclusive a contratar dois engenheiros da Inglaterra para elaborar o projeto (eles porém perderam a disputa no seu pedido de concessão). (TAUNAY, Affonso d'Escragnole. História do Café no Brasil. Rio de Janeiro, Dep. Nacional do Café, 1939-43. v. 4, p. 398). Uma outra ferrovia, a Companhia Estrada de Ferro de Cantagallo, foi organizada como uma sociedade anônima pelo fazendeiro de café Barão de Nova Friburgo em 1857 (TAUNAY, op. cit. acima, p. 410). Na Província de São Paulo, a Paulista Railway Co. e a Mogyana Railway Co. foram organizadas como sociedades anônimas em 1862 e 1872, respectivamente, com uma participação importante de fazendeiros de café.

Segundo o relatório do Cônsul-Geral da Inglaterra em 1882, sobre o comércio de café no Brasil, "estas ferrovias pagam dividendos a uma taxa de 10% a 14% ao ano. Todas, com apenas uma exceção, são empresas locais, em muitos casos tendo fazendeiros como grandes acionistas, os quais reclamam dos baixos preços do café, mas não dos dividendos obtidos em suas ferrovias". (T. do A.). Citado em LOCK, C.G.W. Coffee: its culture and commerce in all countries. London, E.F.N. Spon, 1888, p. 176. Veja também NOGUEIRA DE MATOS, O., Café e Ferrovias. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1974.

³ O Barão possuía 250 títulos da Província de 200\$000, 100 ações do Banco do Brasil e 10 ações da Companhia de Seguros Argo Fluminense, totalizando 77:000\$000. Em: INVENTÁRIO de Antonio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, 14 de junho de 1873. In: BRASIL. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Seção de Inventários.

⁴ CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878. Collecção de documentos. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878, p. 134.

⁵ A distribuição é levemente assimétrica para a direita; a média é 7,61%, a mediana 7,40% e a moda entre 7,26% e 7,40%.

⁶ Em símbolos,

$$r_t = \frac{D_{t+1} \cdot N}{P_t (1 + \Delta I)} + \frac{P_{t+1} - P_t}{P_t (1 + \Delta I)}$$

onde

r_t = taxa de retorno no ano T.

D_{t+1} = taxa nominal de dividendos ou juros ao fim do período anual.

N = valor nominal da ação ou obrigação.

P_t = preço médio de mercado de ação ou obrigação no começo do período anual.

P_{t+1} = preço médio de mercado de ação ou obrigação no fim do período anual.

ΔI = variação anual do índice de preços (de t para t+1).

⁷ Para o período 1874-86, os dados referem-se aos preços máximo e mínimo mensais das apólices de 6% e valor nominal de 1:000\$000; para 1886-88, usamos os valores máximo e mínimo mensais das apólices de 5% e valor nominal de 1:000\$000. Esses dados estão publicados nos números anuais do JORNAL DO COMMERCIO, Retrospecto Comercial, Rio de Janeiro, 1874-88.

- ⁸ A média é 5,44%, a mediana 4,76% e a moda entre 4,5% e 5,5%
- ⁹ A Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, apresentou as normas básicas de funcionamento das sociedades anônimas. O crescimento dessas sociedades foi rápido. Em 1854/55 esse total foi de 39.597, e em 1866, de 43.585, havendo, portanto, um aumento de 3.988 estabelecimentos numa década. O levantamento foi efetuado pela Comissão de Estatística do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com data de 21 de abril de 1866, e publicado em: BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório. Rio de Janeiro, 1866.
- ¹⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório. Rio de Janeiro, 1867, Anexo I, v. I.
- ¹¹ Publicado em: RELAÇÃO das companhias nacionais e estrangeiras que funcionavam no Império. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório. Rio de Janeiro, 1867, Anexo I, v. I.
- ¹² O capital total era de 108.003:217\$000. Para conversão em libras esterlinas (10.097.533), usamos a taxa de câmbio de 10\$696 por libra esterlina, publicada em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil, 1939/40. Rio de Janeiro; IBGE, 1941, p.1353.
- ¹³ Publicado em: RELAÇÃO das sociedades anônimas, organizadas depois da Lei nº 3.150 de 4 de Novembro de 1882, que achavam-se funcionando legalmente até 31 de Dezembro do anno passado. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório. Rio de Janeiro, 1887.
- ¹⁴ O capital total era de 269.929:200\$000 ou £25.236.462, tomando-se a taxa de câmbio de 10\$696 por libra esterlina, publicada em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, op. cit. nota 12.
- ¹⁵ Em 1878 o total d. capital dessas empresas era 175.921:000\$000 e £16.813.628, usando-se a taxa de câmbio de 10\$463, por libra esterlina.
- ¹⁶ A amostra apresentada na Tabela 4 é viesada em favor das empresas estabelecidas há mais tempo, o que indica portanto as que tiveram sucesso. Não inclui algumas empresas que tiveram suas ações negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que nunca ultrapassaram o período inicial de construção ou funcionamento, ou que então faliram após alguns poucos anos.
- ¹⁷ LONDON STOCK EXCHANGE. The stock exchange year-book; 1881 1887 e 1890.

- ¹⁸ O Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio apresenta regularmente os dividendos e os preços das ações de várias empresas com domicílio legal em Londres e operando unicamente no Brasil, com os valores indicados em libras esterlinas - uma indicação de que havia acionistas possuindo-as e transacionando-as no Brasil. Estes títulos também eram transacionados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e, em geral, era cotados tanto em moeda britânica quanto em brasileira.
- ¹⁹ A Grã-Bretanha foi uma fonte abundante de investimento estrangeiro no Brasil durante este período. Para uma avaliação de importância britânica no Brasil, veja MANCHESTER, Allan K. British preeminence in Brazil, its rise and decline. Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1933; e GRAHAM, Richard. Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850/1914. Cambridge, Univ. Press, 1968. Sobre investimentos britânicos no Brasil, veja ICE JR., Orva Lee. British direct investments in Brazil up to 1901. Chicago, Univ. of Chicago, 1948 (tese) e ST. ANGEL, F. British investment in Brazilian railroads, 1880-1913. Chicago, Univ. of Chicago, 1948 (tese).
- ²⁰ O índice de preço de Sauerbeck-Statist é apresentado em: MITCHELL, B.R. & DEANE, P. Abstract of British historical statistics. Cambridge, Univ. Press, 1962, p. 474-75.
- ²¹ A maior parte dos investimentos britânicos no Brasil, entretanto, não era em investimentos diretos, mas em títulos e obrigações do governo. Segundo Ice, em 1900, o total de investimentos britânicos no Brasil aproximava-se de 160 milhões de libras esterlinas e, deste montante, 98 milhões de libras esterlinas eram em títulos e obrigações do governo, 39 milhões em empresas ferroviárias e cerca do mesmo montante em empresas diversas. ICE JR., Orva Lee, op. cit. nota 19.
- ²² Na realidade, 13.001.331 de libras esterlinas de 1888.
- ²³ RAILWAYS of South America, I - Empire of Brazil. South American Journal and River Plate Mail, July 11, 1885, p. 341; PESSOA JR., Cyro D.R. Estudo descritivo das estradas de ferro do Brazil. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1886. Apêndice.
- ²⁴ Na realidade, 25.968.608 de libras esterlinas de 1888.
- ²⁵ Para aquelas empresas criadas antes de 1880, o valor de mercado das ações quando emitidas, em 1880 a 1890; para aquelas criadas depois de 1880, apenas o valor das ações quando emitidas e o valor em 1890. Portanto, os preços anuais de mercado foram obtidos por interpolação linear.
- ²⁶ As cifras nominais de preços e dividendos de ações foram convertidas em valores reais pelo índice de preço Sauerbeck-Statist.

- ²⁷ Das 80 empresas incluídas na Tabela 5, seleccionamos 20 sociedades anônimas com um capital total de £14.766.300.
- ²⁸ Ponderada pelo estoque de capital de cada firma dentro das atividades econômicas.
- ²⁹ "O mais lucrativo empreendimento ferroviário britânico de toda a América Latina". (T. do A.). GRAHAM, R., op. cit. nota 19, p. 60-65 e 66. Esta série de retorno foi estimada baseada no Apêndice B do livro de Graham, que contém o registro financeiro da empresa.
- ³⁰ Ferrovias (£10.790.000); transportes e obras públicas (£1.705.500); bancos (£1.000.000) e companhias de gás (£1.270.800).
- ³¹ A média aritmética é 9,38%, a mediana 9,79% e a moda entre 9% e 11%
- ³² PROPOSTA do Banco do Brasil. In: BRASIL. Ministério da Fazenda. Relatório. Rio de Janeiro, 1872, pp. 22-23. Este duplo significado da palavra juros, utilizado na época, causa inclusive grande confusão entre estudiosos modernos, quando tentam interpretar as reclamações dos fazendeiros de café sobre as altas taxas de juros.
- ³³ LAËRNE, C.G. van Delden. Brazil and Java: Report on Coffee Culture in America, Asia and Africa. London, W.H. Alden & Co. 1885.
- ³⁴ SOARES, S. Ferreira. Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciência e a sua aplicação commercial do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865, t.2, p.41.
- ³⁵ WERNECK, L.P. de Lacerda. Estudos sobre o crédito rural e hypothecário, seguidos de leis, estatutos e outros documentos. Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1857, p. 6.
- ³⁶ Idem, Ibidem, p. 56.
- ³⁷ SWEIGART, Joseph E.. Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888. Tese de Doutorado, Universidade de Texas em Austin, Dezembro de 1980.
- ³⁸ Idem, Ibidem, p. 109.
- ³⁹ A distribuição é levemente assimétrica para a esquerda. A média é 8,91%, a mediana 9,00% e a moda 9,02%.
- ⁴⁰ O debate entre os fazendeiros de café, no Congresso Agrícola de 1878, é um exemplo bastante ilustrativo de como analisavam o custo de financiamento e de como percebiam as mudanças ocorridas nos mercados monetário e de capitais. Em particular, com o mesmo exemplo, observa-se que estes mesmos fazendeiros tinham consciência do sentido e do rit

mo do aperfeiçoamento desses mercados em relação à década de 1860, e ainda do papel crescente do governo no fornecimento do crédito rural de longo prazo, que poderia ser utilizado em seu favor. Além disso, o mencionado Congresso mostra como as diferenças relativas entre os fazendeiros, em termos de poder político, situação econômica e localização geográfica, poderiam afetar suas respectivas posições de tomadores de empréstimos. Veja CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, op. cit. nota 4, p. 52, 134, 149, 155, 169, 170, 172, 175, 180 e 189.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório. Rio de Janeiro, 1876, p. 18

^{4 2} BRASIL. Ministério da Fazenda. Relatório. Rio de Janeiro, 1889, p. 7.

^{4 3} SWEIGART, op. cit. nota 37. FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro, Tese de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1977.

SWEIGART, op. cit. nota 37, p. 146.

CAPÍTULO 7

\ LUCRATIVIDADE DA ESCRAVIDÃO

1.1 RETORNO DO CAPITAL INVESTIDO EM ESCRAVOS

1,1.1 Teste de lucratividade

Para examinar a lucratividade da escravidão, nas fazendas de café, estimaremos a taxa de retorno obtida com o capital investido em escravos e compararemos o resultado com as taxas alternativas de retorno em investimentos de outros tipos. Não é um teste de lucratividade econômica do sistema de escravidão como um todo ou de sua viabilidade econômica - mas apenas um cálculo da taxa interna de retorno obtida com a propriedade de escravos nas fazendas de café. Como nosso interesse está concentrado numa indústria em particular - fazendas de café - e numa região em especial - o Sudeste do Brasil - onde somente uma fração (importante, entretanto, pois representa cerca de um quinto do número total de escravos do País, durante o seu ápice, em 1883¹) da população total era utilizada, é válido calcular a lucratividade usando o preço de mercado dos escravos e não os custos capitalizados de criação de um escravo adulto, como o custo do investimento, em relação ao qual a taxa de retorno precisa ser determinada.

O teste da lucratividade é importante para ajudar a explicar algumas questões, entre elas a da demanda de escravos estar ou não crescendo entre 1871 e 1881, por razões econômicas.

¹ Laërne estimou em 284.007 o número de escravos dedicados à cultura cafeeira, o que equivale a 21,1% dos "1.346.648 escravos que (de acordo com sua leitura das estatísticas) devem estar vivos em junho de 1883". LAËRNE, op. cit. p.368.

Caso constataremos que um fazendeiro de café, ao comprar um escravo ao preço de mercado, poderia obter uma taxa de retorno igual ou maior do que usando esse mesmo capital para investimentos alternativos com o mesmo risco, isto significaria que:

- a) os fazendeiros de café que empregavam escravos estavam obtendo lucro, independentemente do grau de ineficiência do trabalho escravo em relação ao trabalho livre;
- b) se existiam alguns fazendeiros demandando escravos por motivos de consumo conspícuo (prestígio ou ostentação), a demanda agregada desta categoria de donos de escravos era muito limitada e incapaz de elevar o preço do mercado de escravos acima do nível ditado por motivos usuais de rentabilidade. Se, para a maioria dos fazendeiros de café (e os fazendeiros do vale do Paraíba constituíam a maioria dos fazendeiros durante este período), o consumo conspícuo fosse parte significativa da sua demanda de escravos, o preço destes estaria acima do nível existente, caso apenas considerações econômicas estivessem presentes, e a taxa de retorno seria mais baixa que a de ativos com risco equivalente, sendo a diferença entre as duas o prêmio pago pelo consumo conspícuo; e
- c) se os fazendeiros de café do Rio de Janeiro tivessem uma mentalidade pré-capitalista e estivessem limitados por atitudes tradicionais e por um comportamento paternalista, isso não os impediria de responder aos incentivos de ordem econômica e de alocarem seus recursos como faria qualquer outro grupo social orientado para o lucro e com uma mentalidade capitalista.

Para o teste de lucratividade, utilizaremos a metodologia de Fogel e Engerman (F-E), para o ano de 1873², e uma adaptação de metodologia de Evans para os anos (períodos trienais) de 1871 e 1881³.

Baseamo-nos nas seguintes equações de metodologia de F-E,

$$(1) P_s = R_f \sum_{t=1}^N \frac{\theta_t \lambda_t}{(1+i)^t}$$

$$(2) \theta_t = \frac{R_t}{R_f} = \frac{(1+i)^{0,5} \lambda_{t-0,5} / \lambda_{t-1} P_{st} - \lambda_t / \lambda_{t-0,5} P_{s(t+i)}}{R_f}$$

onde:

P_s = preço dos escravos.

R_t = receita líquida anual obtida com o uso do escravo.

θ_t = quociente entre os rendimentos líquidos produzidos por um escravo de uma determinada idade e dos rendimentos líquidos médios de um escravo com idade entre 20 e 29 anos.

λ_t = probabilidade de vida de um escravo até o ano t.

i = taxa interna de retorno.

f = indicativo de escravos com idades entre 20 e 29 anos.

t = tempo, medido em anos.

² FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. Evidence and methods. In: Time on the cross, Boston, Little, Brown and Co., 1974, vol. 2, p. 59, 80-1.

³ EVANS JR., Robert. The economics of american negro slavery. In: Universities National Bureau Committee for Economic Research, Aspects of labor economics. Princeton, Univ. Press, 1962, p. 185-243.

Utilizando-nos de um processo interativo, podemos conseguir simultaneamente a distribuição do perfil dos rendimentos produzidos por um escravo de acordo com sua idade e a taxa interna de retorno obtida com o investimento em escravos⁴.

Para este cálculo, necessitamos de informações sobre a distribuição dos preços de escravos segundo a idade e o sexo, uma estimativa da vida média dos escravos e dados sobre a receita líquida anual obtida com o uso do escravo.

As estimativas de vida média do escravo, segundo grupos de sexos e de idade e as tábuas de sobrevivência de escravos, estão apresentadas na 2ª parte, capítulo 1. Os valores de λ_t são uma transformação dos valores l_x apresentados nas tabelas 4 e 5 desse capítulo. O limite superior, o limite inferior e os valores médios de λ_t para escravos do sexo masculino e feminino, em grupos quinquenais, são apresentados na seguinte tabela:

· VER TABELA 1

Os preços de escravos de uma determinada idade variavam devido ao sexo, qualificação, profissão, saúde, aparência física etc... A figura 1 apresenta a distribuição dos preços médios relativos à cada idade de escravos de ambos os sexos. Cada preço médio (para cada ano de idade) é expresso como uma proporção do pico de preço médio segundo a idade, de escravos de 20 a 29 anos. Utilizamos uma amostra de quinze fazendas de café da Província do Rio de Janeiro em 1873⁵. O número total de escravos era de 2.169, abrangendo 1.153 escravos do sexo masculino e 1.016 do sexo feminino.

VER FIGURA 1

⁴ Os valores de λ_t usados na computação, em uma base de meio ano, foram obtidos por meio de interpolação linear.

⁵ Relação dos "Documentos consultados (divisão por acervo)" para a lista das fazendas de café.

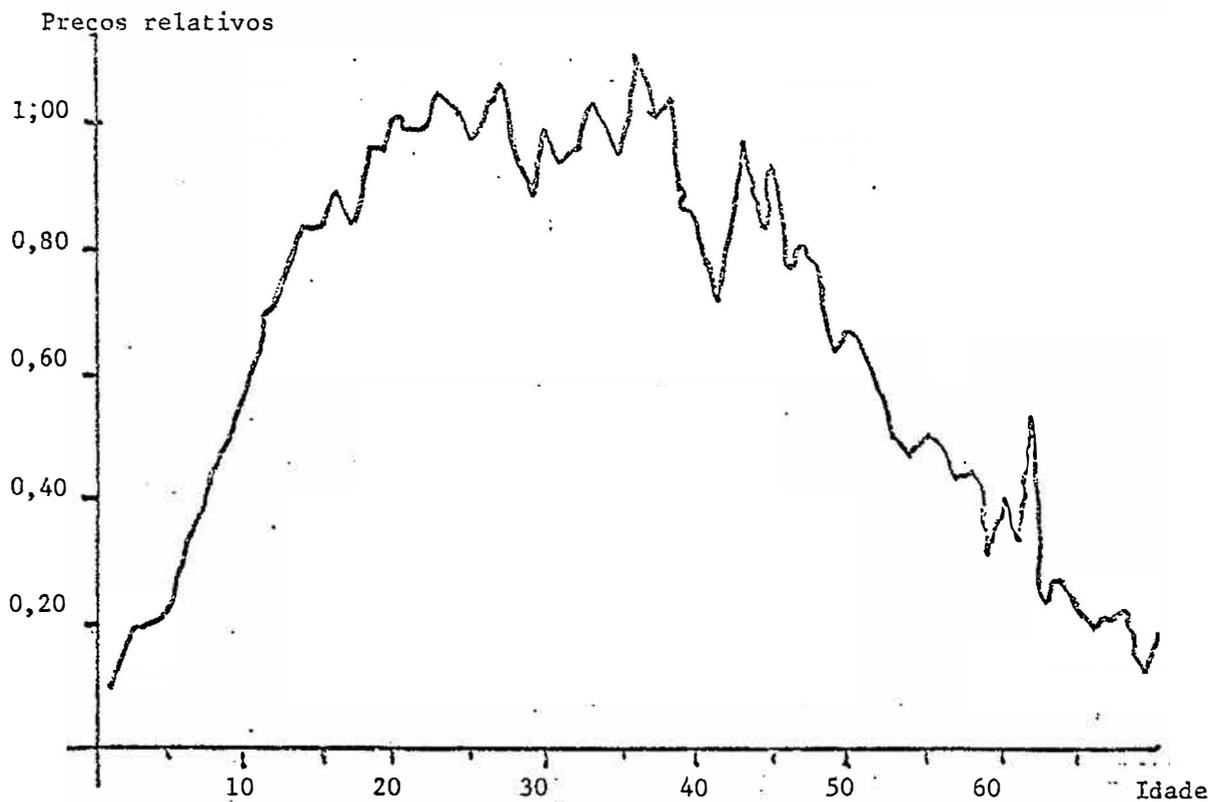
Tabela 1 - Valores de λ_t para escravos do sexo masculino e do sexo feminino

Idade	Escravos do sexo masculino			Escravos do sexo feminino		
	Limite superior	Limite inferior	Média	Limite superior	Limite inferior	Média
1	0,67	0,59	0,63	0,72	0,65	0,68
5	0,53	0,44	0,48	0,57	0,48	0,52
10	0,50	0,41	0,45	0,53	0,44	0,48
15	0,47	0,39	0,43	0,50	0,43	0,46
20	0,44	0,36	0,40	0,47	0,39	0,43
25	0,42	0,33	0,37	0,43	0,35	0,39
30	0,38	0,29	0,34	0,39	0,31	0,35
35	0,33	0,26	0,30	0,35	0,28	0,32
40	0,30	0,22	0,26	0,32	0,24	0,28
45	0,25	0,19	0,22	0,28	0,21	0,25
50	0,21	0,15	0,18	0,24	0,18	0,21
55	0,17	0,12	0,14	0,21	0,15	0,18
60	0,13	0,08	0,11	0,17	0,12	0,14
65	0,09	0,06	0,07	0,12	0,08	0,10
70	0,05	0,03	0,04	0,08	0,05	0,06

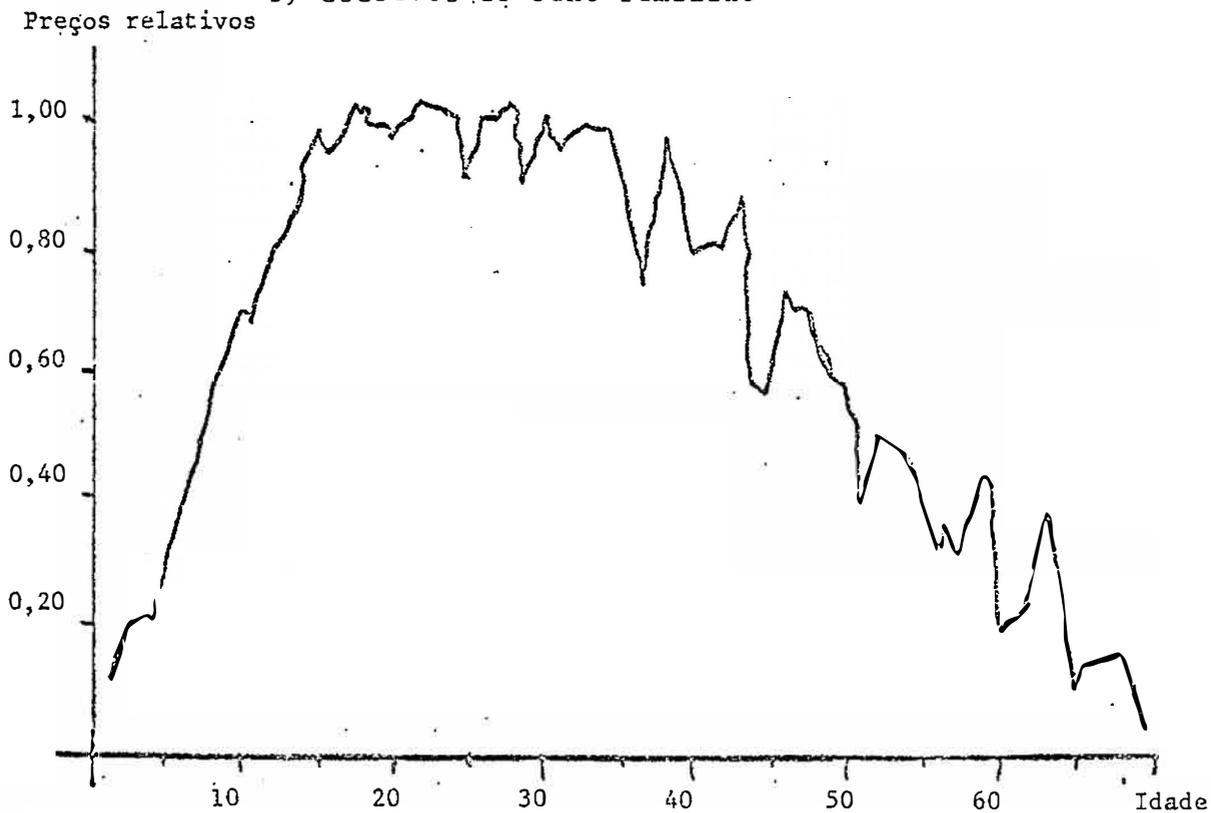
Fonte: Estes dados foram retirados do capítulo 1, 2ª parte

Figura 1 - Distribuição dos preços relativos de escravos segundo a idade. Fazendas de café do Rio de Janeiro, 1873.

a) escravos do sexo masculino



b) escravos do sexo feminino



Um polinômio de sétimo grau sobre a idade foi ajustado a estes valores⁶. Estas curvas ajustadas aos valores uniformes de P_t são apresentadas na seguinte figura 2.

VER FIGURA 2

O aluguel anual líquido recebido pelos proprietários de escravos quando os alugavam para outros é uma boa estimativa da renda ganha através do bem de capital escravo. Quando as séries sobre aluguéis mensais foram apresentadas no Anexo 3, observou-se que eram muito úteis para ilustrar movimentos em grandezas sobre tempo, mas que seriam necessários alguns ajustes para que pudessem ser interpretadas como estimativas da renda líquida anual, recebida pelos proprietários de escravos.

Dada a sensibilidade de alguns resultados da análise em relação ao valor de R_f , neste capítulo apresentaremos quatro estimativas de renda líquida, baseadas em métodos diferentes. Três delas utilizarão informações sobre aluguéis e a quarta estimará o valor do produto marginal da mão-de-obra escrava por meio de uma função de produção.

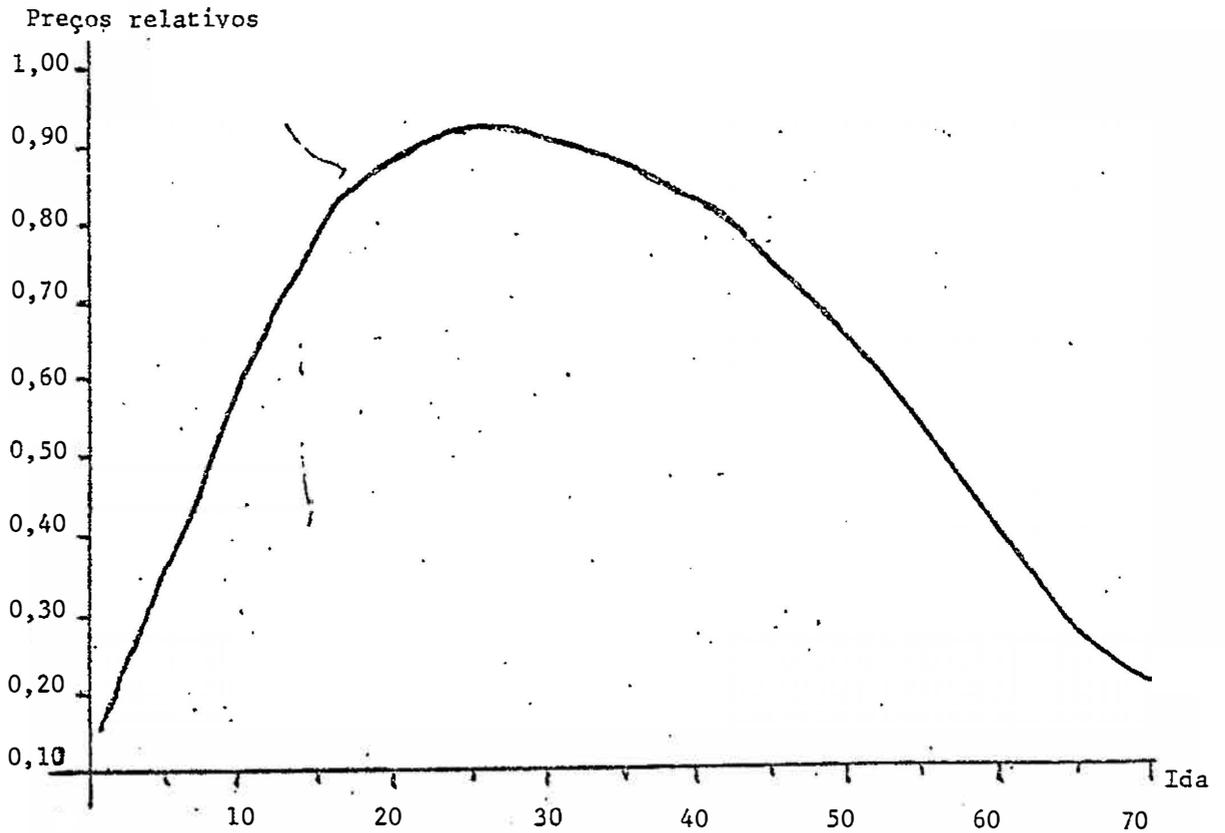
1.1.2 O aluguel como medida

O objetivo é obter a estimativa mais próxima possível do valor líquido do produto marginal de escravos com ocupações agrícolas nas fazendas de café, para 1873, e então utilizá-la para gerar uma série anual para o período de 1871-81, baseada nas cifras de aluguel mensal que serão apresentadas mais adiante.

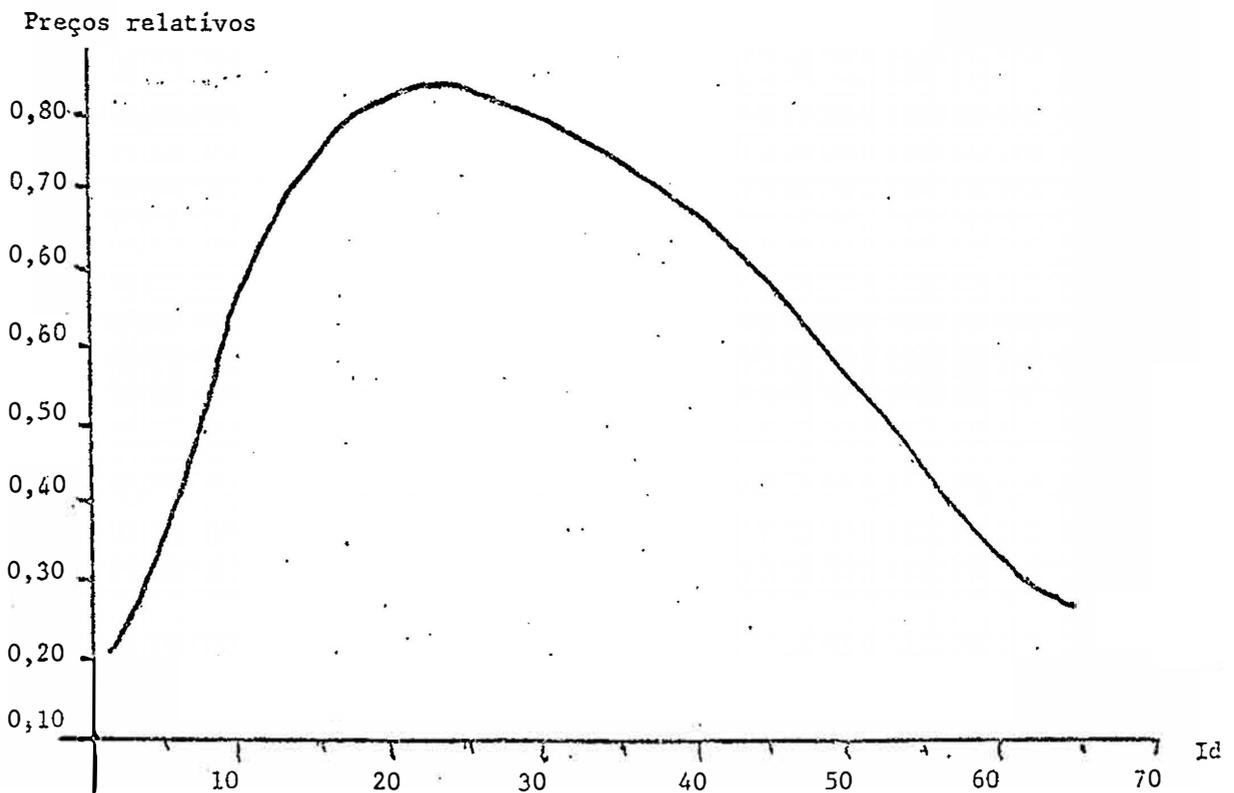
(1) O primeiro método consiste em utilizar informações sobre o aluguel diário dos escravos do ganho na cidade do Rio de Janeiro. Os escravos ou negros do ganho eram aqueles que trabalhavam por ordenado, ou vendiam mercadorias nas ruas, entregando uma determinada quantia de dinheiro a seus donos, ao fim da jornada. Tudo que ganhassem acima do montante devido a seus donos podiam guardar para si, porém sofriam punições se falhassem em atender as exigências estipuladas pelos donos^{6a}.

Figura 2 - Distribuição ajustada dos preços relativos de escravos segundo a idade. Fazendas de café do Rio de Janeiro, 1873

a) escravos do sexo masculino



b) escravos do sexo feminino



pelos anúncios do Jornal do Comércio para vendas de escravos do ganho, nos anos de 1870, 1871 e 1873, onde os proprietários informavam para os compradores potenciais quanto estes escravos poderiam ganhar diariamente, e, além disso, que estavam desempenhando trabalhos agrícolas, obtemos o aluguel diário médio de 1\$200*. São necessários alguns ajustes para converter este aluguel em cifras anuais.

Os domingos eram utilizados como dias de descanso, ou então os proprietários ou locatários permitiam que os escravos trabalhassem, guardando quando possível, tudo o que ganhassem.

Devido a doenças, havia uma perda média em fazendas de café de 5,5% de dias úteis em um ano. Esta estimativa está baseada num relatório de Teuscher um médico que exercera sua profissão em cinco fazendas de café, entre 1847 e 1852, duas das quais possuíam hospitais e um total de 925 escravos⁷. Os escravos eram bem tratados, alimentados e alojados. Teuscher colheu informações, durante este período, sobre o número de escravos do-

⁶ A equação na forma de:

$$P_t = \alpha_0 + \sum_{j=1}^j \alpha_j t^j$$

Os valores de j de $j:3$ até $j:7$ foram experimentados, o melhor ajuste sendo oferecido pelo polinômio de sétimo grau. Os resultados para os preços relativos de acordo com a idade foram:

escravos do sexo masculino	$R^2 : 0,9672$	Estatística F (7,69)	290,298
escravos do sexo feminino	$R^2 : 0,9664$	Estatística F (7,63)	258,552

^{6a} MARY KARASCH, From Portage to Proprietorship. In Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies, eds. Stanley L. Engerman e Eugene D. Genovese. Princeton: Princeton University Press, 1974, p.369-93.

TEUSCHER, Reinhold, Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café, Rio de Janeiro, Fac. Medicina do Rio de Janeiro, 22 de julho de 1853. (Tese)

*Leia-se mil e duzentos réis.

entes por mês e sobre a duração média, em dias, da doença. Baseando-nos em suas cifras, chegamos às informações seguintes, sobre um período de três meses, assim calculadas: para cada mês, e então para cada período de três meses, o número total de dias do ano vezes o número de escravos na fazenda é o denominador; e número de escravos doentes vezes a duração média de dias que permaneciam doentes é o numerador:

Tabela 2 - Percentagem dos Dias perdidos por causa de doença em fazendas de café

	Percentagem do total de dias perdidos por causa de doença
Primeiro trimestre (jan./mar.)	6,3%
Segundo trimestre (abr./jun.)	5,9%
Terceiro trimestre (jul./set.)	5,2%
Quarto trimestre (out./dez.)	<u>4,6%</u>
Média	5,5%

A fim de contabilizar o tempo de trabalho perdido pelo escravo, enquanto seu dono estava procurando contratos adequados de aluguel, assume-se um montante de tempo de 5% do ano útil. Portanto, supondo-se que estes escravos ganhariam 1\$200 por dia nos 279 dias úteis, a receita bruta do proprietário seria 334\$800. Uma vez que estes escravos eram alugados em bases diárias, presumivelmente partes dos gastos com comida, alojamento e roupas, ficava a cargo do proprietário.

Segundo Lobo, durante 1873 e 1874, o gasto diário com comida para cada escravo, numa fábrica de vela do Rio de Janeiro, era de 400 réis em média, totalizando 111\$600 para o ano útil, supondo-se que metade destes gastos fosse assumida pelo proprietário⁸. Um quarto de casal num cortiço custava entre 9\$842 e

⁸ LOBO, Eulália L. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930: resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 25 (4): 253, out./dez. 1971.

12\$654 por mes em 1882⁹. Supondo-se que 1/3 deste valor seria representativo das despesas com alojamento de escravo, 45\$000 por ano seria o gasto implícito com moradia dispendido pelos locatários. Segundo Laërne, em 1883 o gasto típico anual com roupas para escravo era 11\$500 para os do sexo masculino e 13\$333 para os do sexo feminino, em fazendas de café¹⁰. Com base em Lobo, despesas médicas, consistindo do tratamento por cirurgiões-barbeiros e receitas de remédios, poderiam ser estimadas em 10\$000 por ano¹¹. Os escravos com mais de 12 anos, no Rio de Janeiro, pagavam um imposto de 10\$000 por ano¹². Finalmente, havia as despesas com comissões para agências de aluguel e com anúncios em jornais, em média 7,5% dos ganhos brutos. Somando-se todas estas despesas e convertendo todos os valores monetários para valores de 1873 por meio do índice de preços de Buescu, obtemos o valor de 179\$200 como a estimativa do aluguel líquido por ano. Isto é, os rendimentos brutos para 279 dias úteis são 334\$800. Deduzindo 55\$800 para alimentação, 41\$000 para habitação, 11\$190 para vestuário, 12\$500 para despesas médicas, 10\$000 para impostos e 25\$110 para comissões e taxas de anúncios, a estimativa líquida é de 179\$200.

⁹Id. *ibid.*, p. 256.

¹⁰LAËRNE, *op. cit.*, p. 350.

¹¹Segundo Lobo, o gasto anual com roupas, utensílios e médicos em 1863, em uma fábrica de vela do Rio de Janeiro, era de 28\$219 para os colonos. Aparentemente, não havia diferença de tratamento entre os colonos (que trabalhavam como serventes contratados) e os escravos na mesma fábrica. Supondo que 15\$000 fosse o gasto com roupas e 3\$219, o gasto anual com utensílios (lençóis, camas, talheres, velas, etc.) então 10\$000 seriam as despesas médicas. Lobo, *op. cit.*, p. 254.

¹²BRASIL, Ministério da Fazenda. Relatório, 1873, p. 45.

(2) O segundo método utiliza as informações sobre alugueis mensais de escravos do sexo masculino, engajados em trabalho agrícola na cidade do Rio de Janeiro e suas cercanias, baseados nos anúncios de aluguel do Jornal do Commercio.

Vejam os:

VER TABELA 3

Infelizmente, é escassa a disponibilidade de evidências dos arranjos contratuais típicos para escravos alugados engajados em trabalho agrícola no Rio de Janeiro. Suspeita-se, entretanto, com base nos contratos de aluguel típico, que prevaleciam nas fazendas de café - como será visto posteriormente -, que a maior parte dos gastos com alimentação e habitação - em média 6 de cada 7 dias e com pequenas despesas médicas. 50% era assumida pelo locatário; os gastos com vestuário, impostos, grandes despesas médicas e dias de trabalho perdidos devido à doença ficando a cargo do proprietário.

Além disso, o predomínio de alugueis em bases mensais, em contraposição a bases anuais, indica um certo grau de rotatividade durante o ano. Portanto, as despesas com dias de trabalho perdidos, enquanto se esperava uma oportunidade adequada, assim como os gastos com anúncios e taxas de corretagem, devem ser descontados.

Com base em cifras reais, o aluguel mensal, em 1873, era de 24\$300, o que é representativo do período, uma vez que entre 1870 e 1879 o aluguel mensal real médio era 24\$400.

Isto equivaleria a um aluguel anual bruto de 291\$600. Deste total, deduzem-se 16\$400 para dias perdidos devido a doenças (5,5% do ano útil), 14\$580 para gastos com procura de contrato (5% do ano útil), 21\$870 para gastos com anúncios e comissões de corretagem (7,5% do ano útil), 10\$000 para impostos de escravos, 21\$570 para alimentação e utensílios de cama e mesa (1/7 de des-

3 - Aluguel de escravos masculinos da lavoura. Rio de Janeiro, 1871-1888 (mil-réis)

Ano	Aluguel mensal nominal (1)	Desvio Padrão (2)	Número de Escravos (3)	Aluguel Mensal Real* (4)	Aluguel Anual Real* (5)
1871	24,1	4,3	13	24,1	181,0
1872	22,5	3,6	19	22,4	168,2
1873	24,3	3,5	24	24,3	182,5
1874	26,7	2,9	5	26,7	200,5
1875	23,3	5,1	15	23,3	175,0
1876	27,7	3,4	11	27,4	205,8
1877	25,7	5,0	9	25,0	187,8
1878	24,8	3,8	12	23,9	179,5
1879	23,6	2,8	12	22,5	169,0
1880	26,8	4,5	24	25,1	188,5
1881	24,2	6,2	47	22,4	168,2
1882	25,1	5,4	41	22,8	171,2
1883	22,7	4,2	65	20,3	152,5
1884	24,8	6,0	64	23,2	174,2
1885	23,8	5,6	33	22,2	166,7
1886	22,5	5,0	29	21,5	161,5
1887	25,0	7,6	28	24,4	183,3
1888	21,1	5,8	20	21,0	157,7

Fonte: Aluguéis mensais, anúncios do Jornal do Commercio.

Nota: *Índice de Preços de Buescu, 1873=100

pesas anuais típicas com escravos), 6\$250 para despesas médicas (50% de despesas anuais típicas com escravos) e 11\$190 para vestuário.

Somando-se as despesas do proprietário, 101\$500, e deduzindo este total do aluguel anual bruto de 291\$600, o aluguel líquido anual é estimado em 190\$100. Com base no comportamento cíclico dos aluguéis mensais em termos reais (coluna 4, Tabela 3) o aluguel anual líquido foi extrapolado para os demais anos.¹³

(3) A terceira estimativa do valor anual líquido do produto marginal de escravos de sexo masculino engajados em atividades agrícolas e baseada na pesquisa de campo de Laërne sobre fazendas de café em 1883 e 1884. Reunindo várias passagens em que o relatório de Laërne mencionava exemplos de escravos alugados e de condições contratuais de aluguel em fazendas de café, pode-se obter um quadro do funcionamento do mercado de aluguéis em fazendas de café.

Segundo Laërne, "... in harvest slaves are hired to pick the coffee..." "... Often they were hired from small planters in the vicinity ..." "... to clear (land), if she hires others slaves ..." "... when the crops are heavy ... the planters try to hire pickers slaves from the sitiantes and quitandeiros in the neighborhood ¹⁴"

¹³Embora a base para extrapolação não seja 190\$100, e sim o valor médio das quatro estimativas apresentadas neste capítulo, como será visto posteriormente.

¹⁴LAËRNE, op. cit., p. 278-345 "... na colheita alugava-se escravos para colher café ..." "... normalmente eram alugados de pequenos fazendeiros da vizinhança ..." "... para roçar, caso alugue outros escravos ..." "... quando a safra é grande ... os fazendeiros tentam alugar ... escravos para colheita, dos sitiantes e quitandeiros da vizinhança " (T. do A.)

sugere que durante os ápices da demanda de mão-de-obra, principalmente em meados da temporada de colheita, os fazendeiros alugavam escravos da roça, engajados em atividades agrícolas, das vizinhanças das fazendas de café. Os alugueis, neste caso, eram mais altos do que o aluguel médio para períodos maiores ou então do que o aluguel que predominava em períodos curtos, porém em outras épocas do ano.

O aluguel típico durante estes períodos de ápice era de 2\$000 por dia, ou de 15\$000 a 25\$000 mensais, incluindo refeições e pernoite.

Também se alugavam escravos em fazendas de café, por períodos mais longos, em bases mais regulares. Portanto Laërne menciona que"

" of the 390 slaves on Sant'Anna (coffee plantation) 40 are hired " of the 240 slaves working on this (Itybira) plantation, 70 are hired on the same terms as the three last mentioned fazendas ";

" (in the Monte Alverne plantation) besides his own slaves, he has 5 hired slaves ¹⁵"

Nestes casos, um contrato de aluguel típico seria:

"The price paid for them one with another is 20\$000 per month, which sum is reduced in proportion to loss of time, if the slave should be ill more than 8 days successively. The keep of the slave falls on the employer.

This includes clothes as well as food ¹⁶"

¹⁵LAËRNE. op. cit., p. 350-1, 358 "... dos 390 escravos em Sant'Anna (fazenda de café) 40 são alugados ..."; ... dos 240 escravos trabalhando nesta fazenda (Itybira), 70 são alugados nos mesmos termos das três últimas fazendas mencionadas ..."; "... (na fazenda Monte Alverne) além de seus escravos, ele possuía cinco escravos alugados ...". (T. do A.)

¹⁶Id. ibid., p. 350. "O preço pago por eles em média é 20\$000 por mes, cuja soma é reduzida em proporção à perda de tempo, caso o escravo fique doente durante mais de oito dias sucessivos. A manutenção do escravo recai no empregador. Isto inclui vestuário bem como alimentação ...". (T. do A.)

Os aluguéis típicos eram:

The male slaves are generally hired for 20 and the females for 15 mil-réis a month with board ... he has five hired slaves, paying 25\$000 per man and 20\$000 per woman with board. Owing to the isolated situation of this state they were to be had cheaper¹⁷.

Portanto, um aluguel mensal de 20\$000 para escravos do sexo masculino engajados em atividades agrícolas era típico em fazendas de café no final de 1883 e início de 1884, ou de 215\$400 em bases anuais, no valor do mil-réis de 1873. Deste aluguel bruto, é necessário deduzir 11\$850 para dias perdidos devido a doenças (5,5% do ano útil), 10\$770 para os gastos com procura de contrato (5% do ano útil), 6\$250 para despesas médicas (1/2 das... despesas anuais típicas com escravos) e 10\$740 para outras despesas com alimentação e pernoite (na suposição de que os escravos alugados ficariam dois domingos por mês na casa do proprietário e às expensas do proprietário, ou 1/14 do ano)¹⁸.

Nenhum imposto foi deduzido, uma vez que os proprietários de escravos rurais não tinham que pagar a taxa de escravos¹⁹

¹⁷Id. ibid., p. 302, 358. "... Os escravos do sexo masculino são geralmente alugados por 20 mil-réis e os do sexo feminino por 15 mil-réis por mes com cama e mesa ... ele possui cinco escravos alugados, pagando 25\$000 por homem e 20\$000 por mulher com refeições e pernoite incluídos. Devido à situação isolada desta fazenda ... eles não puderam ser alugados mais barato". (T. do A.)

¹⁸Já que os escravos alugados em fazendas de café provavelmente viriam da vizinhança e de proprietários que se conheciam entre si, não assumimos nenhum gasto com anúncios ou taxas de corretagem.

¹⁹Apenas os escravos residentes no setor urbano (cidades e vilas) pagavam a taxa de escravos. BRASIL. Ministério da Fazenda. Relatório, 1873, p. 45.

itens totalizam 39\$610; deduzindo do aluguel bruto anual de 215\$400, obtemos a estimativa de 175\$790 para o aluguel líquido anual de escravos de roça do sexo masculino em 1873.

A função de produção

(4) Finalmente, a última estimativa baseia-se na função de produção do setor que utilizava escravos. Supôs-se uma função de produção Cobb Douglas, com rendimentos constantes de escala, para o setor de produção cafeeira. Podemos estimar os rendimentos líquidos de escravos adultos da roça, usando a seguinte fórmula²⁰:

$$(3) R_f = \alpha P \frac{Q}{L_f} - M_f$$

onde:

R_f = rendimento líquido produzido por um escravo adulto.

α = participação dos custos de trabalho escravo nos custos totais.

P_c = preço do café recebido pelos fazendeiros de café.

M_f = custos médios anuais de manutenção de um escravo adulto da roça.

Q = produto.

L_f = insumo de trabalho (escravos adultos da roça).

Para os escravos da roça, a renda bruta dependia do preço do café e da quantidade de sua produção anual. O preço relevante do café (P_c) e o preço líquido realizado nas fazendas. Conforme verificamos no capítulo 1, os preços de café nas fazendas eram em média 30 a 40% mais baixos que os preços FOB.

²⁰Esta fórmula é apresentada em FOGEL & ENCERMAN, op. cit., p. 73.

Os preços FOB eram muito altos nos anos comerciais de 1872/73 e 1873/74, como se pode ver na tabela 11 do capítulo 1. Portanto, usando a média de década dos preços FOB entre 1868/69 e 1877/78 - 6\$923 por arroba - o preço na fazenda pode ser estimado em 4\$150 a 4\$850 por arroba. Este preço aproxima-se do limite inferior do intervalo médio de preços, relatado por 29 fazendas de café pedindo hipoteca no Banco do Brasil entre 1867 e 1869 (4\$200 a 5\$000 por arroba na fazenda)²¹. Weinschenck, apresentando seu orçamento típico de custos e receitas para uma fazenda de café em 1873, indica o preço médio ponderado na fazenda de 4\$996 por arroba.²²

Portanto, uma estimativa - ponto de 4\$500 por arroba será utilizada como típica em 1873 para o preço de café na fazenda (P_c)

A fim de estimar a quantidade da produção anual de escravos da roça, usamos uma amostra de 29 fazendas de café no Rio de Janeiro, com 1.849 escravos. Estas fazendas estavam pedindo empréstimos hipotecários ao Banco do Brasil entre 1867 e 1869 e relatavam o Banco tinha um perito para confirmação dessas informações sua produção média ou típica em arrobas de café²³.

O produto médio ponderado por escravo - isto é, incluindo todos os escravos da fazenda - neste período, representava 85,6 arrobas de café. O café era a safra de mercado, porém milho,

²¹ BANCO DO BRASIL, Brasília. Museu do Banco do Brasil. Atas da gerencia do Banco do Brasil; 1867 - 1869.

²² WEINSCHENK, Guilherme Benjamin. Cultura do café e a sua preparação. Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, (14): 35, dez. 1872.

²³ BANCO DO BRASIL, op. cit.

feijão, arroz, açúcar e mandioca também eram produzidos, bem como carne e laticínios. Em geral, esses produtos eram consumidos na fazenda e não os incluiremos na produção média de escravos, embora sejam considerados quando da estimativa de custos e manutenção.

Antes da Lei do Ventre Livre, a proporção de escravos da roça no total da força de trabalho escrava das fazendas de café era em média de 50%. Segundo Teuscher, apenas a metade do número total de escravos de cinco fazendas de café (com 925 escravos), onde trabalhou como médico, era composta de escravos da roça²⁴.

Depois da aprovação da Lei do Ventre Livre esta proporção aumentou devido ao envelhecimento do estoque de escravos concentrar, em termos relativos, os escravos nas faixas etárias características de escravos da roça. Isto pode ser observado na tabela 5 do Anexo 1 onde a proporção média de escravos da roça na força de trabalho escrava em 1883 era 57,1%. Doze anos se passaram desde a aprovação da Lei e, portanto, a população escrava total consistia de escravos acima de 12 anos. O uso desta cifra para 1873 seria uma superestimativa.

Portanto, adotando a cifra de 50% como típica das maiores fazendas de café, em 1873, e uma produção média para todos os escravos de 85,6 arrobas de café, obtemos uma estimativa de 171,2 arrobas por escravo da roça. Isto parece ser um limite superior, uma vez que de acordo com a tabela 5 do Anexo 1 baseada numa amostra diferente para 1883, a produção média por escravo da roça era de 140 arrobas de café. Portanto, utilizando um valor ligeiramente menor que a média das duas estimativas, 155 arrobas de café por escravo da roça serão usadas como a estimativa de (Q/L_f) .

²⁴ TEUSCHER, op. cit.

Consideramos esta estimativa típica da Área do Rio de Janeiro. Para a Área de Santos, com solos melhores (terra roxa), LAERNE relatou uma produção média por escravo 48,9% mas alta²⁵. Uma vez que as estimativas para os outros elementos na equação (3) também são típicas da Área do Rio, isto não afetará a análise. Além disso, já que a questão histórica que estamos examinando é a lucratividade da escravidão nas fazendas de café do Vale do Paraíba, a utilização de valores típicos da Área do Rio é consistente com o restante do trabalho.

A fim de estimar a participação dos custos de mão-de-obra escrava nos custos totais (α), usamos uma amostra de 36 fazendas, com 3.033 escravos, solicitando empréstimos hipotecários ao Banco do Brasil, entre 1867 e 1869. O valor médio ponderado de α para todos os escravos (designado α' , para diferenciá-lo de α , que se refere apenas a escravos da roça) é de 40,8%²⁶.

Segundo Simonsen, nas primeiras décadas do século XIX, antes do término do tráfico de escravos africanos, o valor de α' situava-se entre 35 e 40%²⁷. Em 1873, este valor se elevou de 40 para 50%²⁸.

Em 1882, de acordo com o relatório do Cônsul-Geral Alemão sobre o funcionamento de oito fazendas de café em Minas Gerais (5), São Paulo (1) e Rio de Janeiro (2), o valor de α' era de 44,2%²⁹.

²⁵ LAERNE, op. cit., p. 362

²⁶ BANCO DO BRASIL, op. cit.

²⁷ SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. In: CONGRESSO DE HISTORIA NACIONAL, 3. Anais. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1941, vol. 4, p. 267.

²⁸ Id. ibid., p. 267.

²⁹ O relatório teve suas partes significativas reimpressas in South American Journal and River Plate Mail, 20 de julho de 1882, p. 7-8.

Com base numa amostra de 941 fazendas hipotecadas no Banco do Brasil até 30 de junho de 1883, LAËRNE indicou cifras a partir das quais podem-se estimar os valores de α' para os municípios produtores de café (47,07%) e municípios produtores de açúcar e café do Rio de Janeiro (47,8%); para Minas Gerais e Espírito Santo (44,57%) e São Paulo (56,4%), o que oferece o resultado ponderado agregado de 49,4% para a Área total do Rio. Para a Área de Santos este valor era de 38,5%³⁰.

Portanto, o valor médio de α' para todos os escravos em 1873 situava-se em torno de 40 a 50%, ou um valor central de 45%. Para a equação (3), entretanto, o α' importante refere-se não a todos os escravos, mas aos escravos da roça.

Utilizando o grupo etário de 15 a 50 anos como a base para os escravos da roça, o preço médio de escravos do sexo masculino e feminino em 1873 era 1:196\$000, cerca de 124% mais alto que o preço médio (534\$000) de escravos entre as idades de 1 a 14 anos e 51 a 65 anos. Uma vez que, na faixa etária 15-50, existiam alguns escravos artesãos e outros escravos qualificados, com maior valor de mercado que os escravos da roça, a cifra de 100% será utilizada ao invés de 124%.

Já que a proporção de escravos da roça no número total de escravos era 50%, isto sugere que α para escravos da roça deveria ser

$$\alpha = 0,75 \alpha' = 0,75 (45\%) = 33,8\%.$$

Até agora, reunindo os valores de P_c : 4\$500 por arroba; Q/L_f 155 arrobas; e α : 33,8%, R_f bruto pode ser estimado como 235\$755.

³⁰LAËRNE, op. cit. p. 218-23.

Deve-se deduzir os custos de manutenção (M_f) dessa cifra, abrangendo as despesas com alimentação e vestuário, cuidados médicos e supervisão.

Embora a maior parte da comida consumida por escravos fosse produzida nas fazendas, alguns produtos (sal, vela etc...) tinham que ser comprados. Esses produtos, entretanto, não representavam mais que 5% do total de despesas com alimentação. Segundo o relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro em 1858, "(...) a quota relativa à alimentação para manutenção de escravos (trabalhando em construção de estradas em uma freguesia rural) para almoço, jantar e ceia, incluindo domingos e feriados, com café e açúcar nos dias úteis, era 200\$000³¹ por dia.

Convertendo esta cifra numa base anual, em valores de 1873, e calculando 5% disso, obtém-se a estimativa de 4\$700.

Laërne estimou, em 1883, que o vestuário para escravos custava 11\$500 para o sexo masculino e 13\$300 para o feminino por ano³², o que em valores de 1873 representava uma despesa média de 11\$100.

É difícil obter informações diretas sobre o custo de supervisão de escravos da roça, porém uma boa aproximação encontra-se nos custos de administração da fazenda. Segundo as cifras das despesas anuais de nove fazendas de café do Rio de Janeiro, em 1883, reunidas por Laërne³³, podemos estimar os custos de supervisão de escravos da roça em 32\$000, em valores de 1873³⁴.

³¹ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Correspondência do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1856. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

³² LAËRNE, op. cit., p. 350.

³³ Id. ibid., p. 329, 333.

³⁴ Id. ibid., 35\$700 em 1883.

Esta cifra superestima estes custos em dois aspectos: em primeiro lugar, joga todos os custos de supervisão para os 50% dos escravos da roça da fazenda e, em segundo lugar, os custos administrativos totais incluem outros custos além da supervisão. O efeito final seria causar um viés para baixo da estimativa do valor líquido do produto marginal de escravos engajados em atividades agrícolas, porém esta é a direção que preferimos para o viés.

Despesas médicas foram estimadas em 12\$500 anuais para escravos engajados em atividades agrícolas. Somando os custos de manutenção, obtemos o valor de M_f como 60\$300 e deduzindo este total da estimativa do valor bruto do produto marginal, 235\$775, obtemos o R_f líquido de 175\$475 para escravos da roça.

Este valor representa a média para escravos da roça, do sexo masculino e feminino. Observando os preços de 1873, de escravos de 20 a 29 anos, apresentados na tabela 3, capítulo 2, escravos do sexo masculino eram avaliados em média em 10% a mais do que os de sexo feminino. Observando os aluguéis mensais de escravos do sexo masculino e feminino (veja figura 6, Anexo 2), esta diferença de 10% também existiu no mercado de aluguéis. Portanto, estimamos o valor de R_f para escravos do sexo masculino em 183\$800 e 167\$000 para escravos do sexo feminino.

1.1.4 Taxas de retorno

As quatro estimativas de R_f obtidas para 1873 pelos quatro procedimentos distintos são as seguintes:

- | | |
|---|----------|
| (1) Negros do ganho do Rio de Janeiro em atividades agrícolas, escravos do sexo masculino | 179\$200 |
| (2) Equivalência anual dos aluguéis mensais do Rio de Janeiro para escravos do sexo masculino engajados em atividades agrícolas | 190\$100 |

- | | | |
|-----|--|----------|
| (3) | Relatório de Laërne sobre o aluguel de escravos da roça das fazendas de café | 175\$790 |
| (4) | Utilizando função de produção, escravos da roça do sexo masculino | 183\$800 |

As quatro estimativas, obtidas a partir de diferentes métodos e fontes, apresentam resultados notadamente próximos. O R_f para escravos do sexo masculino variou entre 175\$790 e 190\$100, atingindo um valor central arredondado de 183\$500. O R_f de escravos do sexo feminino pode ser estimado, supondo-o 10% mais baixo que o R_f para escravos do sexo masculino, variando entre 159\$000 e 173\$000 e atingindo um valor central de 166\$000.

Com base nos dados sobre a longevidade de escravos, preços segundo a idade e receita anual obtida com o uso de um escravo, utilizamos as equações (1) e (2) e o método iterativo de F-E, para calcular a taxa interna de retorno para o investimento em escravos em 1873.

Os valores obtidos para a taxa interna de retorno são de 13% para escravos do sexo masculino e de 13% para escravos do sexo feminino. Estes resultados, quando comparados com a taxa alternativa de retorno de 10% - estimada no capítulo 2 da 2ª parte -, mostram que o capital escravo era, pelo menos, tão remunerativo quanto os seus empregos alternativos.

A fim de testar a sensibilidade desses resultados em relação ao método empregado na análise, pode-se obter estimativas alternativas pela permissão de pequenas mudanças nas grandezas das variáveis usadas para estimar a taxa de retorno. Para este teste de sensibilidade, usamos somente escravos do sexo masculino, com idade entre 20 e 50 anos e a equação (1).

Pode-se obter uma estimativa do efeito de uma mudança no preço de escravos pela construção de um intervalo para os preços de 1873, de escravos do sexo masculino entre 20 e 29 anos (apre-

sentamos na tabela 3, do anexo 3), usando o desvio-padrão. A amostra de escravos do sexo masculino, com idade entre 20 e 29 anos, das fazendas de café, em 1873, consistia de 141 escravos. O preço médio era 1:375\$890, o desvio-padrão 198,8 e o erro-padrão da média 16,74³⁵. Portanto, o intervalo (de um desvio padrão) do preço para escravos do sexo masculino com idade entre 20 e 29 anos varia de 1:177\$090 a 1:574\$690.

Dado o aluguel de 182\$500 e os valores médios de λ_t , as taxas de retorno situar-se-iam de 15,5 a 11,5%. Esses resultados indicam que os erros prováveis na estimação de preços de escravos não resultariam em mais que uma mudança de 13 a 20% da taxa de retorno.

A fim de estimar os efeitos de mudança nos aluguéis, a estimativa inferior (175\$500) e a estimativa superior (190\$100) podem ser utilizadas. Nesse caso, dados o preço médio de 1:375\$890 e os resultados médios de λ_t , as taxas de retorno seriam 12,5 e 14,0%. Observando a tabela 3 deste capítulo, o coeficiente de variação em aluguéis de escravos, em 1873, era de 14,4%³⁶. Aplicando-o à estimativa inferior de aluguel, obtemos 150\$200. Mesmo neste limite inferior reduzido, a taxa de retorno ainda seria 10,5%.

Finalmente, se ao invés de usar a média entre as estimativas inferiores e superiores da longevidade escrava, usamos apenas as estimativas inferiores, a taxa de retorno seria 12,5%.

³⁵ Caso quatro escravos aleijados e doentes (com preços de 950\$000, 800\$000, 700\$000 e 0) sejam excluídos da amostra, o preço médio torna-se 1:398\$180, o desvio-padrão 138,32 e o erro-padrão da média 11,82.

³⁶ O coeficiente de variação médio, definido como a razão do desvio-padrão sobre a média, durante o período 1871-81, era 16,6%.

Portanto, parece que os erros prováveis de qualquer variável, ou caso sejam usados os limites inferiores da estimativa, não reduziriam a taxa de retorno sobre escravos para menos que a estimativa de 10% da taxa alternativa de retorno.

Uma acumulação de todos os erros prováveis e estimativas inferiores³⁷, em direção de um viés simultâneo para baixo - o que é pouco provável de acontecer -, reduziria a taxa de retorno estimada de 13,0 para 8,5%, que ainda está dentro dos limites de 8,0 a 12,0%, sugerido como os limites da taxa alternativa de retorno durante esse período.

Em resumo, o método de análise e as estimativas das grandezas das variáveis, mais o teste para sensibilidade dos erros e do uso dos limites inferiores das estimativas sugerem que a taxa de retorno do capital em escravos para o ano de 1873 foi pelo menos igual às taxas de retorno recebidas por meio de formas alternativas de emprego de capital.

Esta situação predominou não só em 1873, mas também foi típica de todo o período de 1870-81. A tabela seguinte apresenta, para períodos trienais, o preço real médio de escravos do sexo masculino com idade entre 20 e 29 anos, aluguel anual real médio³⁸; e a taxa de retorno obtida, baseando-se na equação (1):

³⁷ Com o preço de 1.574\$690, a taxa anual de 150\$200 e a estimativa inferior da longevidade de escravos.

³⁸ Estas cifras foram obtidas por meio do uso da estimativa do aluguel anual médio em 1873 (182\$500) e do uso dos movimentos anuais no aluguel mensal real (coluna 4 tabela 10, capítulo 4) de escravos da roça do sexo masculino para gerar valores para o período 1870-81 (coluna 5). As cifras do período trienal são as médias dos alugueis anuais reais (valores de 1873) para cada período.

Tabela 4 - Taxas internas de retorno no investimento de escravos
adultos da roça do sexo masculino , 1870-1881

(Em mil-réis)

Anos	Preços reais médios	Aluguéis médios anuais em ter- mos reais	Taxa interna de retorno
1870 - 72	1.362\$300	178\$000	13,0%
1873 - 75	1.585\$000	186\$000	12,0%
1876 - 78	1.275\$600	191\$000	15,0%
1878 - 81	1.473\$900	175\$200	11,5%

As taxas de retorno variaram entre 11,5 e 15,0%. Esses resultados tornam-se mais significativos devido ao comportamento dos preços de escravos. Embora esses preços apresentem variações durante o período, os preços reais entre 1871 e 1881 mostram uma taxa de crescimento anual média geométrica positiva de 0,74% conforme observamos no Anexo 3.

Portanto, para um cálculo, em bases anuais, da taxa de retorno realmente obtida por fazendeiros de café durante a década de 70, a taxa de crescimento positiva dos preços reais significaria uma taxa positiva de ganhos de capital em investimentos em escravos. Isto reforçaria a taxa estimada de retorno. A importância de uma taxa positiva de crescimento de preços reais tornar-se-á mais evidente no próximo capítulo, em relação às restrições sobre a utilização do teste de lucratividade para o período 1882-88, quando houve um declínio constante dos preços reais de escravos.

As taxas médias de retorno estimadas para 1871-81 não são aquelas que os fazendeiros de café na realidade receberam uma vez que a abolição em 1888 ocorreu antes da expiração do período de 30 anos assumido pelo uso da equação (1) no cálculo. Esta avaliação pretendia responder à questão de qual a taxa de retorno que os fazendeiros de café obteriam, caso esperassem que os preços do café, os custos de manutenção de escravos e o produto médio de mão-de-obra fossem similares nas décadas de 80 e 90 àqueles predominantes na década de 70.

Os resultados obtidos mostram que um fazendeiro de café que comprasse um escravo da roça adulto, do sexo masculino, na década de 70, aos preços de mercado prevalecentes, esperaria ganhar pelo menos o que poderia ter ganho em outras oportunidades de investimentos alternativos.

Uma vez que todas as informações usadas para estimar as taxas de retorno eram típicas da Província do Rio de Janeiro, estes

cálculos sugerem que o investimento em capital escravo era lucrativo para os fazendeiros de café do Vale do Paraíba e este fato pode explicar muito do seu comportamento em relação a propriedade de escravos.

1.5 Demanda, preços e rendimentos de escravos

Altas taxas de retorno, juntamente com ganhos positivos de capital, no investimento em escravos durante o período 1871-81 são boas razões para explicar o aumento da demanda de escravos durante este período.

Nas figuras 3, 4 e 5 apresentamos elementos adicionais sobre o comportamento da demanda por escravos. A figura 3 compara o preço de escravos do sexo masculino com os do feminino do Rio de Janeiro em 1873, de acordo com a idade. Este comportamento dos preços segundo a idade e o sexo evidencia a fragilidade das hipóteses que se apoiam na demanda de escravos por razões de status ou prestígio social, pois é muito difícil justificar que por causa de tais razões os preços fossem variar tanto de escravo para escravo em função da idade ou então do sexo (inclusive dentro da mesma faixa etária)

VER FIGURA 3

Uma explicação mais convincente para este comportamento dos preços é apresentada na figura 4, onde comparamos os rendimentos líquidos anuais, de acordo com a idade, para os escravos do sexo masculino e do sexo feminino. Podemos observar que, no que concerne aos mais jovens, os rendimentos líquidos anuais produzidos pelos escravos eram negativos, porém, sua evolução é rápida, e após as idades de 6 ou 7 anos já se tornam positivos. Os preços dos escravos do sexo feminino atingem o pico na idade de 22 anos, enquanto que para os escravos do sexo masculino isso se dá nas idades de 26 a 27 anos.

VER FIGURA 4

Figura 3 - Preços (em mil-réis) de escravos, por sexo e idade, Rio de Janeiro, 1873

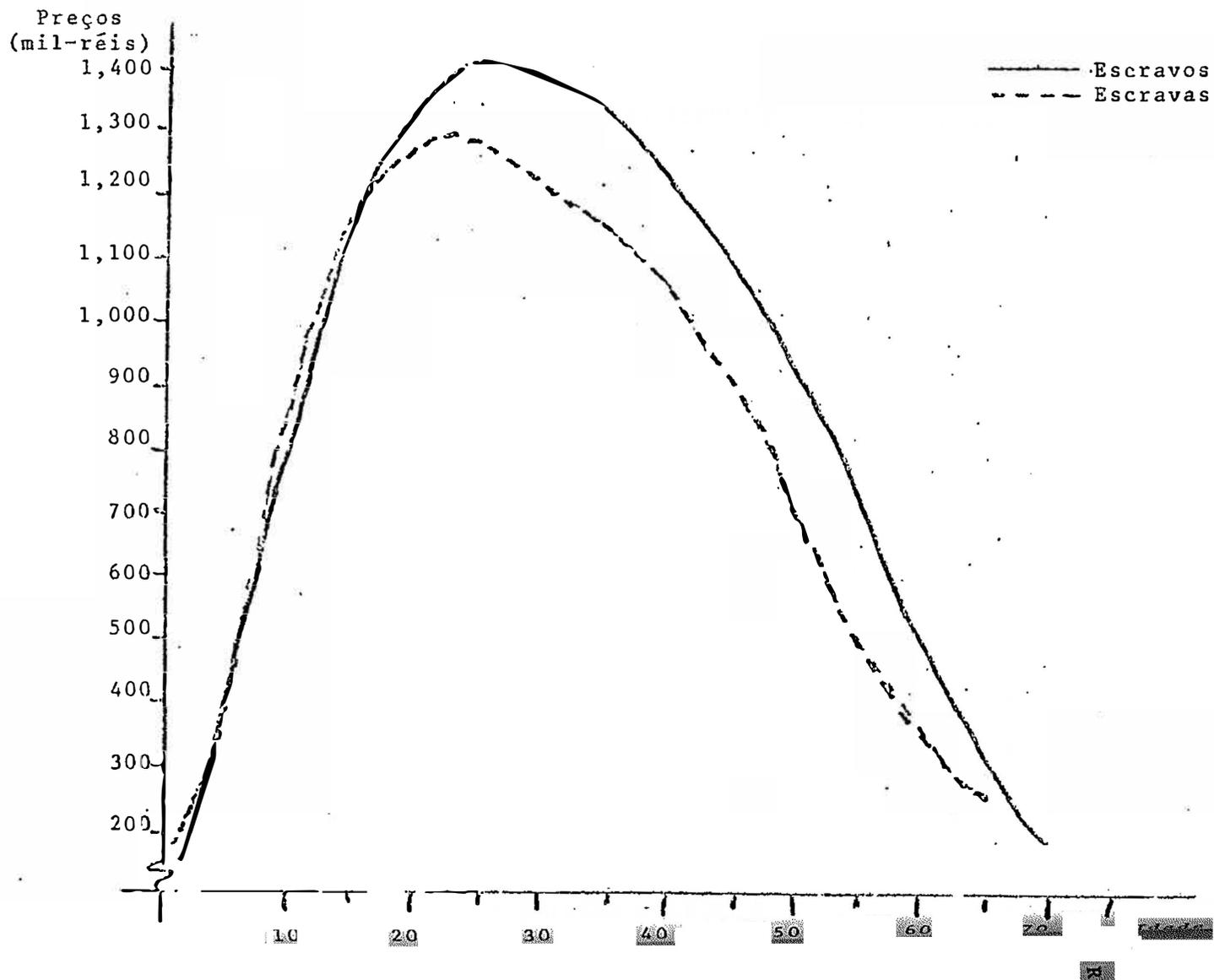
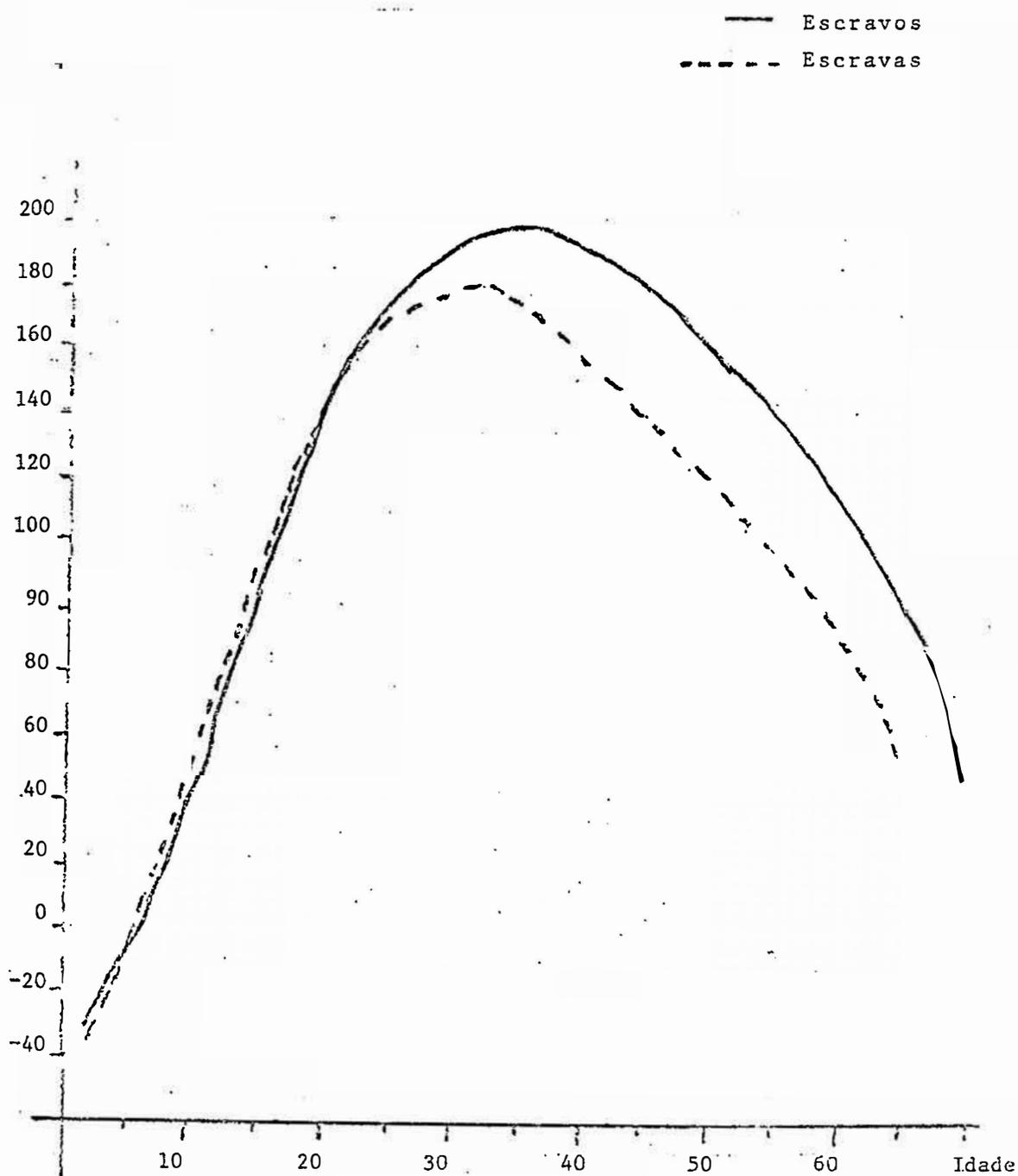


Figura 4 - Rendimentos líquidos anuais de escravos segundo a idade e o sexo, Rio de Janeiro, 1873.



Podemos observar também na figura 3 que até a idade de 16 anos os preços das escravas era maior que os dos escravos. Isto não se deve, entretanto, a nenhum potencial de procriação dessas escravas, pois durante esta época já vigorava (há mais de 16 meses) a Lei do Ventre Livre. Este comportamento dos preços pode ser melhor explicado pelo padrão dos rendimentos líquidos anuais. Esses rendimentos era maiores para as escravas do que para os escravos até a idade de 23 anos, e o pico ocorria, para as escravas, entre as idades de 30 a 31 anos, enquanto que para os escravos esse máximo era atingido com a idade de 35 anos.

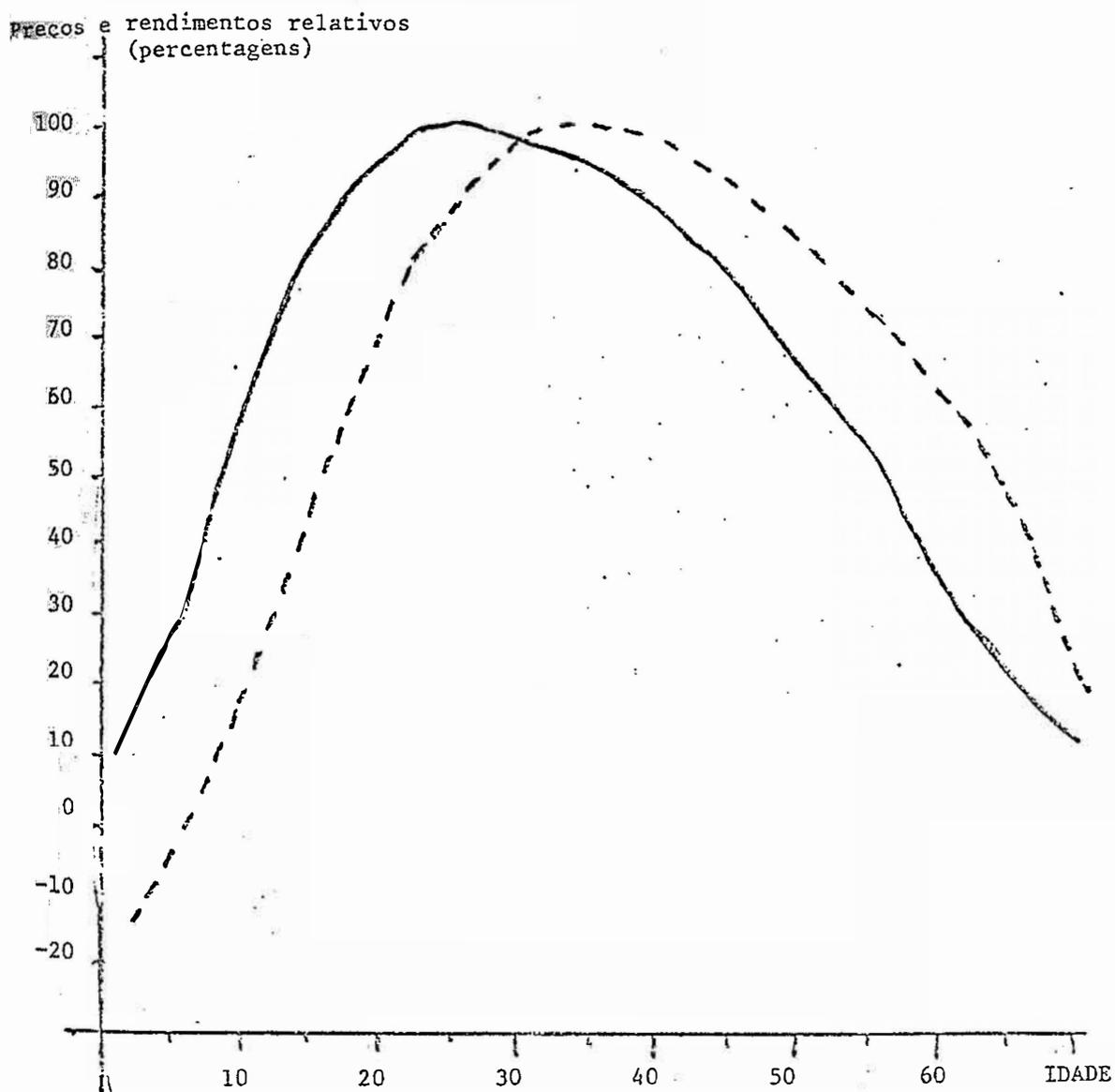
O relacionamento entre os preços e os rendimentos segundo a idade, para os escravos do sexo masculino, pode ser observado com maior clareza na figura 5. Os rendimentos eram negativos até as idades de 6 a 7 anos, quando então os rendimentos anuais líquidos tornaram-se positivos, embora os preços fossem positivos e aumentassem consecutivamente desde a idade de um ano, indicando as expectativas formadas entre os fazendeiros de que passado algum tempo esses rendimentos tornar-se-iam positivos³⁹

VER FIGURA 5

Tanto os preços quanto os rendimentos cresciam nas idades mais jovens, mas o pico dos preços ocorria entre as idades de 26 a 27 anos, portanto 8 a 9 anos mais cedo que o pico dos rendimentos, que tiveram seu cume na idade de 35 anos. Isto reflete o fato de que o preço dos escravos era dependente, não só da grandeza dos rendimentos líquidos produzidos, mas também da extensão do período em que o escravo produziria esses rendimentos. Após a idade de 35 anos, entretanto, tanto os preços quanto os rendimentos declinavam.

³⁹Em 1873, as crianças com menos de um ano eram Livres (ingênuos)

Figura 5 - Uma comparação do comportamento dos preços e rendimentos de escravos do sexo masculino. Rio de Janeiro, 1873



Um aspecto interessante revelado pela figura 5 é o padrão dos rendimentos dos escravos do sexo masculino com idades entre 60 e 65 anos. Um escravo de 60 anos produzia um rendimento líquido anual igual a 62,2% do pico dos seus rendimentos. Muito embora declinasse rapidamente nos anos subsequentes, esta proporção era ainda de 46,1% para escravos com 65 anos.

Este aspecto não era insignificante, pois indicava que em 1873 um escravo de 60 anos poderia produzir 13\$700 mensalmente e estes rendimentos, embora declinando bastante a cada ano que excedia essa idade, atingiriam ainda cerca de 74,3% dessa grandeza para um escravo de 65 anos de idade⁴⁰.

Não nos devemos admirar, pois, de que quando da discussão da Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885 - dando liberdade, sem nenhuma indenização aos donos, para os escravos com 60 anos ou mais - os donos de escravos (especialmente os fazendeiros de café) se tenham oposto à Lei e propugnado (de fato conseguindo), por meio de uma cláusula, que os escravos com idade entre 60 e 65 anos, como uma forma de compensação para seus donos, teriam de provê-los com trabalho não remunerado por mais três anos (ou então até que atingissem a idade de 65 anos)

O apoio dos fazendeiros de café a esta cláusula, portanto, ao invés de calcar-se no tradicionalismo, ou mesmo numa crueldade desnecessária como é alegado por alguns autores, parece apoiar-se em considerações econômicas sobre o valor e a capacidade de produção dos escravos, segundo as diferentes idades.

⁴⁰ CONRAD, The Destruction of Brazilian Slavery, pp.210-229, 310-316.

CAPÍTULO 8

1.2. VIABILIDADE ECONÔMICA DA ESCRAVIDÃO

1.2.1 Uma instituição moribunda

Vê-se no Anexo 2 que a demanda de escravos estava crescendo entre 1850 e 1881, podendo esse comportamento ser explicado por razões econômicas de rentabilidade. Resta ainda explicar o comportamento da demanda, na década de 80 (1882-1888): se a escravidão era lucrativa para os fazendeiros de café, como interpretar a queda na demanda?

Dadas as características econômicas e institucionais da escravidão, desenvolveremos o argumento de que um declínio contínuo e prolongado da demanda indica que a escravidão estava moribunda nesse período. Nossa hipótese é a de que o declínio da demanda de escravos e a razão de a instituição estar moribunda podem ser explicados pela grande pressão abolicionista, ou seja, pelo impacto cumulativo da ideologia anti-escravista, exógena a esse setor, sobre as expectativas dos fazendeiros de café quanto ao futuro da escravidão.

Em primeiro lugar, é necessário definir o que entendemos por instituição moribunda. Em geral, esta expressão é empregada para definir uma instituição economicamente inviável, em que o preço de mercado de um escravo adulto está tendendo ou já se encontra abaixo dos custos capitalizados para a criação deste escravo. Na experiência brasileira, entretanto, uma vez que a Lei do Ventre Livre, de 1871, libertou os filhos de mãe escrava nascidos após sua promulgação, a escravidão não poderia ser perpetuada pelo crescimento natural dessa população. De fato, a escravidão estava morta a longo prazo - o estoque de escravos não podia ser repostado e a mortalidade se encarregaria de dar-lhe cabo após certo tempo. Mas a abolição ocorreu muito antes do limite desse longo prazo. Como vê-se no anexo 2, a limi-

tação demográfica só se faria sentir no fim da década de 90. É, portanto, no contexto desse hipotético intervalo de tempo, da Lei do Ventre Livre de 1871 até a data em que o minguante estoque de escravos seria absolutamente insuficiente para suprir as necessidades de trabalho das fazendas de café, que estamos interessados em construir um teste de viabilidade, ou definir o que entendemos por uma instituição moribunda.

Nessa situação, um bom indicador de que a instituição está moribunda, numa região ou numa atividade econômica qualquer (por exemplo, produção de café na região cafeeira), surge quando o volume de interesses econômicos acumulados na instituição da escravidão - medido pela riqueza representada pelos escravos (seu número multiplicado pelo respectivo preço médio) possuídos pelos fazendeiros, está declinando continuamente.

Todos os exemplos históricos de uma abolição pacífica promovida por meios parlamentares ocorreram quando os interesses econômicos na escravidão se encontravam reduzidos e em declínio. Muito embora, no nosso entender, o relacionamento entre o interesse econômico e as atitudes políticas seja bastante complexo e a direção de causalidade não muito clara, acreditamos que, com alguns anos de preços de escravos em declínio contínuo, as perdas de capital seriam graduais e mais suportáveis por parte de seus proprietários. Assim, para caracterizar a escravidão como moribunda não é necessário que seja atingido o caso limite de um valor nulo da riqueza representada por escravos; basta haver uma forte tendência nessa direção. No exemplo brasileiro, após alguns anos de queda contínua no valor dos escravos, as reações dos fazendeiros de café - o grupo mais influente no processo decisório da política deste período - a abolição de 1888 teriam de ser diferentes, em outra situação, se houvesse uma súbita abolição durante um prolongado período de aumento de preços e quantidades de escravos.

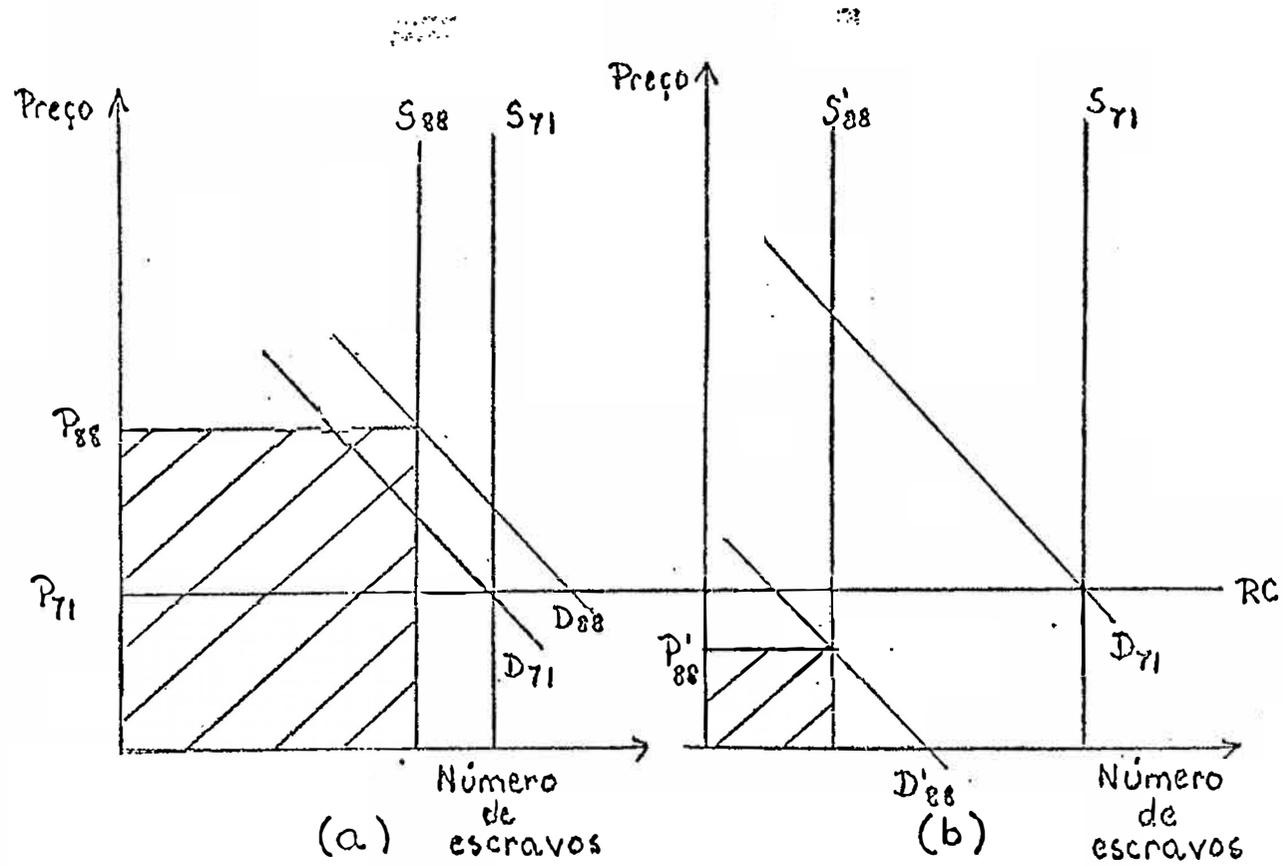
Em termos mais formais, podemos interpretar a instituição econômica da escravidão como uma indústria em que as empresas são proprietárias ou alugam bens de capital (escravos) e os utilizam como fatores de produção, para produzir uma mercadoria (serviços de trabalho escravo). É preciso, pois, fazer uma distinção entre o mercado de aluguéis, onde os serviços de trabalho escravo eram transacionados, e o mercado de compra e venda, onde os escravos eram transacionados.

Examinando a estrutura do mercado de compra e venda de escravos, podemos considerar a curva de oferta de escravos como completamente inelástica a curto prazo. Os preços de escravos são portanto determinados pelos deslocamentos de curto prazo da curva de demanda. A característica principal para sugerir que a escravidão não era viável, ou então que estava prestes a tornar-se economicamente inviável (ou moribunda), consiste num declínio contínuo da demanda pela unidade especializada de capital (escravos), usada na produção do produto (serviços de trabalho escravo) dessa instituição.

Este argumento pode ser ilustrado para a totalidade da população escrava, com o emprego dos diagramas (a) e (b) da figura a seguir.

VER FIGURA 6

Figura. 6 - Simulação dos efeitos sobre a determinação do preço de escravos provocados por deslocamentos da curva de demanda



Suponhamos que em 1871 o preço de um escravo adulto encontrava-se exatamente igual ao valor presente de seus custos capitalizados de criação (RC). Suponhamos que a demanda estava crescendo de D_{71} para D_{88} no diagrama (a), e diminuindo de D_{71} para D'_{88} no diagrama (b), sendo que as mesmas forças que determinaram o aumento ou diminuição da demanda também atuassem de modo direto e proporcional na determinação do número de manumissões. Podemos supor, então, que a oferta estava declinando somente por razões demográficas de mortalidade - as manumissões sendo insignificantes - no diagrama (a) de S_{71} para S_{88} , mas, no diagrama (b), o número de escravos estava decrescendo pelo efeito conjunto da mortalidade e das manumissões, de S_{71} para S'_{88} .

Nesses diagramas o valor agregado de mercado dos escravos está representado pela área hachurada. Podemos observar que os valores são bastante diferentes nas duas situações hipotéticas de comportamento da demanda e das manumissões. Além disso, vemos na situação ilustrada em (a) que, em termos dinâmicos, as mesmas forças responsáveis pelo crescimento da demanda provavelmente seriam também incentivadas, uma vez que $P_{88} > R_C$, não só a aumentarem substancialmente o custo alternativo da decisão de alforriar escravos, mas também a se manifestarem com maior intensidade, com vistas a obterem os ingênuos como escravos de fato após completarem 21 anos. De qualquer modo, os interesses econômicos envolvidos na discussão da Lei dos Sexagenários e da Lei Áurea seriam colocados numa perspectiva bem diferente da que de fato ocorreu. Na situação ilustrada em (b), todavia, $P'_{88} < R_C$, e como a demanda por escravos estava declinando continuamente, esses incentivos econômicos não estariam presentes.

Deste modo a diminuição contínua da demanda de escravos após 1881 indica que a instituição estava moribunda. As questões importantes são: o que causou essa situação? Quais as hipóteses que explicam este comportamento? Como testá-las?

1.2.2 Duas hipóteses

Para esclarecer a tendência declinante da demanda de escravos, nossa hipótese é a de que esta foi causada por uma série de fatores exógenos, que chamamos de pressão abolicionista. A melhor maneira de expressar o que pretendemos dizer com o termo pressão abolicionista encontra-se na explicação do fenômeno de a idéia e a instituição da escravatura terem existido praticamente em todo o Mundo Ocidental durante três mil anos - nas Américas, do Canadá até a Argentina - não se questionando a não ser raramente a sua legitimidade ética e, então, em menos de cem anos, a partir das últimas décadas do século XVIII, ela sumir de cena, condenada por quase todos.

Portanto, para este estudo, a dinâmica da difusão dos movimentos políticos e ideológicos da abolição, conforme representados pelas fontes, domésticas e estrangeiras, de pressão da opinião pública, a introdução e difusão de novos pensamentos e novas idéias de organização da sociedade, bem como a provocação, por meio do movimento abolicionista organizado nos últimos anos, com mobilização das massas, organização de campanhas, estímulo para o abandono das fazendas por parte dos escravos - em suma, a contínua erosão do suporte da sociedade para a instituição e a aceleração política do movimento depois de 1885 constituíram importantes causas que explicam o declínio na demanda de escravos nas fazendas de café.

Também dentre as importantes causas da pressão abolicionista devemos enfatizar que o exemplo de outras sociedades escravocratas do Novo Mundo influenciava profundamente a experiência brasileira. Todos, em geral, concordam que os últimos anos da década de 60 e alguns anos da metade da década de 80 foram dois períodos caracterizados por agitações abolicionistas, embora de naturezas diversas, e não é coincidência para nós que o primeiro período tenha sido logo após a Guerra Civil Americana

e o trágico fim da escravidão norte-americana e o segundo período tenha sido quase coincidente com o da Abolição da Escravatura de Cuba em 1884⁴¹, quando o Brasil tornou-se o último baluarte da escravidão nas Américas.

Embora consideremos que a maioria das interpretações concordam a respeito da importância do declínio do suporte da sociedade para a instituição, queremos enfatizar que esta erosão estava ocorrendo a despeito dos interesses econômicos dos fazendeiros de café, baseados em considerações de lucratividade.

Em contraposição a nossa interpretação, existe uma hipótese competitiva, que pretendemos investigar. Baseia-se esta hipótese em argumentos muito semelhantes, em conteúdo, àqueles levantados por Phillips em sua explicação para a não-lucratividade da escravidão nos Estados Unidos⁴².

⁴¹ A Lei da Emancipação de 8 de maio de 1884, estabeleceu que a escravidão em Cuba deveria ser abolida gradualmente, mas, na prática, significou um fim imediato para a escravidão. LAËRNE, C.F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa. London, W.H. Alden, 1885, p. 79-80.

⁴² PHILLIPS, Ulrich Bonnell. American negro slavery: a survey of the supply employment and control of negro labor as determined by the plantation regime. New York, D. Appleton, 1918.

_____ The economic cost of slaveholding in the cotton belt. Political Science Quarterly, 20:257-75, June 1905.

Segundo essa interpretação, a escravidão estava condenada em bases técnicas, uma vez que não possuía flexibilidade e eficiência e era uma aplicação de capital que apresentava mais risco que outras atividades - isto é, um investimento não-lucrativo. Com o início da modernização brasileira e o começo de experiência com o capitalismo, na segunda metade do século XIX, a escravidão uma instituição pré-capitalista - teria que ser abandonada, devido ao declínio gradual na demanda de serviços de mão-de-obra escrava, pari passu com a gradativa modernização. Além disso, havia uma cisão nos interesses e atitudes dos fazendeiros de café, no que concerne à escravidão. Um grupo de fazendeiros do Vale do Paraíba era limitado por valores e atitudes tradicionais, tanto em seu papel social quanto econômico, sendo um reflexo desse fato a sua demanda de escravos, baseada mais na tradição, no prestígio social e em razões paternalistas que em considerações sobre a lucratividade. A este grupo contrapõem-se os fazendeiros de café do Centro e do Oeste de São Paulo, mais dinâmicos e abertos a novas idéias, com uma mentalidade capitalista, experimentando novas formas de organização de trabalho (imigração européia em particular), e cada vez mais insatisfeitos com os escravos como solução para seus problemas de mão-de-obra. Como a área de plantação de café estava se mudando rapidamente para o Oeste de São Paulo, tanto o poder político quanto o econômico também se mudavam para essa região, onde um novo tipo de fazendeiro encontrava-se pronto a inovar, por meio da substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Portanto, a não-lucratividade da escravidão, somada à mudança regional da produção do café para o Oeste de São Paulo, originariam um declínio gradual na demanda de serviços de mão de obra escrava, um processo que acontecia num ritmo crescente nas décadas de 70 e 80 e, em consequência, a demanda de escravos estaria caindo gradualmente durante o período.

Mostra-se no anexo 2 que o processo de concentração seletiva de escravos estava ocorrendo no Oeste de São Paulo, na década de 70, mais do que em qualquer outra parte da região produtora

de café. Na seção 1.1 deste capítulo, mostramos que entre 1871 e 1881 a propriedade de escravos por parte de fazendeiros de café do Vale do Paraíba poderia ser explicada por considerações sobre lucratividade. Porém, devemos reconhecer que a demanda de escravos estava diminuindo na década de 80 e a interpretação acima oferece uma explicação cuja plausibilidade pode ser examinada.

As duas interpretações - esta e a anterior - podem ser expressas como hipóteses testáveis. Consideremos o mercado de aluguel, onde serviços de escravos eram transacionados, e o mercado de compra e venda, onde escravos (bens de capital) eram transacionados.

Pressupondo a concorrência, o aluguel era fixo para qualquer firma (como qualquer fazenda de café) em particular. A curto prazo, o rendimento do fator fixo (escravos) era uma quase-renda residualmente determinada. Supondo um equilíbrio de longo prazo para a indústria e a homogeneidade de todos os escravos em idade, qualificação e força física, o preço do bem de capital (escravos) era então o valor capitalizado dessas quase-rendas, durante o período de vida de um escravo.

A hipótese competitiva focaliza implicitamente a interação dos mercados de aluguel e de compra e venda, uma vez que a percepção crescente da sociedade em relação à ineficiência e não-lucratividade da escravidão - traduzida em comportamento de mercado - produziria uma demanda decrescente de serviços de mão-de-obra escrava, e, portanto, (com uma oferta totalmente inelástica de curto prazo) uma queda nos preços de serviços de mão-de-obra escrava (isto é, no aluguel). Supondo constantes os custos de manutenção, a capitalização deste decrescente aluguel líquido produziria, então, um preço decrescente para escravos. Portanto, através dessa interpretação, os preços decrescentes de escravos no mercado de compra e venda seriam causados pelos aluguéis líquidos decrescentes no mercado de aluguel.

Nossa interpretação focaliza apenas o mercado de compra e venda. A pressão abolicionista criou incertezas, definidas como a formação de expectativas que não dependem de um único valor, porém constituem uma distribuição probabilística, sob a qual os próprios parâmetros de distribuição não são conhecidos. A incerteza age no mercado de compra e venda, por meio da capitalização do aluguel líquido, e não no mercado de aluguel, supondo plausivelmente que o movimento abolicionista não produzia custos não-pecuniários para o aluguel de escravos em fazendas de café.

Já que não estamos interessados na decisão ex-ante de investimento per se, é irrelevante a maneira como a incerteza e formalmente introduzida. Sabendo o preço ex-post do escravo, sabemos como o mercado realiza sua capitalização.

A fim de facilitar a análise, uma fórmula simples e usada para exprimir o preço de um escravo adulto da roça:

$$(1) \quad P_{Sf} = \frac{H_f}{i} \left[1 - \frac{1}{(1+i)^n} \right]$$

onde

P_{Sf} = preço de escravo adulto da roça;

H_f = receita líquida anual produzida por um escravo, igual ao aluguel líquido;

i = taxa de desconto

n = vida produtiva esperada de um escravo, em que o limite máximo seria a vida biológica do escravo, conforme apresentado nas Tâbuas de Sobrevivência dos Escravos; e

Definindo X como:

$$X = 1: \left[\frac{1}{(1+i)^n} \right]$$

Obtemos

$$(2) \quad P_{SF} = \left(\frac{H_f}{i} \right) \cdot X$$

Portanto, para escolher entre as duas hipóteses competitivas, nos propusemos a usar quatro testes, utilizando informações sobre os mercados de aluguel e de compra e venda de escravos:⁴³ (1) o índice de expectativa; (2) um índice do aluguel real de escravos; (3) a mudança no delineamento dos perfis de preços de escravos por idade; (4) um índice da "morte política" da escravidão. Os índices propriamente ditos são simples, embora a obtenção dos dados tenha exigido uma extensa pesquisa em fontes primárias. Em conjunto, porém, constituem um forte teste para decidir entre as duas hipóteses competitivas.

7.3 Testagem pelo índice de expectativas

O primeiro teste é construir o índice de expectativas de FOGEL e ENGERMAN⁴⁴. Embora o índice seja utilizado pelos autores para responder a uma pergunta diferente, também pode ser usado em nosso caso, fazendo uma mudança em sua interpretação, considerando-o como medindo as expectativas dos fazendeiros de café sobre o futuro da instituição da escravidão.

Este índice é construído como a razão de duas séries: a) o preço médio sobre o aluguel para cada ano do período 1871/87; e b) o preço médio sobre o aluguel para um período em que exista um estado de expectativas médio ou normal.

⁴³ O teste de lucratividade, embora não seja inadequado se as taxas anuais de perda de capital forem incluídas no cálculo da taxa interna de retorno, não fornece uma visão adequada aqui.

⁴⁴ Para uma explicação da construção e interpretação do índice, veja FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. The economics of slavery. In: _____. The reinterpretation of American economic history. New York, Harper & Row, 1971, p. 331-2.

O item b é bastante complexo e difícil de ser definido. Por meio de nossa discussão sobre a evolução dos preços de escravos durante esta época, observamos que a década de 50 foi um período em que os preços de escravos estavam se adaptando à mudança nas condições de oferta, ou seja, do tráfico de escravos africanos para as fontes internas. O período da década de 80 foi caracterizado pela importância crescente do movimento Abolicionista. Portanto, tomaremos o período 1860-79 como representativo do estado de expectativas médio.

Formalmente, o índice de expectativas pode ser definido como:^{4 5}

$$I_S = \left[\frac{\frac{P_i}{H_i}}{\frac{\sum_{j=1}^N \frac{P_j}{H_j}}{n}} - 1 \right] 100$$

onde

P_i = preço de escravos do ano i ;

H_i = aluguel de escravos do ano i ;

j = anos do período caracterizados como de expectativas normais ou médias;

n = número de anos do período de expectativa normal.

O aluguel anual reflete a avaliação do mercado sobre o valor produtivo dos serviços de mão-de-obra escrava num determinado ano. O preço de compra e venda reflete a avaliação desse mercado neste ano e nos anos subsequentes, durante o tempo de vida dos escravos.

^{4 5} A fórmula baseia-se na interpretação da figura 22 de FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. Evidence and methods: a supplement. In: _____ Time on the cross. Boston, Little, Brown, 1974, vol. 2, p. 104.

portanto, o índice de expectativa, sendo a razão das duas séries, pode testar o otimismo ou pessimismo relativos sobre as perspectivas futuras da instituição da escravidão.

Diferenciado totalmente (2), obtemos:

$$(3) \dot{P}_{sf} = \dot{H}_f - \dot{i} + \dot{x}$$

onde um asterisco (*) sobre qualquer variável a representa na forma de taxa de mudança. Suponha-se que as taxas de juros não mudam durante este período ($\dot{i} = 0$).

Segundo a hipótese competitiva, \underline{n} na equação (1) seria igual à vida biológica de um escravo adulto da roça, já que o elemento de incerteza na vida econômica da escravidão, caso exista, seria invariável durante o período. Pressupondo que as condições de mortalidade dos escravos não mudam durante o período, $\dot{n} = 0$. Portanto, uma vez que \dot{i} e \dot{n} podem ser interpretados como iguais a zero, \dot{x} também seria igual a zero (isto é, o fator capitalização não variaria durante este período). Então, esperaríamos que os preços e aluguéis de escravos variassem à mesma taxa ($\dot{P} = \dot{H}$) e \underline{I}_s seria uma linha reta ou apresentaria apenas poucas flutuações durante este período⁴⁶.

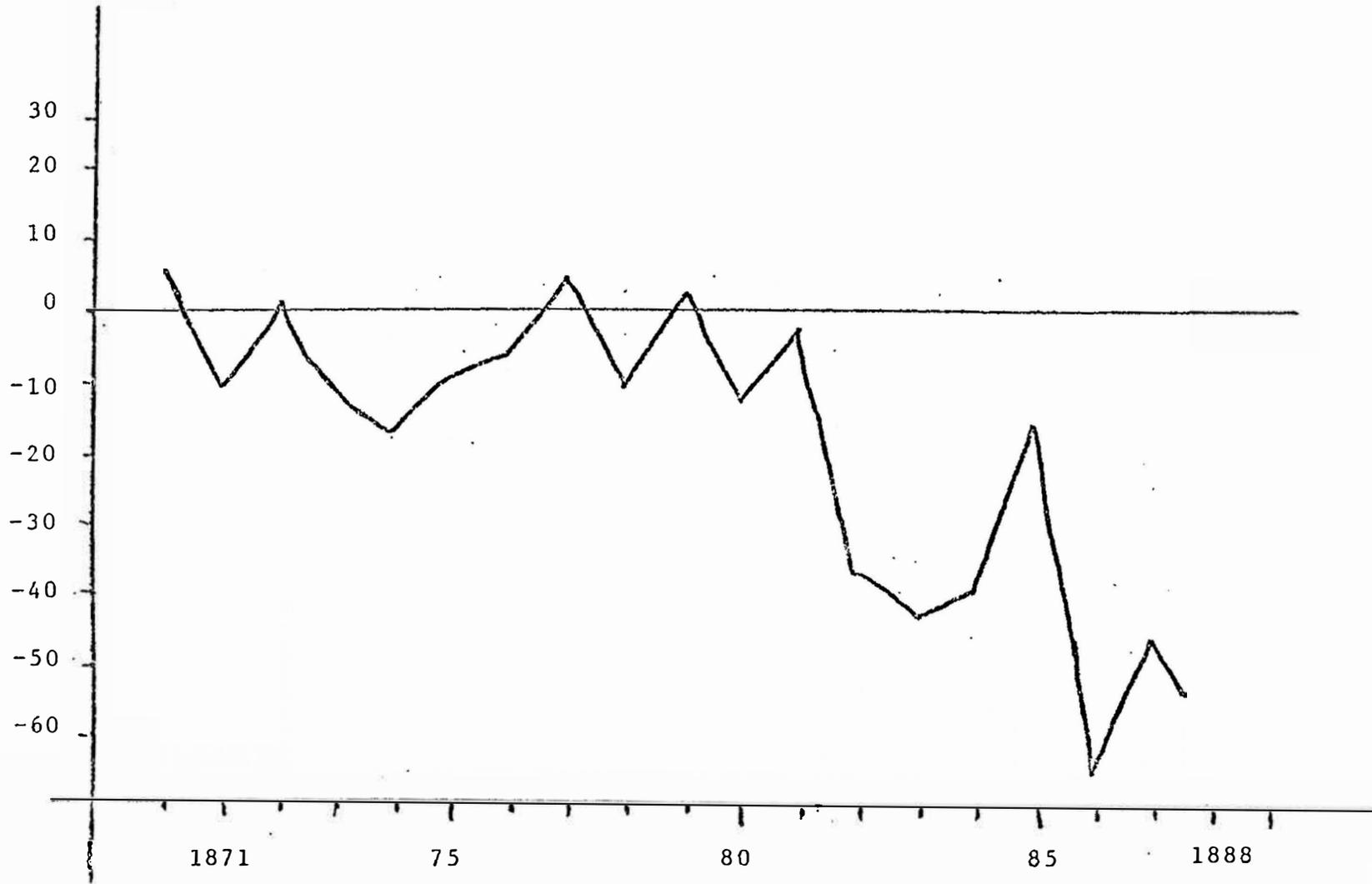
Em nossa interpretação, entretanto, \underline{n} na equação (1) é a vida produtiva esperada da escravidão, e isto, devido à incerteza crescente causada pela pressão abolicionista, estava declinando a uma taxa crescente. Desta forma, esperaríamos que o fator capitalização \underline{x} estivesse declinando e, portanto, \dot{x} fosse negativo. Em consequência, \underline{I}_s cairia continuamente nos últimos anos de escravidão.

Utilizando as informações sobre preço e aluguel de todos os escravos, apresentados na tabela 2 e 5 do anexo 3, apresentamos o índice de expectativa para o período de 1871-88:

VER FIGURA 7

⁴⁶ Pressumivelmente, $\dot{H} < 0$, $\dot{P} < 0$, mas $\dot{H} = \dot{P}$.

Figura 7 - Índice de expectativas, 1871-1888



pode-se observar que os proprietários de escravos estavam pessimistas nos dois anos subsequentes à Lei do Ventre Livre, porém suas expectativas crescem e oscilam por todo este período até 1881. Depois deste ano, a expectativa cai intensamente nos anos seguintes, reagindo novamente em 1885, na esperança de que, com a Lei dos Sexagenários, considerada como uma concessão às forças abolicionistas, a pressão abolicionista fosse diminuir. Uma vez que isto não aconteceu desta maneira, porque em 1886 o movimento abolicionista estava em plena força, a expectativa caiu dramaticamente outra vez, até a conclusão final⁴⁷

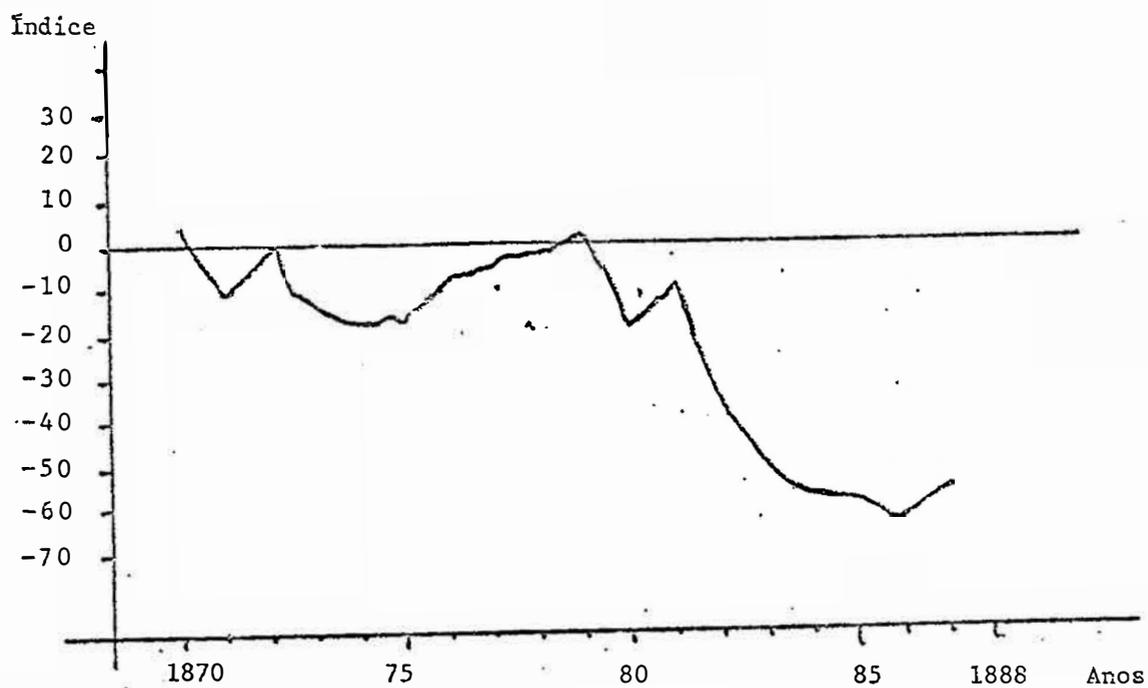
Portanto, pode-se notar que a expectativa declina rapidamente na década de 80, indicando que a pressão abolicionista estava agindo no mercado de compra e venda, por meio da capitalização do aluguel líquido. Isto pode ser melhor observado na figura a seguir, que apresenta o Índice de expectativas com base em: (a) preços e aluguéis de escravos adultos, de ambos os sexos, de ocupações urbanas; (b) preços e aluguéis de escravos do sexo masculino, com 20 a 29 anos de ocupações agrícolas. Nos dois casos utilizamos o período 1860-1879 como o período médio ou normas de expectativas.

VER FIGURA 8

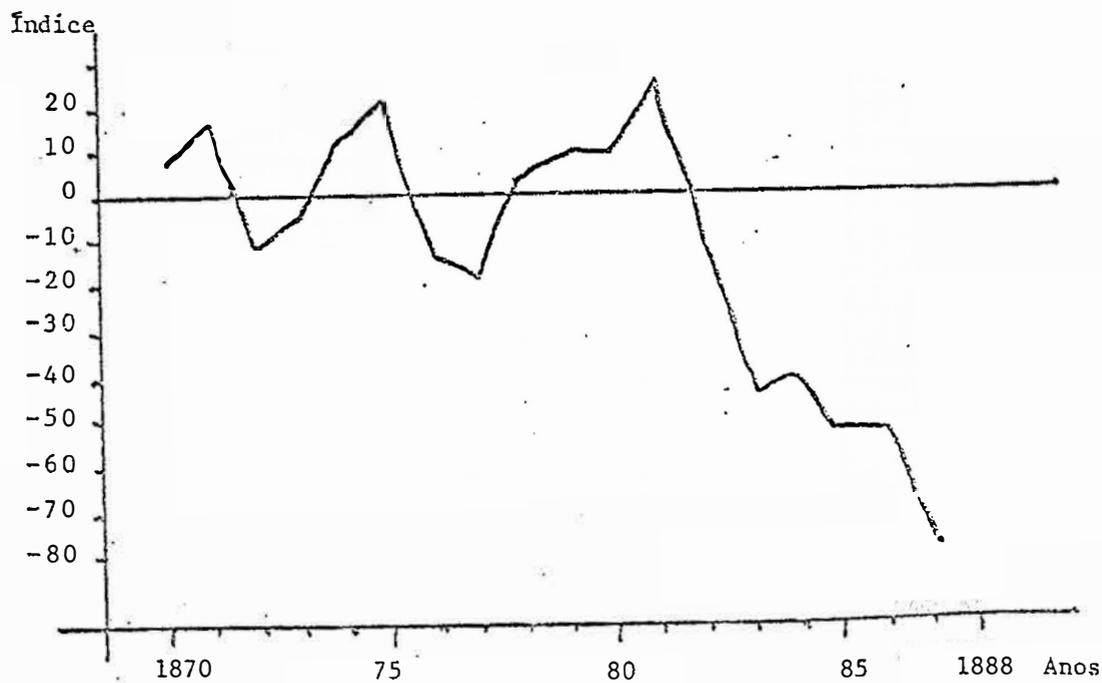
⁴⁷ Conforme observado por Conrad, "A Lei dos Sexagenários representou uma mudança no "status quo" e assim quebrou o ritmo crescente do movimento de libertação, levando-o a um compasso de espera no final de 1885 e começo de 1886, antes da corrida final para o triunfo" (T. do A.) CONRAD, Robert. The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888. Berkeley, The Univ. California Press, 1972. p. 211.

Figura 8 - Índice de expectativas, escravos rurais e urbanos,
1871-1888

a) Escravos urbanos



b) Escravos rurais, do sexo masculino, 20-29 anos



Dois aspectos dos índices de expectativas rurais e urbanas merecem atenção. O primeiro refere-se ao fato de o índice de expectativas cair rapidamente na década de 80, tanto para os proprietários de escravos urbanos quanto para os de rurais. O segundo diz respeito ao fato de que, comparando os índices de expectativas urbanos e rurais na década de 70, as expectativas de proprietários de escravos rurais, embora voláteis, estão em conformidade com a tendência das expectativas normais ou médias. Os proprietários de escravos urbanos, entretanto, eram consistentemente mais pessimistas, durante este período, que os proprietários de escravos rurais, o que fornece bases para a interpretação de que o movimento abolicionista no Brasil foi um fenômeno basicamente urbano.

1.2.4 Testagem pelo índice de aluguel real

Este índice oferece maior solidez à interpretação de que o mercado de compra e venda, e não o mercado de aluguel, e o de maior relevância para o declínio da demanda de escravos durante esse período.

Para a construção deste índice, utilizamos a evolução do aluguel anual real para escravos rurais do sexo masculino, no período 1871-88 (1871=100), baseados na tabela 3, desse capítulo.

De acordo com a interpretação do declínio na demanda de escravos, causado pela não-lucratividade de escravos e pela importância crescente de fazendeiros modernos na produção de café, o aluguel real deveria estar gradual e firmemente decrescendo durante esse período, refletindo a demanda decrescente por serviços de mão-de-obra escrava⁴⁸.

⁴⁸ Mesmo supondo uma oferta de serviços escravos constante ou decrescente durante o período, refletindo a redução demográfica do estoque de escravos.

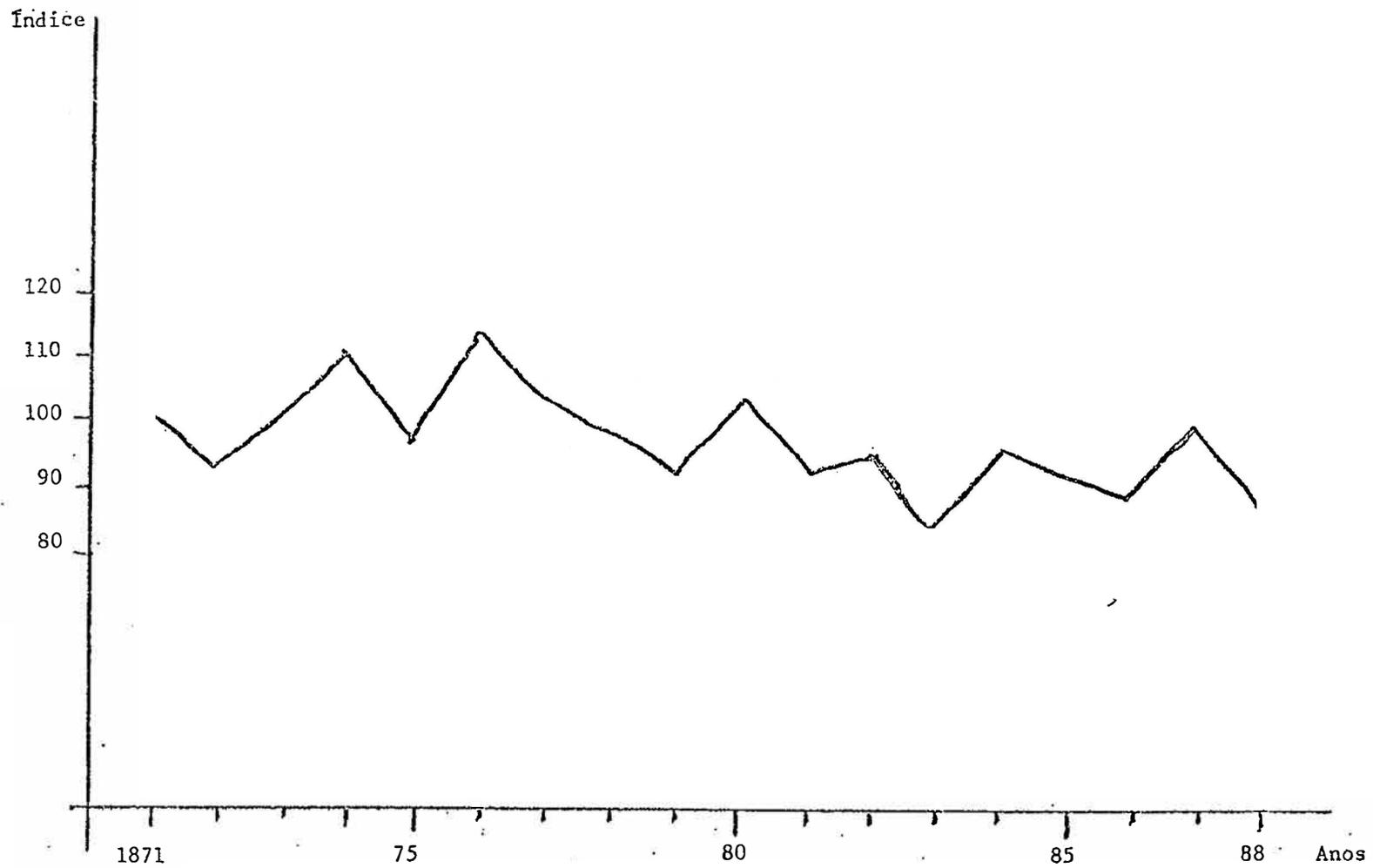
Podemos observar na figura seguinte: que os aluguéis reais aumentam de 1871 até 1876, a uma taxa geométrica média de crescimento anual de 2,4%, caindo no período de 1876 a 1883 a uma taxa de crescimento negativa de (-3,15%) ao ano, aumentando novamente entre 1883 e 1887 a uma taxa de crescimento de 2,9% ao ano e caindo apenas no último ano de escravidão. No período total compreendido entre 1871-88, a taxa de crescimento foi levemente negativa, (-0,76%) ao ano, porém o período crítico aqui se encontra em 1882-87, em que a tendência foi positiva⁴⁹.

VER FIGURA 9

⁴⁹ $\text{Log } H_t = 5,072 + 0,01371 t - r^2 - 0,15.$

Figura 9 - Índice do aluguel líquido real para escravos rurais do sexo masculino (1871=100)

PNEP 16/84



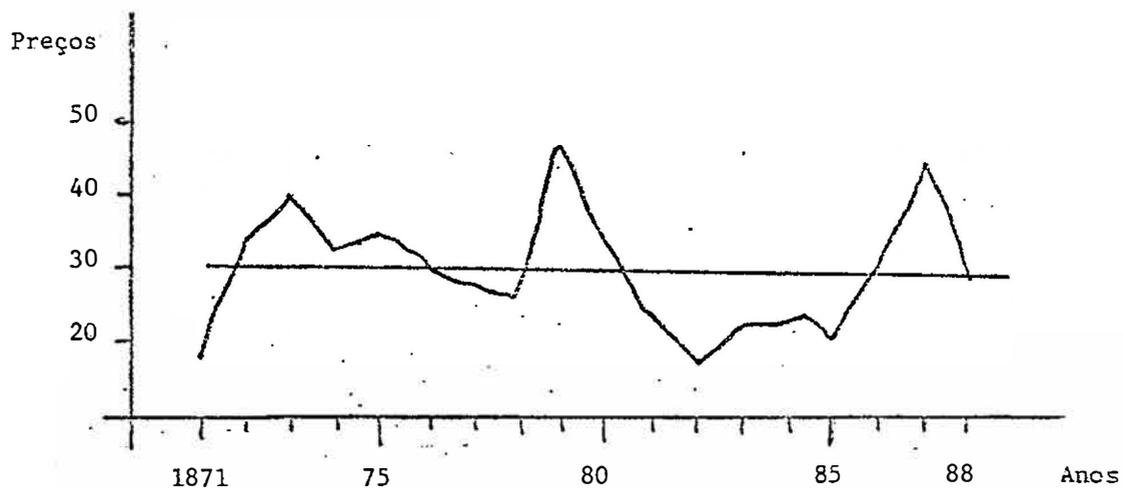
305

Estes resultados não variaram, caso tivessem sido usadas outras séries de alugueis mensais reais de escravos, como se pode observar nas figuras 8, 9 e 10, no anexo.3.

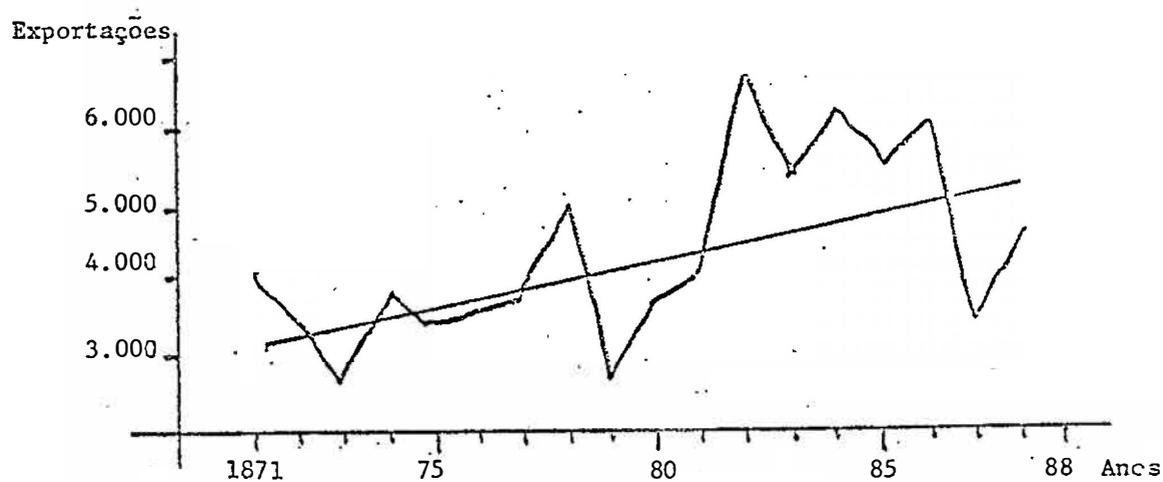
Os movimentos cíclicos do aluguel anual líquido real para escravos rurais do sexo masculino, durante 1871-88, ao invés de darem suporte a uma interpretação de um declínio contínuo e firme na demanda de serviços de mão-de-obra escrava, parecem refletir as flutuações e tendências nas exportações e receitas de café durante o período, como podemos verificar na figura a seguir:

VER FIGURA 10

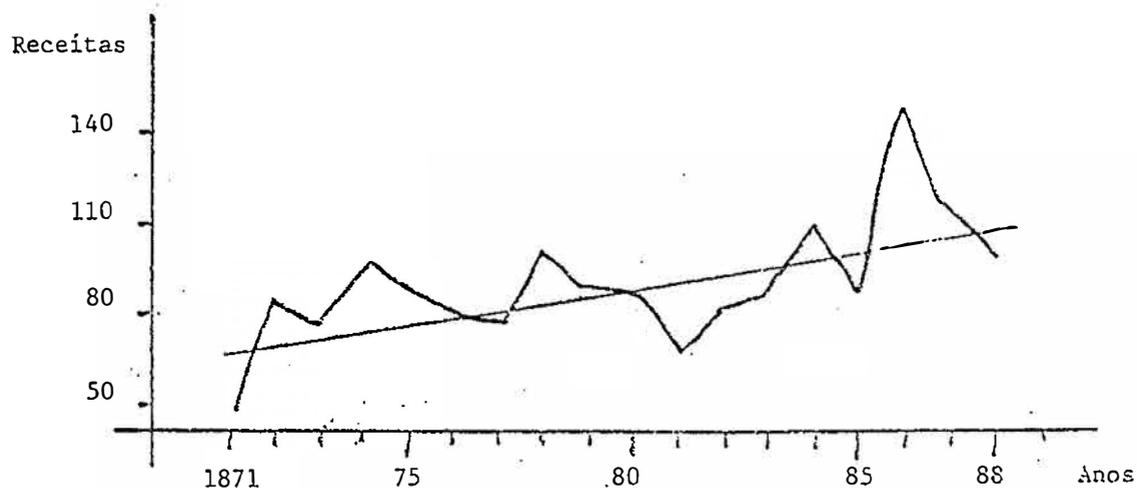
Figura 10 - O comportamento dos preços reais do café, das exportações e das receitas reais. Brasil, 1871-1888



a) Preços do café em termos reais (por saca de 60kg), em mil-réis



b) Exportações de café, em milhares de sacas de 60kg



c) Receitas do café, em termos reais, em milhares de mil-réis.

Fonte: Tabelas 11 e 12, figuras 2 e 3

1.2.5 Testagem pelas mudanças no perfil de preços

Pretendemos examinar o mercado de compra e venda de escravos, com o objetivo de investigar as hipóteses competitivas sobre este mercado - especificamente, a incerteza em relação a preço e produção de café, em comparação com a incerteza sobre o futuro da instituição da escravidão.

Uma vez que outras expectativas além da pressão abolicionista poderiam estar agindo no mercado de compra e venda de escravos, como, por exemplo, grandes alterações nos preços de café, depressões no mercado mundial de café etc..., a apresentação de perfis de preços de escravos segundo a idade, em diferentes períodos de tempo, pretende examinar essas possibilidades. O resultado, como veremos a seguir, serve para reforçar a interpretação desenvolvida no Índice de expectativas.

Mas, em primeiro lugar, seria útil examinar a situação de preços e produção de café durante o período, uma vez que a maioria dos estudos econômicos concordam com o fato de que a formação de expectativas sobre preço e produção geralmente é baseada numa média ponderada de experiências presentes e passadas dessas magnitudes (por exemplo, o modelo adaptativo de expectativas), com pesos decrescendo à medida que nos distanciamos das experiências atuais.

A figura 10 apresenta o comportamento de preços reais, exportações e receitas reais de café durante o período 1871-88 (anos comerciais). Como pode ser observado, embora a tendência de preços reais de café fosse ligeiramente negativa no período, havia uma tendência altamente positiva nas exportações de café e uma compensação quase perfeita dos preços reais decrescentes com as exportações crescentes; portanto, as receitas reais de café

também apresentaram uma tendência positiva durante este período⁵⁰.

Deve-se observar que o período 1871-88 foi de rápido crescimento para as exportações dentro do período mais amplo de 1821-89, por altos preços e receitas de café, como é apresentado nas figuras 2 e 3 do anexo 1. Ademais, se focalizarmos apenas o subperíodo dos anos comerciais de 1882-88, as tendências de preços reais de café, exportações de café e receitas reais de café serão todas positivas⁵¹.

A evidência apresentada anteriormente sugere não haver nenhuma base sistemática para a formação de expectativas pessimistas, por parte dos fazendeiros de café, a respeito do futuro do mercado de café por um longo período de tempo, que pudesse explicar o enorme declínio na demanda de escravos do período 1882/87.

⁵⁰ A linha de tendência para preços de café em 1871-88 é:

$$P_c = 31,2 - 0,183 t \quad r^2 : 0,014$$

$$\text{Para exportações de café, } E_c = 3,178 + 121,2 t \quad r^2 : 0,29$$

$$\text{Para receitas de café, } R_c = 97.046 + 2.468 t \quad r^2 : 0,36$$

⁵¹ Para preços reais de café em 1882-88:

$$P_c = 14,17 + 3,02 t \quad r^2 : 0,58$$

Para exportações de café:

$$E_c = 3.504,8 + 25,8 t \quad r^2 : 0,019$$

Para receitas reais de café:

$$R_c = 112.988 + 5.369,4 t \quad r^2 : 0,24$$

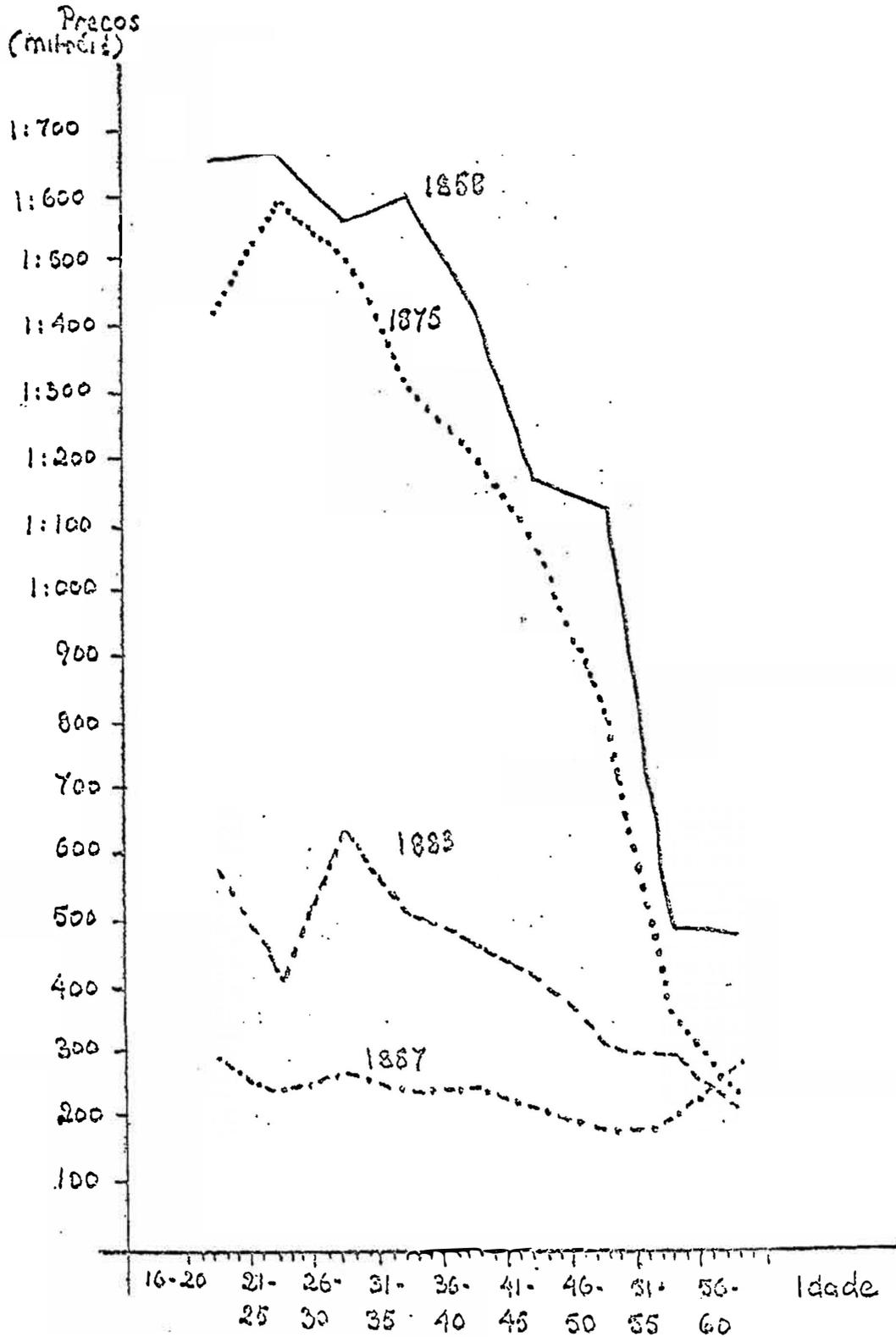
Podemos usar perfis de escravos segundo a idade, para acentuar a interpretação de que a expectativa da Abolição foi o fator importante para explicar esta demanda decrescente e não as expectativas sobre as perspectivas do mercado de café.

A configuração básica dos perfis de preços de escravos segundo a idade era estável, em relação a variações na tendência de preços de escravos. Isto é, a configuração não mudaria durante as oscilações de preços médios de escravos, embora toda a curva pudesse se elevar ou decair. É o que podemos observar pela comparação dos perfis de preços, segundo a idade, de escravos de fazendas de café, em 1858 e 1875⁵²:

VER FIGURA 11

⁵² - Preços reais de escravos (média móvel trienal para 1858, 1:382\$700, eram 37,8% mais altos que os preços de 1875, 1:003\$460, como pode ser visto na Tabela 16.

Figura 11 - Mudanças no da distribuição dos preços de escravos segundo a idade, para o total de escravos do sexo masculino e feminino, de 16 a 60 anos



Causas econômicas afetando expectativas de fazendeiros de café, como os ciclos de negócios do mercado de café, embora pudessem afetar o preço médio de escravos por meio de mudanças na demanda derivada de escravos, tenderiam mais provavelmente a ser neutras em relação a faixas etárias, isto é, não afetariam muito a distribuição segundo a idade.

A pressão abolicionista, entretanto, criando expectativas sobre a abolição com apenas uma indenização parcial (ou mesmo nenhuma), causaria um impacto muito maior na configuração do perfil de preços segundo a idade.

Conseqüentemente, esperaríamos uma mudança na configuração do perfil de preços segundo a idade, provavelmente com um nivelamento nas idades mais jovens. Uma vez que o preço de escravos era o valor capitalizado do fluxo de serviços futuros da mão-de-obra, os preços de escravos mais jovens (15 a 35 anos, por exemplo) teriam um declínio relativamente maior, quando comparados com escravos de meia-idade ou velhos (45 a 60 anos, por exemplo).

Na figura 11, apresentamos os perfis de preços segundo a idade de escravos do sexo masculino e feminino, entre as idades de 16 a 60 anos, para os anos de 1858, 1875, 1883 e 1887. Expressam-se em valores absolutos e em médias de preços de ~~para~~ escravos as faixas etárias de 16-20, 21-25... 56-60 ⁵³.

⁵³A amostra total consistiu de 1.004 escravos do sexo masculino e feminino com idades entre 16 e 60 anos. Para o ano de 1887, foram usados preços de 363 escravos da cidade do Rio de Janeiro. In: CARTAS de libertação dos escravos: 1881-1887. In: RIO DE JANEIRO (cidade), Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Município do Rio de Janeiro. Códices 6-1-13/17; 6-1-41; 6-2-6; 6-2-8/9. Para os outros anos, inventários de fazendas de café da província do Rio de Janeiro: 226 preços de escravos (1858), 277 (1875) e 138 (1883). Veja a relação dos: "Documentos consultados (divisão por acervo)".

Comparando 1858 com 1875, observamos que o perfil de preços segundo a idade era estável quanto a variações na tendência de preços médios de escravos. Além disso, não havia pressão abolicionista durante o período 1850-80 semelhante àquela existente na década de 80, em que se esperava que a escravidão fosse abolida sem qualquer indenização.

Portanto, os perfis de preços segundo a idade, de 1858 e 1875, podem ser interpretados como típicos do período anterior a pressão abolicionista da década de 80. Entretanto, observando estes perfis para os anos de 1883 e 1887, surge um contexto diferente. Pode-se observar que estão crescentemente se nivelando na década de 80 e, em 1887, o perfil é quase completamente nivelado.

1.2.6 Testagem pelo índice de "morte política" da escravidão

O termo pressão abolicionista, como tem sido usado por nós neste capítulo, necessita ser esclarecido. Num sentido amplo, durante todo o período compreendido entre os anos precedentes ao término do comércio de escravos africanos e 1888, houve algum tipo de pressão abolicionista.

Entretanto, podemos distinguir três tipos diferentes e sucessivos e seus respectivos efeitos nas expectativas sobre o futuro da escravidão, entre os fazendeiros de café.

O período que vai de 1831⁵⁴, quando o tráfico de escravos africanos foi declarado ilegal no Brasil; até 1850-51, quando foi finalmente abolido depois de consideráveis pressões da Grã-Bretanha, mantendo-se ainda nos primeiros anos da década de 50, pode

⁵⁴ Lei de 7 de novembro de 1831, proibindo o tráfico de escravos africanos, que nunca foi posta em vigor.

ser considerado como o primeiro período para a nossa classificação de expectativas dos fazendeiros de café.

Dados os três séculos de confiança dos fazendeiros na importação de escravos africanos, a percepção na década de 40, de que se aproximava o fim do tráfico efetivo, em 1851, criou uma súbita manifestação de expectativas de que a mão-de-obra escrava se tornaria escassa e mais cara e seria necessário um substituto para o escravo africano, de preço barato.

As primeiras tentativas para trazer trabalhadores europeus e chineses para as fazendas de café foram feitas durante esse período, na expectativa de uma falta de mão-de-obra. Entretanto, não havia qualquer expectativa, ou mesmo qualquer menção, entre os fazendeiros de café, de um fim imediato da instituição da escravidão. Isto refletia, de alguma forma, os sentimentos da sociedade brasileira, uma vez que naquela época raramente se ouvia uma voz desafiando a legitimidade da instituição.

Com o desenvolvimento do comércio interno de escravos e a conclusão do período de ajustamento dos preços de escravos as novas condições de oferta, tais expectativas foram dissipadas ou abrandadas.

Com o debate da Lei do Ventre Livre, começando em 1867 e permanecendo até 1871 e os primeiros anos da década de 70, houve outra importante manifestação de expectativas dos fazendeiros de café sobre a escravidão. Desta vez, no entanto, era evidente que a inevitável diminuição demográfica da escravidão, a longo prazo, exigiria uma discussão das alternativas para a mão-de-obra escrava.

Emergiu gradualmente um consenso, entre os fazendeiros de café, de que as mortes e manumissões de escravos dariam origem a um fim natural da escravidão e que, nesse meio tempo, um substituto para a mão-de-obra escrava tinha que ser encontrado, ou permanente (como a imigração européia) ou transitório (como a imigração chinesa).

Portanto, encaravam a abolição gradual da escravidão originada por causas naturais e a procura de substitutos adequados como um meio razoável de obter a transição para a mão-de-obra livre, sem que a produção agrícola fosse prejudicada. Esta posição, chamada emancipacionismo, foi duramente atacada pelos Abolicionistas, que indicaram que a longevidade de escravos e a sua concentração em fazendas de café prolongariam, a termos inaceitáveis, a existência desta instituição no Brasil. Esta crítica dos Abolicionistas, entretanto, seria desenvolvida e divulgada apenas em meados da década de 80.

Neste período do final da década de 60 e início da década de 70, os fazendeiros de café esperavam que a escravidão fosse condenada a longo prazo, porém não esperavam - novamente refletindo, em grande escala, o estado de espírito da sociedade - nenhuma manumissão involuntária ou o fim abrupto da escravidão, a não ser que fossem integralmente indenizados a preços de mercado. A escravidão ainda era legítima aos olhos da sociedade.

Foi apenas na década de 80 que a pressão abolicionista aumentou e as expectativas dos fazendeiros de café adquiriram nova natureza. Desta vez esperavam que a escravidão terminasse por motivos políticos e não por motivos naturais (como aconteceria em consequência da redução demográfica)

Além disso, os fazendeiros de café tornavam-se cada vez mais conscientes, depois de 1882 - quando o movimento abolicionista se acelerou, ganhou "momentum" e tornou-se difundido -, de que não haveria indenização integral, caso houvesse alguma.

Sua principal preocupação não era mais a perda da riqueza e sim uma solução urgente para a perda da mão-de-obra, que esperavam acontecer com uma abolição abrupta. Como o South American Journal noticiou em 1885:

"(it) is fair enough to admit that advocates of slavery open and avowed there are none in Brazil and that those who are not abolitionists assume the tittle of emancipators"⁵⁵.

Portanto a atitude dos fazendeiros de café era a de aceitar a morte política da escravidão, enquanto tentavam prolongá-la o mais possível, vinculando seu fim à descoberta de uma solução permanente ou temporária para o problema esperado de mão-de-obra. Portanto, a questão da indenização - refletindo a aceitação da perda de legitimidade da instituição da escravidão - tornou-se apenas uma preocupação secundária, pois a preocupação principal passou a ser as maneiras que conduziriam a uma transição suave da mão-de-obra escrava para um substituto adequado, objetivando trabalhar em fazendas de café.

Então, é neste último sentido que estamos usando o termo pressão abolicionista neste trabalho, expressando a interação do movimento político e ideológico para abolir a escravidão na década de 80 e seus efeitos na demanda de escravos por parte dos fazendeiros de café.

Em meados da década de 80, o otimismo dos fazendeiros de café era muito pequeno. Este fato foi bastante documentado por observadores. Laërne, numa pesquisa de fazendas de café no final de 1883 e início de 1884, observou que os fazendeiros esperavam que a escravidão durasse até 1890⁵⁶.

⁵⁵ SOUTH AMERICAN JOURNAL AND RIVER PLATE MAIL, June 22, 1885. "... e bastante justo admitir que não existe no Brasil nenhum defensor da escravidão aberto e declarado e que aqueles que nao são abolicionistas assumem o título de emancipadores". (T. do A.).

⁵⁶ LAËRNE, op cit., p. 86, 95.

Um ano mais tarde, o South American Journal comentaria que o Ministro Saraiva, assumindo o governo do Império.

"taking into account all those elements of acceleration (of the abolitionist movement), ventures to express his conviction - under all surroundings not an unreasonable conviction that 1892, only seven years from now, will witness the final extinction of slavery on Brazilian soil"⁵⁷.

Os efeitos da "pressão abolicionista" sobre os preços dos escravos também não escaparam à atenção de alguns observadores. Como um membro do Gabinete do Império observou em 1884, "(...) dá-se com esta instituição, talvez em virtude da pouca moralidade que a rodeia, a anomalia seguinte: o valor diminui na razão directa da quantidade; a proporção que o braço escravo escasseia, decresce o valor dos braços que ficam"⁵⁸.

Ruy Barbosa, também observou neste mesmo ano: "(...) o valor do escravo decresce contínua, progressiva e fatalmente, não só por efeito das causas naturais, que, com o curso dos annos, vão deteriorando o organismo humano, como pela acção de uma lei económica, peculiar a esta espécie única de mercadoria, cujas fontes de produção se encerraram em 1850 e 1871, e, cujo mer-

⁵⁷ SOUTH AMERICAN ..., op. cit., p. 306. "... levando em consideração todos aqueles elementos de aceleração (do movimento abolicionista), aventura-se a expressar sua convicção - diante de todas as circunstâncias, uma convicção razoável - de que em 1892, daqui há apenas sete annos, testemunhará a extinção final da escravatura em todo o solo brasileiro". (T. do A.).

⁵⁸ Conselheiro Martim Francisco, Acta da Conferencia de Estado, 25 de Junho de 1884, citado em: BARBOZA, Ruy. Emancipação dos escravos. Parecer formulado pelo Deputado Ruy Barbosa como relator das commissões reunidas da Orçamento e Justiça Civil. Camara dos Deputados. Sessão de 4 de agosto de 1884, projecto nº 84. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1884. p. 117.

cado, no seio do único paiz civilisado que ainda o nao banuiu, estreita-se incessantemente em volta do proprietário. Por uma anomalia natural e bemfazeja, quanto mais escassea a escravaria, menos vale o escravo. É que a acção espontanea do movimento emancipador, na sociedade, tende incessantemente a immobilisar o instrumento humano nas mãos do oppressor"⁵⁹.

Na realidade, podemos obter de uma maneira mais formal, via preços de escravos, a duração da escravatura esperada pelos fazendeiros de café, para cada ano do período de 1881-87, e depois traduzi-la na data que eles esperavam a morte política da escravidão.

Com os dados sobre os preços de escravos rurais do sexo masculino de 20 a 29 anos (tabela 3 do anexo 3), o aluguel anual líquido para escravos do sexo masculino ocupados na agricultura (tabela 3, desse capítulo) e as estimativas de taxa de juros (apresentadas na Parte 2, capítulo 2), é possível medir a morte não-natural (liberdade) da escravidão, por meio do uso da equação (1) deste Capítulo. Neste caso, n apenas representa a vida econômica do escravo, e não a vida biológica, ou seja, a vida média esperada de escravos do sexo masculino (medido na tábua de sobrevivência).

Usando os dados sobre preços e alugueis de escravos apresentados nas colunas (1) e (2) da tabela 5, a seguir, e usando a estimativa de 10% para a taxa alternativa de retorno⁶⁰, podemos resolver n na equação (1).

VER TABELA 5

⁵⁹ Id., *ibid*, p. 116-7.

⁶⁰ O uso da taxa de retorno estimada em 13% nos investimentos em escravos, apresentada na parte 2, capítulo 2, não alteraria os resultados.

Tabela 5 - Mortalidade política da escravidão

Anos	Preços ^a (1)	Aluguéis ^b (2)	N ^c (3)	Data esperada da Abolição (4)
1881	1:700\$000	181\$720	29	1910
1882	1:341\$100	188\$470	13	1895
1883	723\$500	170\$530.	6	1889
1884	800\$000	186\$210	6	1890
1885	715\$900	178\$710	5	1890
1886	647\$800	169\$010	5	1891
1887	255\$700	187\$810	1	1888

Notas: ^a Preços nominais em mil-réis de escravos da roça do sexo masculino com idades de 20 a 29 anos.

^b Aluguéis anuais líquidos de escravos da roça do sexo masculino.

^c n indica a vida econômica esperada dos escravos, em anos; obtido pela resolução da seguinte equação:

$$P_s = \frac{H}{i} \left[1 - \frac{1}{(1+i)^n} \right]$$

Onde P_s representa o preço de escravos, H os aluguéis anuais líquidos e i a taxa de desconto (utilizou-se a estimativa ponto de 10%).

Os resultados encontram-se na coluna (3) da tabela 5 deste capítulo e indicam, para cada ano do período de 1881-87, quantos anos os fazendeiros esperam que a escravidão irá durar. O ano de 1881, conforme se argumentou anteriormente, foi típico do período em que a pressão abolicionista, nesta última acepção, ainda não existia, portanto n para este ano (29 anos) está muito próximo dos limites estimados (26,76 e 29,18) de expectativa de vida de um escravo do sexo masculino de 20 anos (tabela 6 do capítulo 1, 2ª parte). Deste ano até 1883 existe uma queda dramática no valor de n, para uma grandeza muito pequena (6 anos), e continuaria neste nível nos próximos anos até 1887, quando ocorre outro intenso declínio (n torna-se 1 ano), mostrando que, meses antes da Lei da Abolição de 13 de maio de 1888, a escravidão já estava virtualmente extinta no Brasil.

Também muito interessante para nossa investigação sobre as expectativas de fazendeiros de café, são as informações apresentadas na coluna 4) na tabela 5 deste capítulo, sobre a data em que esperavam o fim da escravidão.

Se 1881 pode ser considerado o ano típico das expectativas que prevalecem nos anos anteriores à pressão abolicionista da década de 80, os fazendeiros de café na década de 70 esperavam que a escravidão continuasse a existir depois da virada do século XIX. Com a aceleração da pressão abolicionista, entretanto, estas expectativas foram rapidamente redeterminadas. A escravidão, que em 1881 esperava-se que durasse até 1910, em menos de dois anos ficou sujeita a uma mudança notável de expectativa.

Os fazendeiros de café, até 1883, percebem acertadamente que a escravidão seria extinta numa data próxima a 1890.

Embora exista um aumento nas expectativas nos anos próximos ao estabelecimento da Lei dos Sexagenários, no ano de 1887 os fazendeiros têm uma percepção exata de que a data da morte polí-

tica da escravidão seria no próximo ano. Portanto, pelo menos cinco anos antes da Abolição de 1888, os proprietários de escravos já esperavam por ela, com uma correta percepção sobre a sua data provável. Isto significa que o mercado de compra e venda de escravos havia traduzido tais expectativas em preços gradualmente decrescentes e, portanto, as perdas de capital de proprietários de escravos ocorreram mais intensamente nos anos de 1882, 1883 e novamente em 1887, não em 1888.

Para concluir, a evidência apresentada no índice de expectativas, a evolução dos aluguéis reais, a mudança nos perfis de preços de escravos segundo a idade e a morte política da escravidão, todos indicam a direção de enfraquecer o papel de fatores puramente econômicos para entender o processo de abolição nas fazendas de café. Para explicar o término da escravidão são necessárias interpretações mais abrangentes, com considerações sociais, políticas, institucionais e morais, em adição àquelas meramente econômicas.

CAPÍTULO 9

PAPEL DOS FATORES ECONÔMICOS NA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO: LIBERTOS, TRABALHADORES NACIONAIS E IMIGRANTES ASIÁTICOS COMO ALTERNATIVAS DE MÃO DE OBRA PARA AS FAZENDAS DE CAFÉ

Pedro Carvalho de Mello

INTRODUÇÃO

Por "questão de elemento servil" se designava o debate sobre o problema fundamental da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Estava o mesmo centrado sobre diversos temas interrelacionados, tais como a natureza ética do trabalho escravo; o esperado fim da escravidão no longo prazo em virtude das leis (cumpridas) que determinaram o fim do tráfico africano de escravos (1850) e a libertação dos filhos nascidos de mães escravas (1871); a abolição da escravidão com ou sem indenização; o papel do trabalho livre e/ou imigrante; e outras questões relacionadas ao problema de conseguir uma adequada oferta do trabalho face as crescentes necessidades de mão de obra da economia.

Um dos setores da sociedade mais preocupado com essa questão, evidentemente, era aquele constituído pelos fazendeiros de café. Uma abolição imediata e sem indenização da escravidão significaria para eles não só uma grande perda financeira, mas também uma traumática alteração na organização do trabalho em suas fazendas de café, dada sua percepção e expectativa quanto aos efeitos que se seguiriam à abolição.

Na verdade, caso os escravos libertos pela abolição continuassem a trabalhar nas fazendas de café e produzissem tanto quanto anteriormente, haveria apenas uma redistribuição de ren-

da ou riqueza de um grupo - donos de escravos - para outro - os ex-escravos. Os libertos fariam jus ao valor capitalizado da diferença entre seus salários (ou o valor do seu produto marginal) e os seus custos de manutenção. Neste caso, a transição para o trabalho livre causaria apenas um efeito de redistribuição da riqueza¹. A abolição poderia inclusive ocasionar um efeito positivo, pois os escravos, após sua libertação, poderiam se dispor a trabalhar com maior produtividade, tal como esperado por diversos abolicionistas.

Tais considerações, no entanto, não refletiam a natureza do problema aos olhos dos fazendeiros de café. Estes esperavam um diferente curso dos eventos após a abolição. Muitos temiam que a abolição fosse representar a ruína das fazendas de café, pois acreditavam que os libertos trabalhariam apenas uma fração do que faziam enquanto escravos. Ou seja, os fazendeiros estavam preocupados - e de maneira crescente em fins da década dos 70 e começo da dos 80 - com as repercussões da abolição sobre a alocação de recursos. Em outras palavras, esperavam que fosse o correr não apenas um efeito de redistribuição de renda e riqueza, mas também um efeito na alocação de recursos². Sua preocupação dirigia-se não só para a perda de riqueza em caso de uma abolição sem indenização total, porém, mais importante ainda, para a desorganização do trabalho que seria causada, independentemente da abolição ser feita sem ou com indenização aos proprietários. Seu problema, em resumo, era como conseguir uma mão de obra que oferecesse o mesmo esforço e disciplina dados pelo escravo. Como observado por Couty em 1881, "a questão não é como libertar os negros, mas sim como encontrar substitutos para eles; e, se é fácil acabar a escravidão, ninguém sabe como organizar o trabalho livre³

Os fazendeiros de café acabaram por encontrar uma solução, pela qual passaram de uma posição no começo dos 80 de quase total dependência de escravos para uma outra, poucos anos mais tarde, de crescente utilização de imigrantes europeus. Para uma apreciação desse processo, pretende-se neste capítulo avaliar, do

ponto de vista dos fazendeiros de café, o papel dos libertos, trabalhadores livres nacionais e imigrantes asiáticos como possíveis alternativas para solucionar o problema potencial de escassez da mão de obra causado pelo evento da abolição. Considera-se que um aspecto muito importante para se entender a reação dos fazendeiros as medidas abolicionistas propostas no período deve-se ao fato do Brasil ter sido o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão, de modo que as experiências de outros países que o antecederam serviram de referência para um exame das consequências da abolição. Se podemos concordar com Davis que "Negro bondage was a single phenomenon, or Gestalt, whose variations were less significant than underlying patterns of unity"⁴, então poderia acrescentar-se que o mesmo pode se aplicar tanto aos problemas de mão de obra que emergiram após a abolição quanto às soluções que foram tentadas para resolvê-los.

OS LIBERTOS

As reclamações dos fazendeiros de café acerca da escassez de trabalhadores já eram externadas mesmo antes do término do tráfico africano, quando a crescente atuação preventiva dos ingleses nas três décadas que se seguiram à Independência do país causou um aumento dos preços dos escravos. Essas reclamações se acentuaram após 1851, com o fim do comércio africano de escravos, quando houve uma grande elevação dos preços. Esses protestos, até então, podem ser interpretados principalmente como manifestação de desagrado pelas consequências, em termos de encarecimento, dos preços dos escravos, fruto da pressão compradora e das limitações na oferta. Somente nas duas últimas décadas da escravidão, principalmente nos anos 80, com a intensificação da pressão abolicionista e abalo da confiança dos fazendeiros quanto ao futuro da instituição escravista, no entanto, é que essas reclamações assumem uma natureza distinta.

Como registrado por Laërne em 1884, em sua avaliação da cultura cafeeira no Brasil, "in that country coffee planting is passing through a crisis, which ... is threatening its very existence. But it is not the system of coffee planting that has occasioned this crisis: it is exclusively the more and more urgent necessity for labourers ..." ⁵. Ele observou que quando falava com os fazendeiros sobre o cultivo do café, ele era escutado com uma óbvia indiferença, mas cada vez que mencionava o tópico dificuldades de trabalhadores havia uma súbita mostra de interesse ⁶

De fato, ele concluiu que os fazendeiros estavam muito preocupados com o futuro da cultura cafeeira em função dos problemas de mão-de-obra. Mesmo o Conde de Nova Friburgo, poderoso fazendeiro de café e proprietário de nove fazendas de café no Vale do Paraíba, com cerca de 2000 escravos, 80 quilômetros de ferrovias e telégrafos privados unindo essas fazendas, declarou para Laërne em 1884 que "the gradual decay of the grande lavoura is no longer to be resisted ... yours is the future (Java) we are doomed ... all hope of maintaining the industry has abandoned us now ..." ⁷

Os fazendeiros de café, de um modo geral, guardavam a expectativa de que os escravos, uma vez em liberdade, iriam trabalhar apenas uma fração do que faziam antes. Estas expectativas se fundamentavam não só no exemplo proporcionado pelo comportamento dos libertos no Brasil, como também pelas experiências que tinham conhecimento em outras sociedades escravistas com o fim da escravidão.

Com efeito, o Brasil foi o último país do mundo ocidental a extinguir a escravidão, ficando nessa condição durante quase toda a década dos oitenta. Esse fato, se por um lado ajuda a explicar o grande sentimento abolicionista que se difundiu nessa época no país, em contrapartida permitiu aos fazendeiros de café formarem juízo, com base nas consequências da abolição que observaram em outros países, do que poderia ocorrer no Brasil.

E essas expectativas eram bastante pessimistas, dado os eventos ocorridos naqueles países que tomavam por comparação.

O Sul dos Estados Unidos e as Índias Ocidentais, principalmente Jamaica, eram as sociedades escravistas mais comumente utilizadas como paradigma. Como mencionado por Laërne, "When the slave emancipation and its consequences are discussed, it is usual to point ... to the fate of the Southern states of the North American Union ..."⁸. Três anos mais tarde, em 1887, quase as vésperas da abolição final, outro observador comentou no South American Journal que "I have often heard in Brazil ... that the final extinction of slavery will be the death blow to the profitable cultivation of coffee ... This idea was, of course, derived from knowing the disastrous results that ensued in Jamaica after the sudden emancipation of slaves there ..."⁹.

Outros observadores chegaram a considerar que a experiência brasileira com a abolição poderia ser pior que a experimentada por essas sociedades. Como escrito em 1883 por um inglês radicalizado no Brasil e com negócios com fazendeiros paulistas de café, "the whole civilized world would rejoice to see this terrible question of Emancipation settled, and none more so than Brazilians themselves ... England and the United States, when they emancipated their slaves, were not entirely dependent on slave labor for their lives as nations Brazil, though, is absolutely so dependent, hence she can not follow (their) example ... Jamaica was financially ruined for the ensuing years after the Emancipation of 1834 ... the Southern United States for a period rolled back into jungle and forest ... both those countries, during the years of darkening and ruin, received help from other parts of their respective empires - Brazil though is one, and one only, and has no one to help"¹⁰

Também comum em jornais e outros veículos de opinião pública eram alusões aos anos de crise experimentados pela economia norte-americana após a Abolição, assim como o emprego com sucesso dos ex-escravos na lavoura após essas turbulências¹¹ Em 1880

foi criado no Brasil um incidente diplomático que repercutiu bastante, quando o Ministro da Embaixada Americana no Rio de Janeiro escreveu uma carta para a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, na qual detalhava a prosperidade dos estados sulistas após a abolição da escravidão.¹²

Uma vez que era difícil, na experiência norte-americana, discriminar, no que diz respeito à desorganização do trabalho, as consequências da Abolição das consequências da Guerra Civil, a experiência da Jamaica era aquela que causava mais preocupação. Cabe, portanto, que se estenda um pouco a esse respeito.

O caso jamaicano foi um exemplo de emancipação dos escravos com quase plena indenização a seus senhores, em que, no entanto, ocorreram ruinosas repercussões na organização econômica do trabalho.

Após a Emancipação em 1834, a produção de açúcar declinou continuamente de 68.962 toneladas em 1830 para 28.750 toneladas em 1850¹³. Houve um significativo deslocamento da força de trabalho, representada por ex-escravos, da agricultura de exportação (cana de açúcar) para a agricultura de subsistência. Entre 1836 e 1846 faliram 156 fazendas de cana-de-açúcar; em 1846 o ritmo de novas falências havia diminuído, mesmo assim 86 outras fazendas foram abandonadas entre esse ano e 1852¹⁴. Quando dos debates sobre a Emancipação dos escravos na Jamaica, previa-se que, após um período de transição, a produção seria maior do que antes, devido à alegada superioridade do trabalho livre sobre o escravo. Na verdade, porém, houve uma grande queda na participação da força de trabalho. Segundo Aufhauser, nas 138 fazendas de cana-de-açúcar em que obteve dados, a mão-de-obra trabalhando nas fazendas decresceu de 41.820 em 1832 para apenas 13.973 em 1846. Segundo esse autor, daqueles que permaneceram nas fazendas sob as novas condições, apenas os homens continuavam a trabalhar como anteriormente, pois dois terços das mulheres e todas as crianças se retiraram da força de trabalho. Ademais, o número de ho-

ras trabalhadas por aqueles que decidiram continuar trabalhando nas fazendas também reduziu-se.¹⁵

É bem verdade que os fazendeiros de café no Brasil poderiam escolher outros exemplos - tais como Barbados ou outras colônias das Índias Ocidentais - onde as consequências da abolição não foram tão desastrosas. Havia razões, todavia, para avaliar que a situação na região cafeeira guardava maiores similaridades com a experiência da Jamaica do que com essas outras. Como descrito pelo correspondente do Times no Brasil, escrevendo de um município cafeeiro paulista em 1883, "the places principally affected by the English emancipation were Barbadoes and other West Indian possessions. As to Jamaica, its history is well known being one of gradual decline in prosperity from the date of the promulgation of emancipation for 15 or 20 years... The Barbado and the other islands did not suffer so seriously owing to being very much smaller, and having less unoccupied lands for negroes to squat upon; to which must be added the foresight of some of the masters, who had all the bananas and other fruit trees cut down, so that the emancipated slaves were from the very day of their freedom obliged to work to live, the masters possessing the money (from indemnification) and still retaining the land". E, conclui o articulista, "if this destroying of the fruit trees and roots were impossible in the island of Jamaica, how much less possible would be in the Empire of Brazil, with its thousands upon thousands of unexplored miles abounding in game, rich in soil, full of edible roots and fruits, watered by magnificent rivers abounding in fish, a hiding ground where nations could hide and could thrive unseen."¹⁶

Embora uma descrição exuberante da situação, todavia esse comentário instintivamente captura a natureza econômica do problema. A ênfase na importância das alternativas abertas para o escravo é o elemento chave para entender o dilema dos fazendeiros para predizer as consequências da abolição nas fazendas de café. Do mesmo modo, a isso se deve a preocupação que tinham com o exemplo proporcionado pela Jamaica e sul dos Estados Unidos.

Praticamente até os dias finais da escravidão em 1888, esses representavam a grande maioria dos trabalhadores nas plantações de café. Tal como dito pelo Senador líder do Partido Liberal em 1880, "os escravos são os únicos agricultores no Brasil, e o trabalho livre quase nada representa nas fazendas de café, para não dizer que é absolutamente nulo."¹⁷ Existia, portanto, uma grande associação entre escravidão e fazendas de café, em grande parte explicada pela lucratividade da escravidão do ponto de vista dos donos de escravos.

Com a ocorrência da abolição, a grande lavoura teria de organizar sua mão-de-obra por outros meios que a escravidão¹⁸. Seria uma transição difícil, pois os fazendeiros de café desfrutavam, com a escravidão, diversas vantagens: oferta de trabalho garantida e confiável nas diversas épocas do ano; alta taxa de participação, pois nas fazendas de café o trabalho podia ser administrado de modo a ocupar crianças, mulheres e velhos; mão-de-obra disciplinada e obediente; os retornos de um investimento no capital humano dos escravos poderiam ser capturados por seus donos, o que facilitava o treinamento e especialização dos mesmos; e outras vantagens de um trabalho coercitivo.¹⁹ Em suma, os escravos constituíam uma força de trabalho disciplinada, especializada e coordenada.

Couty, em seu estudo sobre as fazendas de café, realizado em 1883, descreveu em detalhe sua organização do trabalho.²⁰ Uma grande fazenda, com 250 escravos, necessitava um administrador, um farmacêutico, um guarda-livros, dois ou pelo menos um supervisor, um oficial de máquinas e 5 ou 6 feitores. Todos os feitores eram escravos. Cerca da metade dos escravos trabalhavam em turmas, como escravos do eito. As turmas eram formadas por 25 ou 30 escravos, liderados pelo feitor. Outro feitor supervisionava a colheita do café, e outro o seu preparo. Ainda segundo Couty, nessa grande fazenda típica, em adição aos 50% trabalhando em turmas, 10% dos escravos trabalhavam no engenho e nos terreiros de secagem, outros 10% em trabalhos especializados, outros 10% como apanhadores de café, etc. Com base numa amostra de fazendas

de café do município de Cantagalo, na então província do Rio de Janeiro, Couty organizou a seguinte tabela:

VER TABELA 1

Os escravos, mesmo nas fazendas de café, eram alocados apenas parcialmente na produção de café. O café era o cultivo de mercado, mas parte dos escravos - ou de suas horas ou dias de trabalho - eram empregados na produção de milho, feijão, arroz, mandioca e outros produtos, e também no trato e criação de gado, porcos e galinhas. Dois fazendeiros de café descreveram para Couty a alocação típica dos dias de trabalho dos escravos. Assim, numa fazenda com 280 escravos, em média 2.400 dias de trabalho eram dedicados à produção de milho, 4.500 à produção de feijão, etc. Eles estimaram que um quinto da força de trabalho ocupava-se exclusivamente na produção de alimentos consumidos na fazenda.

Embora essas características de auto-suficiência, tão típicas da história do Brasil Colônia, tivessem se mitigado progressivamente na segunda metade do século dezenove, mesmo assim se mantiveram até a abolição de maneira significativa, haja visto que as grandes fazendas de café possuíam um plantel de escravos com uma grande variedade de profissões e ocupações.

Segundo Aufhauser,²¹ os senhores de escravos das grandes fazendas, ao transmitir suas ordens aos escravos e trabalhadores, valiam-se de cinco regras de disciplina:

- a) rotina, que criava o hábito de obediência no trabalhador;
- b) melhoria das condições de trabalho, que explorava o amor-próprio dos trabalhadores;
- c) força bruta, que manipulava com os medos de sofrimento e morte;
- d) a lei, que ameaçava os trabalhadores com penas, prisão e castigos corporais;

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE ÊSCRAVOS EM NOVE FAZENDAS DE CAFÉ DE CANTAGALO, SEGUNDO COUTY

FAZENDAS	TOTAL TRABALHADORES ESCRAVOS E LIVRES	VELHOS E DOENTES	CRIANÇAS E INGENUOS*	ESCRAVOS COM OFÍCIO ESPECIALIZADO	MULHERES APANHADAS DE CAFÉ	ESCRAVOS DE EITO	TOTAL DE ESCRAVOS**
1a.	150	24	20	8	12 a 30	60	110
2a.	370	25	45	35	30	130	260
3a.	140	15	20	4	15	60	110
4a.	92	10	15	3	14	40	65
5a.	330	30	45	12	25	130	265
6a.	105	10	15	4	12	50	85
7a.	353	40	70	25	30	140	250
8a.	290	30	70	15	15 a 25	120	240
9a.	250	28	35	8	20	105	180

* filhos de escravos nascidos após a Lei do Ventre Livre de 1871, legalmente livres.

** inclui apenas os escravos válidos, ou seja, capazes de trabalhar, com boa saúde.

e) a religião, que desviava sua atenção da labuta diária.

Os escravos, salvo as crianças de tenra idade ou os doentes, eram sempre ocupados com uma tarefa. O trabalho podia ser coordenado e as colheitas produzidas de modo tal a derivar a melhor composição da produção entre bens para mercado e para consumo interno, e a fim de ocupar racionalmente a mão-de-obra ao longo do ano.

O esquema anual de trabalho na fazenda de café era elaborado de tal modo que um escravo poderia em média cuidar e colher de cerca de 4.500 pés de café, além de manter estradas e pontes, cuidar da plantação de milho, feijão, mandioca, batatas, em suma, de tudo o mais necessário na fazenda para o seu consumo. Embora a colheita de café pudesse ser feita antes de maio e após setembro, era raramente feito, a fim de permitir que as outras provisões pudessem ser colhidas no começo do ano e plantadas a partir de outubro.²²

A produção de café constituía-se na "raison d'être" da complexa estrutura da fazenda de café. Constituía-se numa operação agro-industrial de vários estágios. Nas terras virgens o primeiro estágio era o de limpeza das florestas. De início, fazia-se o roçado, limpando os arbustos, capim, mato, cipó, etc. Cerca de 10 ou 12 escravos eram necessários para roçar um alqueire (48.400 m²) de terra. Em seguida, vinha a derrubada das árvores. Após completada a derrubada das árvores, permaneciam no terreno para secarem durante os meses de inverno (junho a setembro), após o que vinha a queimada, antes do começo da estação chuvosa. Em seguida, geralmente plantava-se milho, a fim de preparar o solo para o plantio mais tarde das mudas de café.²³

Os pés de café eram plantados em quadrângulos, formando jardins. Eram também construídas estradas entre os cafezais, amplas o bastante para a passagem de carretas. As mudas eram retiradas dos viveiros, transportadas para os jardins, e plantadas em espaços de 12 a 15 palmos no Vale do Paraíba e de 14 a 18 palmos no Centro e Oeste de São Paulo. Cerca de 6.500 pés podi-

am ser plantados em um alqueire, e um escravo poderia plantar de 400 a 450 por dia de trabalho. Esta operação requeria cuidados, e as mudas tinham de ser protegidas do calor por meio de pedaços de galho e outras maneiras. A época do plantio se dava após a colheita, sendo geralmente feita de setembro a novembro.²⁴

O cafeeiro é uma árvore perene, que em geral começa a produzir os frutos após o terceiro ano, atinge a produção plena com seis anos de idade, e pode produzir durante vários anos. A vida natural, inclusive, podia ser maior do que a vida econômica. Com efeito, embora os pés de café pudessem viver de 50 a 60 anos em alguns casos, em geral a vida econômica era de 25 a 30 anos, na Serra Acima e de 18 a 20 anos na Serra Abaixo do Vale do Paraíba e Espírito Santo. Após os pés serem plantados, tinham de ser tratados e cuidados. Um escravo de oito tinha que cuidar de um número máximo de 4.500 a 5.000 pés por ano. Nas décadas que antecediam os 1880's, quando havia maior disponibilidade de escravos, os cafezais eram capinados 3 a 4 vezes por ano. Já nos últimos anos da escravidão o capinar era feito uma ou duas vezes por ano e a carpa uma vez antes do início da colheita.

Os escravos trabalhavam em turmas para executar as tarefas. Como dito por Laërne,

"it is a curious thing to see those turmas or gangs of slaves working in the field. A turma consists usually of from 20 to 25 slaves, male and female, under charge of a feitor or overseer, who is generally himself a slave. Every turma has a male or female cook, who prepares their food on the spot. If several turmas have to work together (I have seen gangs from 100 to 125 souls) there is a Portuguese overseer, often termed administrador to superintend the work ..."²⁵

Uma reconstrução mais vívida foi feita por Stein, em sua descrição de cultura cafeeira de Vassouras:

"old men and women formed a gang working close to the rancho (shelter); women formed another; the men or young bucks (rapazia da nova) a third ... Under the gang system of corte e beirada used in weeding, the best hands were spread out on the flanks, cortador and contra-cortador on one, beirador and contra-beirador on the other ... these four lead-row men were faster working pace setters, serving as examples for slower workers sandwiched between them. When a coffee-row (carreira) ended abruptly due to a fold in the slope, the slave now without a row shouted to his overseer "throw another row for the middle" or "we need another row"; a feitór (overseer) passed on the information to the flanking lead-row man who moved into the next row giving the slave who had first shouted a new row to hoe. Thus lead row men always boxed-in the weeding gang ... stopping here and there "to give a lick" (dar uma lambada) of the lash to slow slaves, two slave drivers usually supervised the gangs by crisscrossing the vertical coffee rows on the slope and shouting "come on, come on" ... " 26

Geralmente a colheita começava imediatamente após a carpa, no mês de maio, a fim de que fosse terminada, mesmo quando a safra era grande, no mês de setembro. As frutas - secas, maduras, meio-maduras e verdes - ficavam presas nos galhos, e todas eram colhidas ao mesmo tempo. O método usual empregado no Vale do Paraíba era o de empregar uma turma de escravos, homens e mulheres, para colher frutos de uma fila de pés numa parte específica do cafezal. Em sucessão, cada um cuidava de uma árvore, puxava os galhos e habilmente os derriçava, com um movimento de baixo para cima. Os frutos retirados, folhas e pequenos galhos eram deixados no chão até que a colheita fosse terminada naquele lote. Após desnudas as árvores, o chão era varrido e o material recolhido e peneirado. Resultava desse processo uma mistura de frutos de café, folhas, galhos e terra, a qual era posta em cestos ou jacás e esvaziados numa carroça e transportados para os tanques. 27

No Centro e Oeste de São Paulo o método preferido diferia um pouco. Os frutos eram reunidos num lençol. Os trabalhadores eram divididos em pequenas turmas de 5 escravos - 4 para estender o lençol no chão entre 2 filas de pés de café, e o quinto para colocar o fruto peneirado em grandes cestas contendo cerca de 50 litros e carregá-las para as carroças. Os escravos des mudavam as árvores no modo usual, mas só uma metade da árvore era trabalhada, no lado onde ficava o lençol. A outra metade era deixada para a turma seguinte. Em média, em ambas as regiões, um escravo poderia colher uma média diária de 8 a 9 alqueires no meio da estação da colheita (equivalente a 45 a 54 kilogramas de grãos de café).²⁸

O café assim colhido (composto de frutos secos, maduros e verdes, misturado com folhas, galhos, terra e pedras) era despejado num reservatório ou tanque para ser lavado. Os frutos vermelhos ou verdes afundavam, e os secos flutuavam e eram carregados para os terreiros. Os frutos vermelhos e verdes eram também carregados para os terreiros, após serem retirados dos tanques por via de superfícies inclinadas e canos. Neste processo, os frutos eram limpos das impurezas, tais como galhos, terra e pedras.

A maior parte da secagem era feita nos terreiros, mas cerca de um sexto era seca nos despoldadores. Os frutos de café eram deixados expostos no sol e na chuva, e em intervalos de poucos dias virados duas ou três vezes por meio de rodos. Após secos ao ar livre os frutos eram acumulados em montes em cada fim de tarde no centro do terreiro e cuidadosamente cobertos com sapê ou lonas. O processo de secagem era muito cuidadoso, pois era essencial para a obtenção de um café de boa qualidade. Cada vez que era previsto chover, o café era empilhado e coberto, e vários escravos eram utilizados, a fim de que essa tarefa fosse feita com rapidez.²⁹

Após a secagem dos frutos de café, a etapa seguinte consistia na extração dos grãos. Diversos tipos de maquinária eram utilizados para essa tarefa, tal como moinhos, monjolos, pilões e carretões. Esses métodos de extração apresentavam graus variados de eficiência. Nos 1880's Laërne observou que já era difundida, e de maneira crescente, a utilização de moderna maquinaria, "in order to spare hand labor for the planting and harvesting".³⁰

Finalmente, os grãos de café tinham de ser selecionados, em geral por meio de equipamentos. Após a seleção mecânica os grãos de café eram sujeitos a uma seleção mais apurada, por meios manuais e com o emprego de mulheres, meninas adolescentes e escravas com filhos recém-nascidos. Após a seleção, os grãos eram polidos pelos escravos brunidores, pesados e colocados em sacas, e finalmente estocados, concluindo assim o processo.

Nas décadas de 1850 e 1860 o transporte de café das fazendas para os portos requeriam o emprego de muitos escravos - em Vassouras "fully 20 per cent of the plantation's effective labor force, always chosen from among the best, were employed as muleteers (tropeiros)".³¹ Nos 1880's, contudo, os municípios cafeeiros mais importantes já eram interligados aos portos do Rio de Janeiro e Santos por uma rede de ferrovias, e portanto naquela época a tarefa de transporte só requeria poucos escravos.

Essa descrição da organização do trabalho nas fazendas de café sugere a razão pela qual os escravos se constituíam quase que na totalidade da mão-de-obra nas fazendas de café. Uma força de trabalho que podia ser coordenada, disciplinada e organizada dessa maneira se constituía, sem dúvida, numa maneira eficiente de administração do trabalho.³² Isto explica, por outro lado, a relutância com que os fazendeiros viam a chegada da Abolição, e por que a consideravam uma catástrofe.

A escravidão era crucial para que pudessem administrar essa mão-de-obra ao menor custo possível. Permitia aos fazendeiros que obtivessem direitos de propriedade sobre pessoas, dando o poder para que decidissem quantas horas os escravos trabalhariam por dia (ou seja, decidiam sobre a escolha entre horas de trabalho e de lazer dos escravos) e onde e como alocar essas horas de trabalho (ou seja, decidiam isso sem necessitar levar em conta as próprias preferências dos escravos quanto aos tipos de ocupação e modos com que trabalhariam essas horas).

Como dito acima, os pés de café eram relativamente delicados, e o cultivo de café requeria trabalho ao longo de todos os meses do ano, a fim de cuidar dos pés, plantar novos pés ou substituir os velhos, limpar e colher os cafezais e secar, processar, obter e transportar os grãos. Como dito por Foerster, "it is estimated that one year's neglect of a plantation necessitated two years work to restore its productivity"³³.

Era pois essencial que existisse uma força de trabalho estável, que fosse confiável para trabalhar também durante as épocas de pique de demanda por trabalho. Ademais, algumas dessas atividades, permitindo grande eficiência, tal como o sistema de turmas de trabalho, eram caracterizadas pela existência de grandes desvantagens de ordem não-pecuniária.

A escravidão viabilizava a formação de uma força de trabalho estável e, tal como arguido por Fogel e Engerman, permitia aos donos de escravos "the use of whatever force as necessary to compel their chattel in the normal work routine of the plantation"³⁴.

Com a escravidão não somente a força mas também incentivos pecuniários eram utilizados para produzir a combinação ótima de comportamento desejado. Laërne observou que:

"in harvest time it is customary to task the slave to 3

particular quantity; from 7 to 9 or from 3 to 5 alqueires per day, according to the abundance of the crop. If he picked less, he incurred punishment, corporal chastisement or temporary withdrawal of small privileges ... a money payment was made to encourage him if he had picked more ... sunday work, not being compulsory, was also paid for ...".³⁵

O tópic principal da questão do elemento servil era como - e esse tópic ganhava importância cada vez maior nos 1880's - poderiam as fazendas de café funcionar e ter uma mão-de-obra organizada sem a escravidão? em especial, como se comportariam no mercado de trabalho os escravos, caso fossem libertos?

Para os ex-escravos, além das desvantagens não pecuniárias do trabalho excessivamente disciplinado e em turmas, havia também o estigma do trabalho de rotina, como sendo uma lembrança bem marcada do seu período de cativo. O sentimento de liberdade era visto como a fuga do trabalho em grandes fazendas, de sua disciplina e supervisão: Stein, em sua pesquisa em Vassouras, encontrou um jongo - variedade de samba, dançado ao som de tambores, caxambus e outros - que bem expressa esse sentimento:

"No tempo do cativo, aturava
 ' muito desaforo
Eu levantava de manhã cedo,
 com cara limpa levo o couro
Agora quero ver o cidadão que
 grita do alto do morro
"Vas Christo", seu moço, está forro
 seu Negro agora"³⁶

Em 1883, Couty observou que os libertos evitavam o trabalho em turmas em fazendas de café, pois para eles o conceito de trabalho regular e diário implicava uma idéia desonrosa³⁷

É razoável supor que os fazendeiros, caso houvesse a Abolição, poderiam oferecer aos libertos elevados pagamentos pecuniários

rios com o fim de remover esses sentimentos e garantir que um número expressivo deles pudesse garantir o trabalho nas fazendas de café. De um ponto de vista econômico a questão mais importante é como esses sentimentos de liberdade, as preferências quanto à escolha lazer-trabalho, as vantagens e desvantagens não pecuniárias de determinados tipos de trabalho, e outros assuntos, poderiam ser traduzidos em termos de comportamento de mão-de-obra

Ou seja, qual seria a curva de oferta agregada de trabalho dos libertos? quanto teria de ser oferecido em salários para induzi-los a permanecer nas plantações e trabalhar tanto quanto o faziam na condição de escravos?

A opinião predominante entre os fazendeiros, contudo, como será visto adiante, é que o salário necessário para tal teria que ser muito elevado. Seria tão alto esse salário hipotético que comprometeria uma operação lucrativa das fazendas de café.

Com efeito, as fazendas de café atuavam como firmas competitivas no mercado, e cada uma considerada separadamente não detinha qualquer poder monopsonístico no mercado de trabalho, salvo alguma influência em suas áreas geográficas de localização; mas nesse caso no sentido de fatores equalizadores de salário. Na década dos oitenta algumas fazendas de café, principalmente aquelas situadas na parte mais antiga do Vale do Paraíba, eram firmas marginais na indústria, e provavelmente não poderiam absorver nem um aumento moderado dos custos de trabalho.

Entretanto, os fazendeiros esperavam que viesse não apenas um aumento moderado de salários, e sim um curso bem diferente de eventos. Destarte, esperavam um rompimento na organização do trabalho - que pode ser traduzido como um substancial aumento de custos - que resultaria na ruína de grande número de fazendas de café, tal como aconteceu na Jamaica.

Visto sob outro ângulo, pode-se assumir que num mercado de trabalho competitivo o salário a ser pago pelo fazendeiro seria

determinado pelo que o trabalhador estaria disposto a aceitar. Aquilo que o trabalhador está disposto a aceitar é uma questão de disponibilidade de oportunidades alternativas. Esta era exatamente a natureza de problema econômico enfrentado pelos fazendeiros de café, e por esta razão é que tão funda impressão lhes causou a experiência da Jamaica e de outros países relevantes para o caso.

Num país agrícola como o Brasil, com um clima propício, grande extensão de terras aráveis e uma população rarefeita, o principal elemento a ditar o conjunto de oportunidades alternativas possíveis para os libertos era representado pela disponibilidade relativa de terra. Somente as províncias cafeeiras - Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Município Neutro - possuíam uma área de 918.808 km², cerca do tamanho total das áreas de Georgia, Carolinas do Sul e do Norte, Virgínia, Alabama, Tennessee, Louisiana e Mississippi. A população das províncias cafeeiras aumentou de 4.016.922 hab. em 1872 para 6.104.384 hab. em 1890, porém a densidade demográfica era baixa, de 4,37 hab/km² em 1872, passando para 6,64 em 1890. Praticamente toda a terra nessa região era arável (veja Tabela 2).

VER TABELA 2

A relação trabalhadores por km², evidentemente, constitui-se apenas numa indicação grosseira da potencialidade existente para alternativas de trabalho. Com efeito, o sistema de propriedade da terra pode restringir bastante o seu uso, e a propriedade pode estar concentrada em poucas mãos. Ademais, poderia ser criada legislação com o intuito de obrigar os libertos a trabalhar, do tipo das "vagrant laws" existentes nos Estados Unidos e outras regiões das Antilhas. Até mesmo o racismo poderia servir como um instrumento para cortar a mobilidade e restringir as alternativas de trabalho fora das plantações.³⁸ Por outro lado, mesmo países com uma elevada relação trabalhadores por km² poderiam ter um processo de industrialização e urbanização que oferecesse alternativas de trabalho.

TABELA 2 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA (VALOR OFICIAL)

PROVÍNCIAS	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO	valor da produção agrícola (mil' rês)	habitantes por km ²	valor do produto agrícola per capita (mil-rês)
<u>PRODUTORAS DE CAFÉ</u>					
. Espírito Santo	44.839	106.778	21.862:640	2,4	0:205
. Rio de Janeiro	68.982	1.174.086	321.891:160	17,0	0:274
. Município Neutro	1.394	481.201		345,2	
. São Paulo	290.876	1.256.031	242.436:766	4,3	0:193
. Minas Gerais	574.855	2.651.653	118.466:705	4,6	0:045
<u>PRODUTORAS DE AÇUCAR</u>					
. Rio Grande do Norte	57.485	280.774	11.396:267	4,9	0:041
. Parahyba	74.731	451.471	9.779:237	6,0	0:022
. Pernambuco	128.395	1.094.000	92.104:336	8,5	0:084
. Alagoas	58.491	297.598	30.971:027	5,1	0:104
. Sergipe	39.090	211.491	27.834:271	5,4	0:132
. Bahia	426.427	1.793.800	3.155:803	4,2	0:002
<u>OUTRAS</u>					
. Amazonas	1.897.020	86.415	1.141:864	0,05	0:013
. Pará	1.149.712	412.885	75.127:438	0,4	0:182
. Maranhão	459.884	466.752	18.351:389	1,0	0:039
. Piauí	301.797	230.666	96:722	0,8	0:001
. Ceará	104.250	938.191	21.317:185	9,0	0:023
. Paraná	221.319	190.083	31:170	0,9	0:001
. Santa Catarina	74.156	239.703	10.124:463	3,2	0:042
. Rio Grande do Sul	236.553	652.219	88.018:115	2,8	0:135
. Goyaz	747.311	192.674	2.132:756	0,3	0:011
. Mato Grosso	1.379.651	72.500	2.039:133	0,05	0:028
BRASIL	8.337.218	13.280.943	1.098.273:447	1,6	0:083

Fonte: A Província do Rio de Janeiro, Notícias para o Emigrante, collydas por ordem do Exmo. Sr. Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão, Felix Ferreira, Rio de Janeiro, 1888, pg. 10

Não obstante essas considerações, a relação trabalhadores/área constituía-se num importante indicador para os fazendeiros de café no Brasil. A manifestação do seu receio da abolição em termos da futura organização do trabalho, feita possível pelo fato do Brasil ser o último bastião da escravidão, era baseado, muitas vezes de maneira explícita, numa avaliação empírica das consequências da Emancipação dos escravos em países com diferentes relações trabalhador/área. Em geral, quanto mais abundante fosse a oferta de terra relativamente à força de trabalho, dado que as condições econômicas fossem favoráveis para o desenvolvimento de plantações, tanto maior seria o nível de salários necessário para manter em trabalho o volume necessário de mão-de-obra.

Com efeito, ao cotejar essas manifestações com as evidências proporcionadas pelos modernos estudos econômicos da escravidão, pode-se concluir que as expectativas dos fazendeiros de café estavam razoavelmente fundamentadas. A explicação econômica geral sobre o uso do trabalho escravo e sobre o cenário de condições econômicas em que aparece a escravidão dá ênfase ao fato que são empregados escravos quando por qualquer razão espécies alternativas de trabalho são inaceitáveis ou indisponíveis.

Isto geralmente ocorre quando ainda existem terras disponíveis e quando existe uma escassez de trabalhadores relativamente às terras existentes. Naturalmente, outras condições também são necessárias, tal como a existência de uma organização econômica e técnica que necessite explorar o trabalho escravo, e que a natureza das condições políticas e legais permita a existência de uma oferta adequada de braços escravos, e que haja a prevalência institucional, ética e moral de uma aceitação da escravidão. Embora essa apreciação seja bem genérica, e falhe em explicar diversas situações concretas, todavia existe um razoável grau de verificação empírica sustentando sua validade, principalmente quando se trata de explicar o fenômeno da escravidão nas plantações tropicais das Américas.³⁹

As três primeiras condições eram válidas para a economia da região cafeeira, porém a última já estava sendo atacada durante o período de que nos ocupamos. Caso houvesse a abolição, isto em si mesmo não mudava aquelas condições que justificam economicamente de início a escravidão. A abundância de terras permitia aos libertos ocupações e posses para a formação de pequenos estabelecimentos ou um sistema de auto-suficiência, ao invés de trabalho nas fazendas de café, tal como em Jamaica. Dessa maneira, os fazendeiros de café previam que os ex-escravos não trabalhariam com a mesma intensidade, disciplina e rotina como antes, não importa qual fosse o salário "razoável" a ser oferecido.

As manifestações dessa preocupação documentam o pessimismo com que viam o problema. Um deputado paulista disse em 1874 na Assembléia que:

"Após o último escravo ir embora ... o que acontecerá na agricultura da Província? o escravo, uma vez libertado, não trabalha para ninguém. O pensamento de que já foi escravo um dia é um forte motivo de repugnância, fazendo-o rejeitar qualquer contrato com o fazendeiro ..."⁴⁰

Em começos de 1883, um observador estrangeiro das fazendas paulistas de café escreveu que:

"we well know that all wealth of Brazil today proceeds from the labor of a million of slaves, who, if freed tomorrow, would not work; or, if they did, it would be to such a limited extent that the exchequer of the nation would become empty ..."⁴¹

Nesse mesmo ano um correspondente do Times escreveu que "it is imperative that before abolishing slavery free labor shall be at hand to replace the slaves of Brazil, for of these latter not one-third will work after emancipation, and this third will not do more than two-thirds of what it does now ..."⁴²

Esse correspondente concluiu que "to find out how many emancipated slaves would consent to work at present about 500,000 slaves are engaged in the coffee plantations, of whom more than probable only 150,000 would work after liberated, if freedom were granted unconditionally; and as the real working value of these would be two thirds of what it now is, the number can only be valued at 100,000 out of the 500,000 now working ..."⁴³. Mesmo tão tardiamente, em 1887 um comentarista britânico ainda dizia que "I have often heard in Brazil ... it is believed that the freed Negroes and their descendents will not work ..."⁴⁴.

Se formos nos basear nas opiniões mais abalizadas de Couty e Laërne, que fizeram muitas viagens e pesquisas em profundidade nas fazendas de café, durante as quais consultaram a opinião dos fazendeiros de café sobre o assunto, encontramos os mesmos resultados. Couty escreveu em 1884 que "todos os grandes fazendeiros estão convencidos que a maioria de seus escravos os irá abandonar e que eles pararão de trabalhar, rotineiramente, após sua liberdade ..."⁴⁵. Nesse mesmo ano Laërne notou que estava disseminado entre os fazendeiros a idéia de que os ex-escravos não trabalhariam. Ele considerou que isto era causado por "a confusion of ideas that leads to the unfavorable opinion held of free Negroes"⁴⁶. Mas, ainda no mesmo parágrafo de seu relatório, Laërne escreveu que "the plantation slave works 14, 16 even 18 hours a day if required ... the fazendeiros are now so much accustomed to have the slaves work at least 14 hours per day, that they call an ex-slave that works 6 or 7 hours a day for his own hand, lazy ... all things considered, an ex-slave is certainly not likely to work harder than a Brazilian from the interior, who has quite a few wants ... and to supply these modest demands, a couple of hours' work at utmost is sufficient in a country like Brazil ..."⁴⁷

À medida que a pressão abolicionista crescia, os fazendeiros começaram a discutir e propor medidas especiais que compelissem os libertos a trabalhar para eles recebendo salários "regulares". No Congresso Agrícola de 1878, a comissão nomeada pelos

lavradores de São Paulo mencionava a necessidade de reformar a Lei de Locação de Serviços⁴⁸. Em 1885, o Senador Floriano de Godoy fez aplicar um questionário às Câmaras Municipais da Província de São Paulo - muitas das quais refletindo fortemente os interesses e pontos de vista dos fazendeiros de café - sobre legislação e medidas de prestação de serviços. Como acentua Nícia Vilela Luz, a maior parte das respostas acentuava a necessidade de uma boa lei de locação de serviços e de medidas que obrigassem ao trabalho, tanto o liberto como o trabalhador nacional livre. Muitos solicitavam a reavivagem da lei de recrutamento, isentando porém do serviço militar os trabalhadores agrícolas. Só assim o caboclo, refratário à vida militar, procuraria o trabalho nas fazendas. Ainda segundo Luz, para alguns dos respondentes o problema não consistia, na verdade, na falta de braços, pois estes eram numerosos nas cidades, vilas e povoações, mas sim numa lei que reprimisse a vadiagem⁴⁹. Alguns anos mais tarde, a Princesa Isabel, agindo em nome de seu pai, o Imperador, disse em sua Fala do Trono de 1887 que as leis de vagabundagem estavam sendo estudadas e seriam propostas em breve.

Essas medidas, propostas de um modo geral, tinham como objetivo diminuir principalmente a mobilidade dos libertos, a fim de impedir ou dificultar a busca de outras oportunidades de utilização de suas horas de trabalho. Desse modo, além do controle de salários, foram propostas medidas de taxaço de pequenas propriedades e minifúndios, a fim de desestimular a agricultura de subsistência, e medidas legais para proibir a "vadiagem", a fim de controlar o crescimento das horas de lazer.

Talvez um melhor registro das expectativas dos fazendeiros de café neste período crucial da década dos 1880 pode ser visto nas atas dos debates da Lei dos Sexagenários, que culminaram na Lei Saraiva - Cotegipe de 28 de setembro de 1885. Essa Lei - co-

nhecida como Lei dos Sexagenários - determinava aos proprietários a libertação dos seus escravos com 60 anos ou mais, sem indenização, mas com a condição de que escravos entre 60 e 65 anos de idade trabalhariam, sem remuneração, por mais três anos.

Essa Lei contém outros artigos, entretanto, bastante parecidos em espírito com legislações similares de outros países ("Vagrant Laws"), procurando coibir a "vadiagem" dos escravos libertos. Assim, o artigo 14 estabelece que o ex-escravo seria obrigado a permanecer pelo menos 5 anos no município em que tivesse sido libertado, salvo aqueles municípios que fossem capitais de província. A intenção expressa nesse artigo era de limitar a mobilidade daqueles escravos libertos pelo Fundo de Emancipação, principalmente porque esse Fundo poderia libertar escravos de todas as idades. Já o artigo 15 tentava regular a escolha entre as horas dedicadas ao lazer ou ao trabalho do liberto. Dizia este artigo que o escravo liberto que se ausentar de seu domicílio será considerado um vadio, e deverá ser preso pela polícia, e ser empregado em obras públicas ou em colônias agrícolas. Já o artigo 17 dizia que qualquer escravo liberto que não tenha uma ocupação definida será obrigado a encontrar emprego ou então a contratar seus serviços por um prazo estabelecido pela polícia. É importante enfatizar que o debate sobre essa lei durou alguns meses, tendo havido intensa participação do público em geral e dos fazendeiros de café em particular. Note-se também que o Centro da Lavoura e Comércio organizou, em julho de 1884, um encontro de fazendeiros, tendo como tema discutir as condições em que o trabalho escravo poderia ser substituído com vantagem pelo trabalho livre, sem que ocorressem choques desnecessários ou perigosos para os interesses naturais do Império. Segundo o "South American Journal", os fazendeiros decidiram que:

a) a Lei Rio Branco seria suficiente para a extinção gradual e conveniente da escravidão.

b) seria aconselhável que os escravos permanecessem em suas províncias de origem.

c) haveria a necessidade de legislação tornando compulsório o trabalho dos ex-escravos.

d) seria de interesse público a introdução de "coolies" chineses no país⁵⁰

Para que essa legislação tivesse conseqüências em termos de redução das alternativas de trabalho para os libertos, fora das fazendas de café, seria necessário, evidentemente, que houvesse seu estrito cumprimento. Entretanto, mais uma vez a experiência da Jamaica e outros países já havia mostrado a inviabilidade dessas leis em regiões que houvesse abundância de terras e possibilidades de agricultura de subsistência. Do mesmo modo, a exclusão dos municípios das capitais do artigo 14 se constituía num tácito reconhecimento da dificuldade de fazer cumprir esse dispositivo da Lei dos Sexagenários no contexto dos grandes centros urbanos. Ademais, muito embora a propriedade de terras fosse relativamente concentrada, o sistema de roça permitia que famílias pudessem ocupar terras, segundo condições que as subordinavam aos grandes proprietários desejosos de ocupar suas terras por razões políticas e sociais⁵¹

Quase na mesma época em que a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 estava sendo votada, noticiava o South American Journal que alguns fazendeiros do Rio de Janeiro estavam se organizando em conluio para prevenir que a competição entre eles fosse elevar os salários dos libertos ou aumentar suas escolhas de ocupação⁵². Com efeito, passado menos de um mês dessa Lei, os fazendeiros de Cantagalo formaram uma associação, denominada União dos Lavradores, com os objetivos de:

a) tomar medidas para evitar a ruína de sua propriedades e a perda de suas colheitas;

b) declarar que estavam preparados para dividir e repartir mutuamente, de maneira amigável, os trabalhadores agrícolas disponíveis para esse fim, em lugar de competir por seus serviços oferecendo maiores salários, que causaria sua ruína progressiva, tal como estava acontecendo em alguns municípios de São Paulo;

c) procurar boicotar e não empregar trabalhadores que tivessem deixado, sem razão justa ou conhecida, o emprego em fazendas de café pertencentes a fazendeiros membros da União dos Lavradores.

Muito embora não seja o propósito desse capítulo examinar as consequências da Abolição sobre a organização do trabalho nas fazendas de café, cabe considerar, no entanto, que um breve exame das seqüelas desse episódio pode esclarecer, em retrospecto, a validade das expectativas dos fazendeiros de café. As consequências foram diferentes em São Paulo, onde houve um considerável e contínuo afluxo de imigrantes europeus para as fazendas de café, do que em Minas Gerais e Rio de Janeiro, que tiveram que contar com os libertos como elemento principal para formar seu plantel de trabalhadores em determinadas zonas cafeeiras.

De maneira geral, o comportamento dos libertos pareceu confirmar, pelo menos parcialmente, esas expectativas. Embora a maior parte dos libertos continuasse a trabalhar nas fazendas de café, houve uma fase de grande desorganização do trabalho logo após a Abolição. Ademais, muitos partiram para os centros urbanos, e outros passaram a dedicar-se à agricultura de subsistência. Daqueles que permaneceram nas fazendas de café, a participação na força de trabalho decresceu bastante, e os fazendeiros passaram a dispor de menos horas e dias de trabalho desse contingente. Alguns anos após a abolição, os contratos de trabalho no Rio de Janeiro eram na sua maior parte de parceria, ao invés de salários, e o trabalho em turmas caiu em desuso.⁵³ Entretanto, em alguns lugares ainda permaneciam práticas remanescentes do tempo da escravidão, como constatado por

Pierre Denis em Minas Gerais alguns anos após a abolição. Em seu relatório, ele apurou que "quase todos os negros são trabalhadores diaristas ... para obter um esforço constante dos negros é necessário uma vigia permanente ... os trabalhadores têm de ser organizados em turmas sob a supervisão de um administrador..."⁵⁴.

Esse mesmo viajante, que fez uma extensa pesquisa em diversas fazendas de café, contrastou a rotina e disciplina das fazendas em São Paulo, utilizando colonos imigrantes, e Minas Gerais, utilizando libertos. Ele observou que havia grandes diferenças entre os dois estados. Segundo ele, em São Paulo os colonos moravam dentro das fazendas, trabalhavam sob a supervisão dos fazendeiros, que fiscalizavam diariamente a chegada e partida dos colonos nos cafezais. Já em Minas Gerais, segundo Denis, os negros viviam à parte, longe da vista dos fazendeiros, e iam apenas esporadicamente aos cafezais, onde "o fazendeiro os esperava, muitas vezes em vão, para começar o trabalho. No fim da tarde, eles se dispersam novamente". Denis achava que havia grandes diferenças, imperando a disciplina nas fazendas paulistas e a desordem nas fazendas mineiras. Acreditava que em Minas Gerais o salário de apenas dois dias já satisfaria as necessidades do trabalhador. Achava que um bom empregado trabalhava três dias por semana. Um fazendeiro comentou com ele que empregava trezentos negros em idade de trabalho em sua fazenda, e no entanto não era capaz de contar nem com cem destes trabalhadores em cada jornada de trabalho⁵⁵.

Em conclusão, pode-se argumentar que os fazendeiros esperavam, e essas expectativas se tornaram mais explicitadas na década dos oitenta, que a Abolição causaria a ruína da maior parte das fazendas de café. Essas expectativas, como argumentado nesse capítulo, baseavam-se em parte no exemplo de outros países e regiões após a abolição, e em parte em virtude da sua própria experiência com os libertos a época.

Dessa maneira, como os fazendeiros não esperavam que a escravidão fosse durar muito, sua expectativa a respeito do futuro da cultura cafeeira no país também não era otimista. Consideravam que, a fim de fazer com que os libertos trabalhassem com a mesma disciplina, rotina e organização que tinham enquanto escravos, seria necessário talvez um salário muito alto, que inviabilizaria uma operação lucrativa da maioria das fazendas de café. A esse respeito, Celso Furtado é de opinião que em função de experiência traumática da escravidão em conjugação com a possibilidade de dedicar-se à agricultura de subsistência, uma das consequências diretas da abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho. Segundo esse mesmo autor, "a situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira, valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente elevados sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores"⁵⁶. Em outras palavras, caso seja válida essa hipótese implícita de curva reversa de oferta de mão-de-obra, isto implicaria que uma escassez de trabalho criada pela abolição não poderia ser solucionada adequadamente pelo simples aumento de salários.

OS TRABALHADORES NACIONAIS

Dado que os fazendeiros esperavam que, quando livres, os escravos iriam reduzir substancialmente seu grau de participação na força de trabalho, por que os fazendeiros de café não pensavam em recorrer aos trabalhadores nacionais? Por que tanto falavam sobre escassez de trabalho, numa época em que grande parte da população não era constituída nem por escravos ou proprietários de terras? A resposta para essa indagação, que pretendemos desenvolver nessa seção, é que esses trabalhadores contrariamente a opinião de diversos observadores da época, representavam uma fonte cara de mão-de-obra.

A primeira visão das condições de vida da população engajada na agricultura de subsistência ou em atividades extrativas, tais como pesca ou caça, num país onde a maior parte da população tinha ocupação no setor primário, causava uma profunda impressão aos viajantes que chegavam ao país. Ao ver a pobreza reinante diagnosticavam esse quadro como características de situações de desemprego ou sub-emprego. Causava a eles espêcie o porquê dessa população não estar sendo empregada como mão-de-obra barata nas fazendas de café. Acreditavam que isso se devia em parte a preconceitos e atitudes tradicionais dos fazendeiros em relação aos trabalhadores, e em parte à preguiça e falta de iniciativa desses últimos.

Como dito no South American Journal em 1884, "She (Brazil) possesses available labouring material enough for many times her present production ... the country already has some millions of people who have neither lands, money nor occupation ... to ignore all these ... is the greatest of economic blunders ... the planters have the choice in their own hands ... "57

Nesse mesmo ano, outra publicação, o Rio News, fez a seguinte estimativa numérica dos trabalhadores em potencial: "At the present moment Brazil has an available population of laborers sufficient for many times her present production. Assuming her population to be eleven millions, less than half a million will comprise the landholders, capitalists and professional men. Out of the rest, and after making allowance for sex, age and special occupations, there ought to be from 8,500.000 to 9,000.000 of available laborers, or four times the number of slaves (sic) on whose enforced labour the agricultural industries are now said to depend..."58

Essa população, a despeito de seu grande contingente, não era facilmente mobilizável, como testemunhavam alguns observadores. Couty, o francês estudioso dos problemas de mão-de-obra e café do país, fez as seguintes estimativas numéricas em 1881

"A situação ... pode ser resumida numa única frase: não existe povo no Brasil ... da sua população de doze milhões, um milhão é composto de índios inúteis e um milhão e meio de escravos. Sobram perto de nove milhões, dos quais quinhentos mil são de famílias de proprietários de escravos: fazendeiros, advogados, médicos, funcionários, servidores públicos, comerciantes, administradores, etc. Mas entre a classe dirigente e seus escravos ... seis milhões de seres nascem, vegetam e morrem sem servir ao seu país... "⁵⁹

Os fazendeiros de café também comungavam dessa imagem estereotipada de trabalhador livre, pois assim podiam racionalizar o pouco entusiasmo dos trabalhadores em trabalhar com a disciplina e rotina exigida e os poucos salários oferecidos. Bastante representativo das opiniões desses fazendeiros foram as intervenções apresentadas no Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em julho de 1878. O Congresso foi patrocinado pelo governo, e assistido por mais de trezentos fazendeiros ou representantes de seus interesses das províncias cafeeiras. A conclusão sobre um dos tópicos apresentados para discussão foi a de que a contribuição do trabalhador nacional era pouca, e que os fazendeiros não acreditavam que os mesmos pudessem oferecer trabalho compatível com suas necessidades, pois eram indolentes e recalcitrantes para o trabalho de rotina.⁶⁰

A despeito dessas opiniões, constata-se de fato que os trabalhadores livres tinham atuação marcante nas fazendas de café durante essa época. A maior parte dos cargos de administração e controle da mão-de-obra, assim como dos trabalhos especializados, eram realizados pelos mesmos. Lærne encontrou, ao pesquisar com detalhe nove fazendas de café do Vale do Paraíba, com um total de 1.596 escravos, que haviam 57 trabalhadores livres empregados na administração, e mais 23 trabalhadores especializados (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, maquinistas e ferroviários)⁶¹.

Além desses cargos de maior qualificação, existiam, também, na época, trabalhadores livres laborando em ocupações típicas dos escravos. Esses trabalhadores, designados em geral por camaradas ou agregados, recebiam salários ou parceria, moravam com suas famílias nas terras da fazenda, praticando agricultura de subsistência e colaborando durante as épocas de pico de demanda por trabalho, e tendo uma relação de dependência econômica, social e política com os fazendeiros⁶²

O número de camaradas nas fazendas de café não era grande, no entanto. Em 1854 uma pesquisa, realizada em toda a província de São Paulo, levantou a força de trabalho empregada principalmente em fazendas de café, açúcar ou gado, e consistindo de escravos, colonos e camaradas ou agregados. Das 62.216 pessoas trabalhando em fazendas de café, menos de 7% eram camaradas ou agregados; esta proporção era de 4,2% nas fazendas açucareiras (empregando 15.641 escravos) e 29% em fazendas de café (empregando 4.347 escravos)⁶³.

Simonsen estimou que, entre 1870 e 1880, 5/6 da produção de café e 2/3 da produção de açúcar eram feitos por escravos; como haviam também colonos estrangeiros trabalhando, então apenas menos de 1/6 da força de trabalho das fazendas de café era constituída por agregados ou camaradas⁶⁴

Em 1884, Laërne observou que "there is not a trace of actual free labour just now in Central Brazil ... as yet everything there depends on slave labour ... "⁶⁵. Isto parece ser um exagero, pois ele mesmo assinalou, em outra passagem de seu relatório que descrevia os vários estágios da produção de café, vários exemplos de utilização de trabalhadores livres nas fazendas de café. De qualquer modo, parece razoável concluir que durante o período abrangido por este estudo esses trabalhadores livres representavam uma pequena proporção da mão-de-obra das fazendas de café.

À medida que avançavam os anos na segunda metade do século XIX, as fazendas de café se tornavam cada vez mais especializados na pro

dução desse grau, e gradualmente iam abandonando sua auto-suficiência na produção de roupas e alimentos, e no transporte da produção, ao mesmo tempo que começavam a contratar trabalhadores livres para determinadas tarefas. Tal como Laërne observou em 1884, ao comentar a derrubada das matas, "for this hard and often dangerous work slaves are never employed ... it is usually the caboclos and mineiros, that is to say, the Brazilians of the interior ... who make a trade - and a favorite one - of felling the forests ..."66.

Outra tarefa específica, muitas vezes exercida pelos trabalhadores livres, era a de colher café e cuidar dos novos cafeeiros. Ainda segundo Laërne, "the laying out of new gardens can here and there be agreed for by the job with mineiros (free laborers natives of Minas Gerais) ... who now and then establish themselves temporarily in a place; the owner hands over to those people a cafezal planted by slaves, on condition that they keep and dress the young trees carefully during four successive years ..."67. Em outra passagem o autor assinala que "the caboclos ... were persuaded to lend their assistance to lay out the first gardens.. for pulling, transporting and planting mudas ..."68. Outra tarefa específica foi a de ajudar no período da colheita, e mais uma vez podemos recorrer ao relatório de Laërne: "when the crops are heavy ... the planters try to hire pickers ... from the sitiantes (small landowners) and quitandeiros (small vendors) in the neighbourhood or free laborers - camaradas ..."69 "Camaradas will seldom pick coffee at their own risk, but when they do they receive ..."70

Diversas razões, menos superficiais do que aquelas aventadas sobre a mentalidade dos fazendeiros ou a indolência dos trabalhadores livres, podem explicar o porquê da reduzida participação da mão-de-obra livre nas fazendas, ou o porquê das expectativas pessimistas dos fazendeiros quanto à eventualidade da abolição.

Por um lado, a "indolência" ou a "preguiça" dos trabalhadores livres poderia estar refletindo a distorção na ética do trabalho

causada pela escravidão, que provocou uma aversão pelo trabalho manual e pelo trabalho nas fazendas de café, pois estas atividades estavam associadas com o cotidiano do trabalho forçado. Como muitos trabalhadores livres eram ex-escravos ou descendentes de escravos, esses sentimentos eram alimentados ainda mais por essas circunstâncias. Por outro lado, a insistência com que os fazendeiros de café emitiam comentários sobre os deméritos dos trabalhadores livres do país poderia ser o reflexo de uma frustração. Ou seja, uma racionalização para explicar sua falta de sucesso em conseguir contratar trabalhadores que se sujeitassem às condições de trabalho e salários que ofereciam.

De um ponto de vista econômico, o que é importante averiguar é como essas idiosincrasias se traduziam em comportamento no mercado de trabalho ou na formação das funções de oferta e demanda de mão-de-obra, como essas idiosincrasias se traduziriam em custos ou benefícios não-pecuniários, de que maneira as desvantagens não-pecuniárias do trabalho nas fazendas de café poderiam ser compensadas por vantagens pecuniárias e finalmente como as qualidades negativas e positivas dos trabalhadores livres, tal como percebidas pelos fazendeiros, se refletiriam na formação dos salários.

A evidência disponível sobre o período de estudo é de que o trabalho livre se constitui num item relativamente caro. Isto pode ser observado na leitura de documentos da época. Em 1836 o Presidente da Província de São Paulo reclamou em seu Relatório Anual que era notória a escassez de trabalhadores, e que era difícil encontrá-los mesmo com o pagamento de 1\$000 por dia, e que a solução encontrada então foi a de importar 100 trabalhadores não especializados da Europa num contrato de cinco anos de duração⁷¹. Pouco mais de trinta anos mais tarde, em 1870, outro relatório anual do Presidente da mesma província chamou a atenção para o fato dos salários serem muito altos na província⁷². No Congresso Agrícola de 1878, foi comentado que a lavouira não comportava salários mais altos do que 1\$000 por dia⁷³.

Em 1884 Laërne também comentou sobre esse tópico em seu relatório. Numa passagem dizia que "... the fact that laborers are now so scarce and wages so high ..." ⁷⁴ e em outra que " the wages in Brazil are too high to allow of free labor being employed on the coffee plantations ..." ⁷⁵. Viotti da Costa menciona que em 1885, numa discussão sobre salários, um fazendeiro informava que em condições normais o salário máximo nas fazendas de café podia ser de 30\$000 mensais. O mesmo fazendeiro foi aparteado, com a alegação de que esse preço só poderia manter-se nos bons estabelecimentos ⁷⁶

São relativamente escassas as informações sobre salários em fazendas de café, porém os dados por nós coletados são consistentes com a hipótese de que os salários reais eram altos, se mantiveram constantes de um modo geral e possivelmente mesmo aumentaram durante o período em análise.

Em 1856 o Presidente da Província do Rio de Janeiro realizou um levantamento nos principais municípios produtores de café, e entre outros quesitos indagou o salário de trabalhadores especializados (oficial de ofício) e não especializados (trabalhador de enxada). Indagou também sobre os custos diários de alimentação, mensal de aluguel e anual de roupas. Especificamente, indagou quanto seria necessário diariamente para alimentar um trabalhador, quanto seria necessária para possibilitá-lo de pagar mensalmente o aluguel e comprar roupas anualmente. Ao responder o primeiro quesito, alguns municípios fizeram a distinção entre salários incluindo o sustento (casa e comida) e salários a seco, enquanto outros não o fizeram. Foi possível, porém, normalizar os resultados eliminando essas discrepâncias, e os resultados finais são apresentados na Tabela 3 ⁷⁷

VER TABELA 3

Embora se encontrem diferenças ao se comparar salários e custo da alimentação entre os municípios, que indicam diferenças em salários reais, estas são consistentes com as informações que

Tabela 3 - Salários e Custo de Vida em alguns Municípios Cafeeiros da Província do Rio de Janeiro, 1856.

em réis

Municípios Cafeeiros	Salários de Trabalhadores de Enxada		Salários de Oficiais		Custo de Vida	
	sem casa e comida	com casa e comida	sem casa e comida	com casa e comida	Alimentação	aluguel* roupa**
Angra dos Reis	-	560	1\$580	-	400	4\$000 48\$960
São João do Príncipe	1\$000	-	2\$000	1\$280	-	- -
São Fidelis	1\$600	-	2\$000	-	500	6\$000 30\$000
São João da Barra	-	600	-	1\$800	400	12\$000 mensal os dois
Mangaratiba	-	800	-	1\$400	400	5\$000 40\$000
Magé	16\$000*	12\$000*	2\$000	1\$200	580	2\$000 -
Parahyba do Sul	-	540	2\$000	-	600	6\$000 36\$000
Rezende	-	800	-	-	400	- -
Rio Claro	-	600	-	2\$000	800	7\$000 25\$000
Valença	-	800	-	1\$500	400	9\$000 mensal os dois
Vassouras	-	200\$000**	2\$000	-	total de 250\$000 anual (trab.enxada) a 280\$000 anual (oficial)	

Notas: * mensal
** anual

Fonte: Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1856

temos sobre os municípios nesse período. São Fidélis, por exemplo, que mostra o maior salário nominal e um baixo custo de alimentação, estava começando nessa época a abrir suas florestas para o cultivo do café, e teria de pagar salários mais altos para atrair trabalhadores para seu território de fronteira (onde inclusive ainda existiam tribos de índios hostis). O baixo custo da alimentação pode ser explicado pelo cultivo de milho, feijão, mandioca e outros vegetais, em terras que estavam sendo preparadas para o cultivo do café, típico aliás do processo de transformar terras virgens em cafezais. Pode-se considerar os resultados da Tabela 2, portanto, como confiáveis. Os dados dessa tabela mostram, ao se comparar os salários nominais com os dados sobre custo de vida, que os salários reais vigentes eram altos.

Em 1876, em São Paulo, os camaradas recebiam mensalmente de 10\$000, incluindo o sustento, a 20\$000 (a seco), e os trabalhadores especializados de 2\$000 a 10\$000 diários; para cavar valas e construir cercas os salários diários variavam de 1\$000 a 1\$500, com sustento, e 2\$000 a seco⁷⁸. Em 1884 Couty assinou que os camaradas recebiam 20\$000 mensais⁷⁹. Em 1884 o Relatório da Província do Rio de Janeiro mencionava os seguintes salários: jornal diário para todo o serviço, \$640; jornal mensal para todo o serviço, 12\$000 a 15\$000; carpas de cafezal por 1.000 pés, de 6\$000 a 10\$000; apanha de café por 50 litros, \$320; derrubada de mata virgem por dia, 1\$000; empreitada para plantação de 1.000 pés de café, 100\$000 a 500\$000⁸⁰.

Nesse mesmo ano, Laërne reportou que os camaradas trabalhando nas fazendas de café recebiam em média 2\$000 por dia com sustento para preparar a terra, e de 2\$000 a 2\$500 por dia com sustento pela derrubada de mata virgem⁸¹. Segundo ele, os salários pagos na cafeicultura eram mais elevados do que aqueles pagos em outras atividades. Assim, os salários com sustento nas fazendas açucareiras de Porto-Feliz (São Paulo) variavam de 16\$000 a 19\$000 por mes; o salário diário variava de 1\$280 a 1\$500 no cultivo da cana e de 1\$200 a 2\$000 para os empregados na fabri-

cação de açúcar; crianças trabalhando nessa fabricação recebiam de 200 a 800 réis por dia. Numa fazenda de açúcar de Piracicaba (São Paulo), ele constatou que os cultivadores de cana recebiam de 25\$000 a 30\$000 mensais com sustento; diaristas recebiam 1\$400 a 1\$500, trabalhadores na fabricação de açúcar de 1\$500 a 2\$000, trabalhadores mais especializados de 1\$700 a 2\$400 e crianças de \$500 a 1\$200 por dia, dependendo da idade e tipo de tarefa. Em outra fazenda açucareira em Lorena (São Paulo), trabalhadores da roça recebiam de 12\$000 a 20\$000 mensais com sustento, diaristas de 1\$000 a 1\$200 e trabalhadores na fabricação de açúcar de 1\$200 a 1\$500⁸².

Segundo Onody, o custo de vida entre 1850 e 1884 aumentou menos de 40%⁸³. Se, de acordo com as informações apresentadas sobre salários, escolhermos o maior salário diário com sustento de um trabalhador de enxada, reportado para 1856, 800 réis, e o compararmos com o menor dado similar reportado para 1884, 1\$200, então qualquer outra combinação mostrará uma variação maior do que 40% nesse período, o que confirma nossa hipótese de que os salários reais permaneceram estáveis ou cresceram no período 1850-1888.

Em princípios de 1888, quase que na mesma época da Abolição, o Embaixador da Bélgica, sediado no Rio de Janeiro, enviou um relatório para seu país, avaliando as possibilidades do país como polo de atração de emigrantes. Entre outros assuntos, ele concluiu que os salários vigentes nas cidades eram altos, em comparação com o que ocorria em outras cidades da Europa ou das Américas, incluindo a República Argentina. Segundo o Embaixador, na Província de São Paulo um trabalhador recebia de 75 francos (3 libras) a 100 francos (4 libras) por mês, com casa e comida⁸⁴.

Para ter-se uma base de comparação, procurou-se avaliar o comportamento dos salários na Inglaterra. Para o período 1885-1889 Wood calcula que o salário semanal de um "operador médio" - que ele define como a média dos salários de trabalhadores espe-

cializados e não especializados, rurais e urbanos do Reino Unido - era de 30,2s, aumentando para 32,4s no período 1890-94⁸⁵. Por interpolação linear pode-se escolher 31s como o salário semanal em 1888, ou 6f4s como o salário mensal desse "operador médio". Wood estimou os custos de alimentação e moradia como de 19,5s em ambos os períodos, que convertidos em dados mensais per fazem 3f18s⁸⁶, ou quase 4 libras. Portanto, mesmo quando comparado aos salários reais do Reino Unido, os de São Paulo eram mais elevados.

O Embaixador Belga também fez um levantamento do salário médio em diversas ocupações, tanto especializadas quanto não especializadas, que tabulamos e apresentamos na Tabela 4.

VER TABELA 4

Se calcularmos a média dos salários mensais da Tabela, incluindo casa e comida, pode ser visto que os mesmos variavam de 3f10s a 5f8s. O salário mensal equivalente no Reino Unido, com casa e comida, era 2f6s (6f4s - 3f18s). Se compararmos esses dois resultados, fica claro que mesmo por padrões internacionais os salários na região cafeeira eram elevados.

Esta comparação pode parecer muito crua, uma vez que a média de salários no Brasil que estamos empregando não é ponderada pela participação relativa de cada profissão na força total de trabalho. Como a participação relativa no Brasil da mão-de-obra não qualificada com baixos salários é maior do que no Reino Unido, este método pode sobre-estimar o valor dos salários vigentes no Brasil. Para compensar essa deficiência, não incluímos na média brasileira, propositadamente, os salários daquelas categorias de maior qualificação.

Visto a questão de outro modo, não existe razão para suspeitar que o relatório do Embaixador tenha exagerado na apresentação dos salários, portanto podemos aceitar o documento como fidedigno. Uma outra objeção mais séria, todavia, pode ser feita

Tabela 4 - Salários Representativos de várias ocupações especializadas e não especializadas, segundo levantamento do Embaixador da Bélgica no Brasil em 1888

Profissão	Salário e Condições
Aprendiz de Jardineiro	100 frs. (£5) a 150 frs. (£6) <u>com</u> casa e comida
Jardineiro	125 frs. (£5) a 200 frs. (£8) <u>com</u> casa e comida
Padeiro	125 frs. (£5) a 250 frs. (£10) <u>com</u> casa e comida
Condutor de Carruagem	100 frs. (£4) a 150 frs. (£6) <u>com</u> casa e comida
Cozinheiro/fem.ou masc.)	100 frs. (£4) a 150 frs. (£6) <u>com</u> casa e comida
Empregado Doméstico	75 frs. (£3) a 125 frs. (£5) <u>com</u> casa e comida
Todo o Serviço	65 frs. (£2) a 100 frs. (£4) <u>com</u> casa e comida
Enfermeiro	100 frs. (£4) a 125 frs. (£5) <u>com</u> casa e comida
Passadeira	75 frs. (£3) a 100 frs. (£4) <u>com</u> casa e comida
Carpinteiro	7,5 frs. (6s) a 12,5 frs. (10s)p/dia <u>sem</u> casa e comida
Sapateiro	7,5 frs. (6s) a 12,5 frs. (10s)p/dia <u>sem</u> casa e comida
Pedreiro	6,25 frs. (5s) a 12,5 frs. (10s)p/dia <u>sem</u> casa e comida
Mestre em Cantaria	10,0 frs. (8s) a 15,0 frs. (12s)p/dia <u>sem</u> casa e comida
Ferreiro	5,0 frs. (4s) a 15,0 frs. (12s)p/dia <u>sem</u> casa e comida
Seleiro	7,5 frs. (6s) a 10,0 frs. (8s)p/dia <u>sem</u> casa e comida
Maquinista	1.250 frs. (£50) a 3.000 frs. (£120) por ano

Fonte: South American Journal, August 18, 1888 , pg. 524.

quanto à diferenças em custo de vida nos dois países, em termos de outros itens do orçamento que não casa e comida. Embora o Relatório mostre os preços de alguns itens de alimentação, e mesmo sugira que eram baixos quando comparados com os preços na Europa, não é possível daí inferir quanto desse total era gasto com habitação e alimentação no Brasil e comparar o resultado com o verificado no Reino Unido, como uma base de inferência sobre o custo de vida em geral.

Fortunadamente, pudemos ter acesso ao conteúdo de uma carta escrita por um imigrante belga vivendo em Rio Claro (São Paulo), em maio de 1888, publicada num jornal britânico. Segundo essa correspondência, "I have nothing to complain of in my existence. Besides, the man who is willing to work easily gains a living; for ten hours of work a mechanic receives on an average 12 to 15 frs.; a joiner, 8 to 12 frs.; a shoemaker, 5 francs. The latter two are, in addition, provided with board and lodging. After 2 or 3 months shoemakers and tailors generally start on their own account, and then they can make 15 to 20 frs. a day. As to food, it is not very dear. For 2.5 francs per day you can be as well kept as in Europe"⁸⁷

Se compararmos os salários diários dos sapateiros sem casa e comida, que o Relatório estima ser de 7,5 a 12,5 francos - ou 10 francos em média - com a estimativa do missivista de 5 francos para esse salário com casa e comida, podemos estimar o custo diário de casa e comida como sendo 5 francos ou 4s, dos quais 2,5 francos (2s) em casa e 2,5 francos (2s) em alimentação. Isto sugere um custo mensal de £ 6 por casa e comida, que adicionado à estimativa do salário médio mensal em São Paulo, excluindo casa e comida, de 3£10s a 5£8s totalizaria um salário bruto mensal médio de 9£10s a 11£8s.

Portanto, mesmo se os custos dos outros itens do custo de vida (roupa, transporte, diversões, educação, etc.) fossem mais elevados em São Paulo do que no Reino Unido, a diferença para mais de 40% encontrada nos salários poderia facilmente cobrir

essas desigualdades. Portanto, podemos admitir que em 1888 os salários nominais em São Paulo eram maiores do que no Reino Unido, e que mesmo examinados em termos de poder de compra permanece válida a conclusão. Outra constatação é que, tal como em 1856, os salários em 1888 eram altos em termos de custo de vida.

Pode-se concluir dessa análise dos salários da mão de obra não especializada trabalhando em fazendas de café que:

1. os salários eram altos, quando analisados pelo seu poder de compra vis a vis os principais itens do custo de vida, num ano - 1856 - no começo do período, e em outro - 1888 - no fim do período de estudo.

2. os salários nominais cresceram pelo menos tanto quanto os preços dos principais itens do custo de vida, de modo que pode concluir-se que os salários reais permaneceram constantes ou mesmo aumentaram no período.

3. os salários no Brasil eram altos, tomando por base padrões internacionais, tal como mostrado na comparação com o Reino Unido, a nação mais desenvolvida do mundo no século XIX.

A análise de salários aqui apresentada não pretende, de forma alguma, ser conclusiva quanto ao assunto. Estudos mais aprofundados e maiores pesquisas junto as fontes de dados primários contribuirão muito, sem dúvida, para aumentar o conhecimento sobre esse importante tópico da história econômica do Brasil. Nossa intenção era de estimar a ordem de magnitude dos valores relevantes, e para tal os resultados obtidos podem ser interpretados, tentativamente, como indicando que a mão-de-obra nacional livre era um fator de produção caro para o fazendeiro de café. Talvez isso possa explicar a razão do fenômeno da pequena participação de trabalhadores livres nas fazendas de café, e o porquê dos fazendeiros estarem tão pessimistas acerca das consequências da abolição.

Com efeito, a fim de assegurar a permanência de um plantel disciplinado de trabalhadores livres, teriam de pagar salários que, como vimos, teriam de ser altos. Isto afetaria a posição competitiva no mercado mundial de café. Ainda que fosse o maior produtor de café do mundo, diversos outros países e colônias das Américas, Ásia e África competiam com a mercadoria brasileira. Embora a terra e o clima no sudeste do Brasil fossem bastante adequadas para a produção do café, e a tecnologia da cultura cafeeira bastante desenvolvida, as desvantagens representadas por grandes diferenciais de custo de mão-de-obra vis a vis os países competidores poderiam acabar com as vantagens comparativas que o país pudesse obter em outros itens de custo, e afetar a participação do Brasil no mercado cafeeiro.

É interessante notar que Van Delden Laërne, autor de talvez o melhor trabalho sobre a cultura cafeeira do Brasil na época, era funcionário do Departamento do Interior da Batavia (Java), e estava encarregado pelo governo holandês com uma missão especial no Brasil em função dos interesses do cultivo e comércio de café das colônias holandesas na Ásia. Java era o segundo maior exportador de café após o Brasil - e a produção brasileira de café em 1884 representava quase 50% do total mundial produzido - e portanto era importante para eles se informarem sobre as perspectivas do cultivo de café em nosso país, em particular como essas perspectivas poderiam ser afetadas em face da abolição da escravidão. Laërne conclui que: "the prospects of Brazilian agriculture in general, and coffee planting in particular, are far from encouraging, owing to the labor difficulty ... it is very difficult to replace them (slaves) ... I fear that a heavy blow will be dealt to coffee planting in Brazil; a blow as severe as that which smote Jamaica in 1838 after the Emancipation of slaves" 88

Para concluir essa seção, é importante chamar a atenção para a complexidade do problema de mão-de-obra enfrentado pelos fazendeiros de café, problema esse que crescia ao longo das duas últi.

mas décadas da escravidão. Escolhendo 1884 como um ano representativo, foi visto em outros capítulos que os escravos ainda representavam a quase totalidade de trabalhadores no cultivo de café, e foi argumentado que razões de lucratividade poderiam explicar essa preferência. Também foi argumentado que na década dos 80 tanto a demanda de escravos pelos fazendeiros quanto o valor dos escravos estavam caindo, em virtude do crescente grau de pessimismo dos fazendeiros. Evidentemente que o quadro sombrio que anteviam para o suprimento de mão-de-obra também se estendia para sua apreciação sobre o futuro do cultivo do café, mas isto não implica que mostrassem uma atitude conservadora ou tradicional com relação ao emprego de trabalhadores livres ou libertos.

Com efeito, quando lidavam com outros fatores de produção, tais como o capital, os fazendeiros não se caracterizavam por atitudes tradicionais ou uma mentalidade pré-capitalista. Por exemplo, os fazendeiros de café no Brasil estavam muito mais avançados do que outros países no emprego de equipamentos modernos para o processamento dos grãos de café. Isso inclusive foi objeto de comentário de Laërne, ao relatar que "during the last ten years the preparation by machinery has progressed enormously ... to spare hand labor and improve the badly harvested crop by careful preparation, e Brazilians do not hesitate to spend fortunes in procuring the newest machinery ..."⁸⁹

De fato, os fazendeiros organizavam congressos e associações para discutir seus problemas comuns. Estavam também atentos ao que se passava na produção cafeeira de outros países, especialmente no que dizia respeito aos problemas de mão-de-obra. Alguns fazendeiros chegaram mesmo a inventar novas máquinas e equipamentos para o processamento do café. Outros publicaram livros técnicos, manuais, artigos em revistas e jornais. Foram introduzidos e listados no país diversas espécies de cafeeiros. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma complexa estrutura de comer-

cialização e financiamento do café. Mesmo no setor de transportes algumas ferrovias foram fundadas e desenvolvidas por fazendeiros de café. Em suma, de um ponto de vista econômico, os fazendeiros se comportavam como empresários altamente sensíveis a estímulos provocados por mudanças nos custos dos insumos ou preços relativos das diferentes qualidades de café. A razão essencial para a existência da questão do elemento servil residia no fato de que os escravos representavam uma força de trabalho eficiente, disciplinada e organizada para suas necessidades ao custo mais baixo, pois sem escravos as alternativas existentes - libertos ou trabalhadores nacionais - representariam uma fonte cara de suprimento da mão-de-obra.

4. DE NOVO AS FONTES EXTERNAS

Em face da possibilidade de um aumento na escassez de trabalhadores e elevação dos salários, tendo em vista suas expectativas quanto ao comportamento dos libertos e trabalhadores nacionais, a atenção dos fazendeiros de café mais uma vez se voltou para o exterior. Tal como havia se dado durante os trezentos anos do tráfico africano de escravos e durante os 30 anos de tráfico inter e intraprovincial, de novo as fontes externas apareciam como a solução de problema de escassez de mão-de-obra.

A solução de utilizar fontes externas de suprimento de mão-de-obra não se constituía em novidade no contexto do que haviam tentado outras sociedades escravocratas baseadas na cultura da exportação, face aos problemas relacionados com a abolição da escravidão. Existem marcantes similaridades entre o comportamento dos fazendeiros de café e o comportamento de suas contrapartes em Cuba e nas Índias Ocidentais. Em parte devido ao fato do Brasil se tornar a última sociedade das Américas a se reger pelo sistema da escravidão - e poder portanto se beneficiar e aprender com a experiência desses outros países - e em parte porque os problemas econômicos eram parecidos, observa-se uma grande similaridade de situações. Ou seja, as várias alternati-

vas tentadas pelos fazendeiros de café, e a solução afinal encontrada, para o problema da mão-de-obra, repetiram, em sua essência econômica, os eventos ocorridos nesses outros países.

Como mencionado anteriormente, existindo a possibilidade do desenvolvimento de atividades econômicas, a instituição da escravidão agrícola surgia em geral para resolver situações de oferta abundante de terras combinada com uma inadequação da oferta voluntária de trabalho. As grandes plantações necessitavam uma fonte de mão-de-obra que se sujeitasse à rotina e disciplina desejada, ao menor custo possível em face das alternativas disponíveis. Este era o caso das plantações das Índias Ocidentais e Cuba, que por mais de trezentos anos se apoiavam no trabalho escravo. Entretanto, num curto intervalo, não mais de 50 anos, começando no década de 1830, perderam seus escravos em virtude da abolição. O processo de emancipação se deu por decisões vindas de fora, em virtude das pressões surgidas de um movimento anti-escravocrata criado e desenvolvido nos países da Europa dos quais eram colônias.

De um estrito ponto de vista econômico, no entanto, pode-se argumentar que esta emancipação foi prematura. Isto porque as causas que estão na raiz da natureza econômica da escravidão ainda prevaleciam. Ou seja, continuava a haver uma inadequada oferta voluntária de mão-de-obra para atender às necessidades de trabalho. Não fica claro, no entanto, o porquê da preferência pela escravidão em situações como essa, em que não existe oferta de trabalho voluntário suficiente aos baixos níveis de salário pretendidos. Como argumenta Kloosterboer, enquanto sistemas de trabalho, a servidão, os contratos de trabalho vinculados à quitação de dívidas após alguns anos de servidão, o trabalho forçado para cumprir penas e outras formas de trabalho coercitivo podem também cumprir praticamente as mesmas funções da escravidão⁹⁰. A escravidão é uma das formas de trabalho coercitivo, talvez a mais adequada economicamente, principalmente quando um grupo étnico escraviza outro, tal como nas Américas, mas de

modo algum é a única forma existente⁹¹. A forma que o trabalho compulsório toma, segundo Kloosterboer, "will in the first depend on the spirit of the times"⁹². Dado a progressiva condenação ideológica da escravidão no mundo ocidental no correr do século XIX, acentua-se a adoção dessas outras formas de trabalho coercitivo⁹³.

Duas soluções principais, em geral, foram utilizadas para superar os problemas advindos com a abolição naquelas sociedades dependentes do trabalho escravo para sua produção. A primeira foi a de criar leis e adotar medidas para forçar os ex-escravos a trabalhar. A outra foi a de encontrar uma fonte externa de mão-de-obra. Ambas exibiam feições de trabalho coercitivo. Dado que a emancipação dos escravos deu-se a épocas diferentes nessas sociedades, aquelas que demoraram mais a libertar seus escravos puderam aprender com as primeiras suas experiências de substituir escravos e puderam avaliar a eficácia relativa das duas principais soluções. À medida que essa experiência se acumulava, ganhava cada vez maior peso a preferência pela segunda solução, de procurar uma fonte externa.

Nas Índias Ocidentais Britânicas, embora a abolição tenha vindo em 1834, a liberdade completa não foi concedida imediatamente após o ato. Introduziu-se um sistema de aprendizagem para o escravo com seis ou mais anos, compelindo-os a trabalhar para seus ex-donos sem pagamento por alguns anos. O sistema foi interrompido em 1838 - mais breve do que previsto na lei - em virtude da reação de grupos abolicionistas na Inglaterra contra excessos na utilização desse sistema. Logo apareceu uma escassez relativa de trabalhadores, pois os ex-aprendizes começaram a tentar outros tipos alternativos de trabalho ou então a agricultura de subsistência, naquelas regiões com baixa densidade populacional e abundância relativa de terras cultiváveis. Para resolver esse problema de escassez de mão-de-obra foram então tentadas as "vagrant laws", ou seja, medidas legais compelindo os ex-aprendizes ao trabalho nas fazendas. Como apontado por Riviere - e vale notar aqui a semelhança com a situação que iria o-

correr 30 ou 40 anos mais tarde na região cafeeira do Brasil
"one of the foremost questions facing British West Indian
planters was: what strategy could best secure a labor force equal
both in quantity and quality to the demands of plantation sugar
produced on a profitable basis?"⁹⁴

Como descrito por Rivière, a estratégia inicial dos fazendeiros, quando era mais aguda a escassez de trabalhadores, foi uma mistura de aluguéis elevados - para desestimular a prática da pequena agricultura - e de salários em moeda, a fim de torná-los dependentes de recebimentos periódicos de pagamentos monetários, combinada com medidas legais, as "vagrant laws". Esta estratégia funcionou melhor nas colônias em que eram escassas as oportunidades alternativas para os libertos (Tobago, Barbados, Granada, etc.), porém falhou naquelas colônias possuindo uma abundância relativa de terras cultiváveis e uma baixa densidade populacional (Jamaica, Trinidad, Guiana, etc.). Nesse último grupo de colônias, em consequência, os fazendeiros tentaram também oferecer incentivos positivos e vantagens econômicas, dentre as quais habitação gratuita, escolas, utilização de terras para agricultura de auto sustento nas fazendas. Esta estratégia também não foi totalmente satisfatória em conseguir estabilizar a força de trabalho nas fazendas⁹⁵

A Guiana Inglesa e Trinidad, colônias em que a escassez de trabalhadores permaneceu aguda mesmo após a tentativa dos fazendeiros em oferecer incentivos positivos e vantagens econômicas aos ex-escravos, procuraram então uma outra vertente para solucionar seus problemas. Eles recorreram à fontes externas de suprimento de mão-de-obra, solução essa que seria tentada por diversas outras regiões nos anos subsequentes.

Tentaram, a princípio, importar africanos livres e trabalhadores portugueses (da Ilha da Madeira) num regime de servidão temporária por contratos. Já em 1851 existiam, na Guiana, além dos libertos que perfaziam 43% do total de trabalhadores cerca

de 8.000 indianos, 6.000 africanos e 5.000 portugueses⁹⁶ Após alguns anos, no entanto, a Guiana voltou-se para uma fonte que eventualmente solucionou seu problema, que foi a importação de trabalhadores chineses "coolies", e a continuação da importação de indianos. Os maiores contingentes chegaram entre 1853 e 1874, e no total cerca de 200.000 indianos e 16.000 chineses migraram para a Guiana Inglesa, e 150.000 indianos para Trinidad⁹⁷.

Já nas colônias holandesas das Índias Ocidentais a escravidão foi extinta em 1863, e os fazendeiros encontraram dificuldades semelhantes as das colônias britânicas. Naquelas colônias com uma grande demanda por trabalho, Surinam por exemplo, os fazendeiros já haviam aprendido a experiência com seus vizinhos das Guianas Inglesa e Francesa. Primeiro o Surinam tentou, como uma solução temporária, criar um sistema de aprendizagem com a duração de dez anos, em conjugação com legislação semelhante as das "Vagrancy Laws". Sabiam, porém, que após passado esse período, grande número de libertos não continuariam a trabalhar nas fazendas de açúcar, e que as realidades econômicas eram muito fortes para que pudessem ser revertidas apenas por medidas legais⁹⁸.

Começaram então a socorrer-se também de fontes externas de suprimento de mão-de-obra. O Surinam foi uma colônia na qual as conseqüências da abolição foram muito séveras, uma vez que ao tempo da abolição possuíam 33.621 escravos e a produção de açúcar estava crescendo, numa região contando com disponibilidade de terras aráveis. Na realidade, mesmo antes da abolição os fazendeiros já procuravam por uma fonte externa, tendo trazido trabalhadores chineses e portugueses (da Ilha da Madeira) já em 1853, quando se tornava evidente a inevitabilidade da abolição.

O grande surto imigratório, todavia, ocorreu após 1870, quando o governo holandês assinou um tratado com a Inglaterra permitindo a importação de "coolies" indianos. Entre 1873 e 1916 foram recrutados 34.848 Indianos e 30.905 Javaneses entre 1890 e 1929⁹⁹.

Cuba foi o país, após o Brasil, onde a escravidão durou mais. Tal como na região cafeeira do Brasil, os salários eram altos, e estavam crescendo em termos reais durante a segunda metade do século XIX. De acordo com De La Riva, um trabalhador não qualificado das fazendas de açúcar recebia um pagamento mensal de 20 pesos na década de 1850, enquanto ao mesmo tempo na Espanha, Inglaterra e França os trabalhadores rurais recebiam em média 3 pesos por mês, incluindo casa e comida, e um trabalhador industrial especializado na França ou Inglaterra recebia um salário mensal de 12 pesos. De La Riva conclui que os salários cubanos eram três a quatro vezes maiores que os salários na Europa em 1845-1850, e mesmo se fossem ajustados para compatibilizar diferenças de custo de vida, ainda assim os salários em Cuba eram duas vezes maiores¹⁰⁰.

Os fazendeiros cubanos, no entanto, desde 1853 já recorriam a China para suprir-se de mão-de-obra. Entre este ano e 1873 cerca de 140.000 "coolies" chineses chegaram em Cuba, com vínculos empregatícios baseados em contratos de 8 anos de trabalho obrigatório e um salário mensal de 4 pesos incluindo casa e comida¹⁰¹.

Tanto em Cuba como nas colônias inglesas e holandesas das Índias Ocidentais a organização desse tipo de trabalho era a mesma - os imigrantes vinham como contratados, num sistema semelhante a um trabalho forçado temporário ("indentured labor system"). Em geral os imigrantes assinavam um contrato na fazenda comprometendo-se a trabalhar, usualmente para um período de 5 anos, e recebiam, em contrapartida, cobertura das despesas com a viagem. Os empregados eram obrigados a trabalhar regularmente recebendo salários moderados (combinados com antecedência e em algumas colônias regulamentados pelo governo) assim como moradia e cuidados médicos.

Contrariamente a um sistema voluntário de trabalho, todavia, um denominador comum nesses contratos era a possibilidade de sanção penal. Havia leis criminais punindo quebras de contrato.

deserção e ausência do trabalho, bem como diversos tipos de negligência, em geral passíveis de penas de prisão. Uma cláusula muito importante desses contratos era a que estabelece o direito do fazendeiro de assegurar que os empregados trabalhariam de fato no período previsto de 5 anos (e até 8 anos) para cobrir as despesas com a importação. Se adicionarmos a essa possibilidade de sanções penais por deserção o fato que a maior parte dos trabalhadores não falava a língua do país, eram quase ignorantes das condições, leis e costumes do país que os recebia, e que desconheciam em geral a natureza do contrato, pode concluir-se que essa fonte de trabalho apresentava características de trabalho involuntário ou forçado¹⁰²

Em Cuba, quando terminava o prazo de 8 anos estabelecido nos contratos dos "coolies" chineses, em geral as autoridades espanholas os obrigavam a assinar um outro contrato de trabalho ou então retornar à China pagando sua própria passagem. Caso recusassem a continuar trabalhando com o mesmo fazendeiro iam para a cadeia, ou seriam algemados (se ponían grillos) e postos a trabalhar em obras públicas, até mudarem de opinião ou então serem contratados por um outro fazendeiro¹⁰³

Nos 1880's, portanto, os fazendeiros de café do Brasil já tinham diante deles o exemplo de diversas sociedades que aboliram a escravidão, conheciam que tipo de problemas de mão-de-obra poderiam esperar, e sabiam de que maneira essas sociedades encaminharam a solução desses problemas.

Desde os 1840's, quando já se esperava o término do tráfico africano de escravos, começam as preocupações dos fazendeiros de café em encontrar outra fonte externa de mão-de-obra. Por algumas décadas eles se utilizaram do tráfico inter-regional, intra-regional e inter-setorial de escravos para manter e aumentar seu plantel de escravos. Entretanto, os fazendeiros nunca acreditaram seriamente que apenas a melhoria das condições materiais de vida dos escravos seria capaz de reverter as tendências demográficas da população escrava, e durante esse período

se preocuparam em encontrar substitutos para o trabalho escravo dos negros.

A escravidão da população indígena do país havia sido proibida pelos termos da Lei de 27 de outubro de 1831. Ademais, o número relativamente pequeno de índios na segunda metade do século XIX, sua dispersão geográfica e sua localização no interior do país impediam qualquer tentativa de mobilização em larga escala. As características sócio-culturais dessas tribos e a experiência anterior de escravidão de índios no país se constituíam em razões adicionais para desestimular seu emprego nas fazendas de café¹⁰⁴

Foram feitas propostas para importação de "colonos africanos", ou seja, negros africanos livres que trabalhariam como empregados nas fazendas de café. Essas propostas já eram veiculadas antes do término do tráfico africano, mas ganharam força após a cessação desse tráfico em 1850. O objetivo era trazer esses africanos como "indentured labor", tal como os ingleses haviam feito nas Índias Ocidentais. Mas nos 1870's ou 1880's a opinião pública do país, e principalmente a da Inglaterra e Europa em geral, reagiu a essa idéia. Obviamente, perceberam que nenhuma garantia séria poderia ser dada de que os "colonos africanos" não seriam transformados em escravos de fato nas fazendas de café do interior. Como dito no Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo Conselheiro João Cardozo de Menezes e Souza em 1875, contratar os "negros boças" da África como trabalhadores agrícolas seria um reestabelecimento do tráfico africano, pois os mesmos seriam escravos disfarçados. Inclusive, o Relatório chama a atenção para o fato de que "para evitar essa grande inconveniência, que aconteceu em outras colônias (i.e., Índias Ocidentais) foi que a Lei de 13 de Setembro de 1830 proibiu a feitura de contratos de trabalho com os bárbaros africanos"¹⁰⁵.

Já as tentativas de trazer "coolies" chineses para o Brasil foram feitas com maior ardor. Desde o começo do século já exis-

tiam propostas nesse sentido¹⁰⁶. Essas tentativas se intensificaram, no entanto, somente depois de 1850, quando alguns chineses foram trazidos para o Brasil, e se intensificaram nos 1870's, período em que foram travados grandes debates sobre as vantagens e desvantagens do trabalho de chineses¹⁰⁷. Nesses debates as experiências dos Estados Unidos, Perú, Cuba e Índias Ocidentais eram sempre lembradas e discutidas.

Os Relatórios de 1869 e 1870 do Ministério da Agricultura consideraram que a imigração chinesa seria a solução ideal para a questão da mão-de-obra para a lavoura.

Por Decreto de 09 de Julho de 1870, suplementados por outros decretos em 1872 e 1874, foram concedidos diversos privilégios para uma companhia criada em 1870 com o propósito de importar "coolies" chineses para o país. Cerca de 1000 chineses foram trazidos em 1874, com o propósito de serem utilizados para trabalhar num projeto de produção de chá, porém dez anos após pelo menos 10% deles já se tinham estabelecido no Rio de Janeiro (especialmente como cozinheiros), e em outras cidades¹⁰⁸. Relata Augusto de Carvalho que "malogrou-se a segunda tentativa de importação de colonos chins, por parte do negociante Manoel de Almeida Cardozo. Não foi possível transferir-se os serviços de 312 trabalhadores recém-chegados a estabelecimentos agrícolas ou industriais. Depois de 4 meses de inatividade, foram estes desgraçados reprobos da colonização contractados para servirem nas obras públicas"¹⁰⁹.

Existia muita oposição por parte da opinião pública ao emprego de "coolies" chineses. É importante considerar que nas duas últimas décadas da escravidão se travaram intensos debates sobre a questão do elemento servil e da mão-de-obra para a lavoura, e as maneiras de resolver a crise. Argumentos que poderiam ser aceitáveis em outras épocas, por exemplo nos anos sessenta, já não o eram mais, devido à rápida evolução das idéias. Ou seja, dado o grande intercâmbio de idéias e informação entre o

Brasil e Europa, os valores morais e éticos estavam se transformando e amoldando de acordo com os paradigmas vigentes nas nações mais adiantadas da Europa. Por outro lado, parte das elites já se preocupava com a modernização do país, e encaravam a questão da mão-de-obra numa perspectiva mais geral e de longo prazo. Assim, viam a questão da mão-de-obra dentro de um quadro mais amplo de imigração, que pudesse conduzir o país para um padrão de desenvolvimento similar ao dos Estados Unidos e Argentina. Ou seja, já estavam emergindo no país grupos com interesses distintos dos fazendeiros de café, tendo como preocupação propor medidas para que a questão do trabalho pudesse ser resolvida de modo tal a fortalecer as perspectivas de longo prazo do desenvolvimento nacional.

Enquanto os fazendeiros de café procuravam uma fonte externa que representasse a alternativa de menor custo, não importando muito se os trabalhadores fossem asiáticos, africanos ou europeus, já outros setores da opinião pública estavam interessados em promover a imigração de famílias européias para povoar o país.

Alguns representantes desses setores da opinião pública, favorecendo a imigração européia e a abolição, curiosamente, reforçavam seus argumentos levantando diversas objeções com base em preconceitos raciais. Talvez o representante mais expressivo desse ponto de vista foi Menezes e Souza. No seu relatório de 1875 ao Ministério da Agricultura, ao tratar das teses sobre a colonização do Brasil, o autor fez uma análise comparativa dos padrões de emigração chinesa para diversos países. Concluiu que a emigração chinesa seria apenas uma solução ilusória para a questão da mão-de-obra, pois, como provado nesses países, os chineses criavam muitos problemas sociais. Embora reconhecendo que eram diligentes e trabalhadores, achava que tinham a desvantagem de pertencer a uma "civilização decadente" e que a colonização chinesa representaria uma "enchente de pragas", pois iria "degenerar a raça, trazer o vírus da imoralidade, prejudicar o progresso industrial e agrícola, e minguar as fontes de produção". Como trabalhadores agrícolas, "não conheciam métodos modernos; nem máqui

nas". Em vigor físico, dinamismo e persistência de trabalho, "não valiam o africano, e muito menos o europeu"¹¹⁰

A maior parte dos fazendeiros, entretanto, não compartilhava dessa opinião. O Congresso Agrícola de 1878, ao considerar os vários problemas afetando a agricultura, considerou a questão da mão-de-obra a mais importante, e a imigração chinesa a melhor solução. O principal resultado prático foi a decisão de pedir ao Governo que fosse enviado um Embaixador e uma comitiva à China, a fim de negociar um tratado de comércio e obter o consentimento do governo chinês para a emigração. Considerou-se que esta série de medidas seria a melhor maneira de evitar o desastre que recairia sobre a agricultura do país caso algo fosse acontecer que acelerasse a emancipação dos escravos¹¹¹

Mesmo o Barão de Mauá, considerado o mais criativo empresário do país no século XIX, e louvado por seu papel na modernização do país, era de opinião que o trabalho chinês poderia resolver o problema da escassez de trabalhadores. Ele próprio trouxe 174 "coolies" chineses para seu engenho central de açúcar em São Paulo, e na época ele escreveu em sua auto biografia que estava satisfeito com a experiência. Embora Mauá preferisse que se contratassem trabalhadores europeus como assalariados (mas não que trouxessem europeus como imigrantes recebendo terras do governo) nas fazendas de café, era de opinião, contudo, que caso os salários que tivessem de ser pagos fossem excessivamente altos, trabalhadores de outras raças - como os chineses - poderiam representar uma solução transitória. "Deus queira", ele disse, que 100.000 ("coolies" chineses) viessem ao Brasil cada ano, durante um período de dez anos, porque então a crise de trabalho seria solucionada. . ."¹¹²

Nesse mesmo ano de 1879, Salvador de Mendonça encaminhou seu relatório ao governo enfatizando a necessidade de trazer "trabalhadores asiáticos" para o país¹¹³. Também nessa proposta o trabalho chinês era visto como uma solução temporária, que facilit-

taria a transição para o trabalho livre, e preservaria o sistema produtivo que havia se formado com base na escravidão.

A questão da emigração, vista do ponto de vista da China, era, também, uma questão complexa. País fechado a contatos com outros povos durante muitos séculos, somente no século XIX é que os chineses começam a migrar fora dos limites da Ásia. O Império Chinês, já na segunda metade do século XIX, era considerado em muitos países ocidentais como uma vasta fonte da qual trabalhadores poderiam ser recrutados para realizar trabalhos difíceis e desagradáveis a um baixo preço¹¹⁴. Tinham reputação de serem trabalhadores competentes, e de aprenderem rapidamente a se ajustar ao trabalho sob as novas condições, e de serem eficientes mesmo sob condições desfavoráveis de vida e trabalho. Supunha-se, ademais, que poderiam resistir ao clima tropical ou subtropical dos países e colônias receptoras. Além disso, a oferta de trabalhadores chineses parecia ser inesgotável, e suas necessidades de vida bastante moderadas, não requerendo pois altos salários¹¹⁵. Finalmente, as leis chinesas admitiam a escravidão por débito, e muitos chineses pobres foram recrutados, após terem sido induzidos ao endividamento por inescrupulosos agentes de recrutamento¹¹⁶.

Embora a maior parte dessas idéias fossem falsas e estereotipadas; baseadas em pouca informação fidedigna, elas exerciam um grande fascínio no pensamento dos fazendeiros.

Os três primeiros anos da década dos 1880 representaram o ápice dessa procura por "coolies" chineses no Brasil. Em fins de 1881 o South American Journal noticiou que um empresário americano, contratador de chineses, havia-se comprometido a enviar para o Rio de Janeiro um grande contingente de "coolies", contratados para trabalhar cinco anos nas fazendas de café. O contingente de chineses era esperado chegar antes de findar aquele ano, mas nunca materializou-se¹¹⁷.

Já nessa época, entretanto, o movimento contra a escravidão estava se fortalecendo, e também se opunha à vinda de "coolies" chineses para o Brasil. Seu grande líder, Joaquim Nabuco, quando era deputado já havia conseguido bloquear na Câmara a aprovação de verbas para financiar a missão à China, que iria procurar implementar a estratégia delineada no Congresso Agrícola de 1878. Em virtude dessa oposição, o governo prometeu que sua viagem à China teria apenas como propósito abrir caminho para empresários privados, e que os esquemas governamentais de financiamento ficariam restritos aos imigrantes europeus. Note-se que nessa ocasião a Sociedade Britânica contra a Escravidão, juntamente com organismos similares na Europa, estavam coordenados com o movimento liderado por Nabuco, pressionando também o governo chinês a não permitir os esquemas de atração de chineses para o Brasil.

Em fins de 1883, a "Companhia Comércio e Imigração Chinesa" da qual alguns fazendeiros de café participavam como sócios, procurou levantar recursos de fontes privadas para fechar um contrato com uma empresa de navegação chinesa com o objetivo de trazer "coolies" chineses e estabelecer uma linha regular de navegação entre China e Brasil. Esta talvez tenha sido a tentativa mais séria de estabelecer um esquema imigratório de larga escala entre a China e o Brasil. É bem verdade que uma missão brasileira já havia ido anteriormente à China, e já existia um representante chinês no Brasil. Sodré diz em seu livro que "Sinimbú chegou a enviar uma Missão à China, que custou ao governo 161:400\$000, sem produzir resultado"¹¹⁸

Os planos da Companhia Comércio e Imigração Chinesa eram ambiciosos, e ela havia mobilizado recursos e pessoas para atingi-las finalidades a que se propunha. Tais planos, no entanto, foram abortados por uma combinação de forças. Havia oposição da opinião pública do Rio de Janeiro, do movimento abolicionista e de duas sociedades promotoras da imigração europeia (Sociedade Brasileira de Imigração e a Sociedade Central de Imigração). O Governo, sob pressão, também recusou-se a conceder o subsídio anual (de

cerca de 100.000 dólares). Na opinião de Laërné, os dirigentes da Companhia poderiam ter tido êxito, não obstante essas forças contrárias, caso a Inglaterra não interviesse também. Com efeito, a "Anti-Slavery Society" da Inglaterra teve êxito em pressionar o governo britânico para que convocasse em Londres o emissário chinês ao Brasil, o qual foi convencido a paralisar o projeto, "after having been fully explained the extreme danger that chinese coolies imported into Brazil, under contract, would become virtually slaves"¹¹⁹

Em 1884 o Centro da Lavoura e Comércio organizou um encontro de fazendeiros, com o fim de discutir a questão da mão-de-obra e estabelecer quais condições seriam necessárias para que houvesse uma substituição vantajosa de trabalho livre por escravo. Nessa época, e em contraste com as conclusões do Congresso Agrícola de seis anos atrás, quanto à prioridade do trabalho chinês, a recomendação de que a introdução de "coolies" chineses no Brasil atenderia ao interesse público aparece em quarto lugar¹²⁰

Após essa época, a idéia de trazer chineses começa gradualmente a se desvanecer. Esporadicamente eram feitas algumas menções, e mesmo em 1892 a Assembléia do Estado do Rio de Janeiro discutia o Projeto nº 87, para a introdução de 100.000 a 120.000 imigrantes da China e do Japão, por meio de um crédito de 5.000 contos¹²¹. Efetivamente, porém, nenhuma tentativa mais séria foi realizada. Além daqueles chineses trabalhando em plantações de chá e com o Barão de Mauá, existem referências quanto a chineses trabalhando numa fazenda de café no Rio de Janeiro, 100 chineses trabalhando nas minas de ouro inglesas de Morro Velho em Minas Gerais, e de chineses trabalhando na construção da estrada de ferro de Cantagallo para o Conde de Nova Friburgo, importante fazendeiro de café¹²². Os censos demográficos também não registram chineses separadamente em suas estatísticas. Na categoria de diversos, onde presumivelmente os chineses deveriam estar incluídos, juntamente com outras nacionalidades com pequeno peso relativo nas imigrações, foram listadas 2.188 pessoas (num total de 88.823) no período 1864-72, e 26.549 (num total de 304.796) no período 1873-86¹²³.

O sentimento público, tanto interno quanto no exterior, insurgia-se contra uma imigração que era defendida pelos fazendeiros como uma maneira de introduzir mão-de-obra barata no país. Embora essa oposição pública à imigração chinesa tenha contribuído para seu insucesso, outras causas, menos aparentes, foram também decisivas.

Em primeiro lugar, havia uma concepção errônea e má informação sobre as reais características dos chineses que migravam durante esse período. Os chineses possuíam fortes sentimentos xenofobos e grande desconfiança com respeito à emigração para países ocidentais. A emigração chinesa para países não asiáticos era muito pequena em termos relativos nesse período. Desde o ano que os chineses começaram a emigrar para países não asiáticos até o ano de 1906, 358.889 foram para as "terras distantes": 273.889 para as Américas do Norte e do Sul, 30.000 para a Austrália e Nova Zelândia e 55.000 para a África do Sul. Nesse mesmo período, em contraste, 7.739.811 chineses emigraram para outros países asiáticos perto da China¹²⁴. Ademais, a maior parte desses emigrantes para as "terras distantes" viviam em cidades situadas nas províncias marítimas. Segundo Payne, originavam-se "chiefly from the less desirable classes of population ... those who sought occupations ... many for the purpose of evading punishment for crimes committed"¹²⁵. Dessa maneira, esses trabalhadores não estariam tão aptos para o trabalho na agricultura do café como pensavam os fazendeiros e outros proponentes da imigração asiática. O próprio Laërne, profundo conhecedor dos problemas da produção agrícola na Ásia, notou que: "Brazilians pay too little attention... how much difficult there is to get good coolies for Deli or the East Coast of Sumatra, a country so close to China ! When we have to bring over to Deli coolies from the British India, because the chinese laborers are useless for field work, how can the Brazilians employ these people in coffee plantations?"¹²⁶

Subestimava-se também as dificuldades que haveriam em criar os necessários arranjos legais, institucionais e diplomáticos requeridos para trazer grandes contingentes de imigrantes chine-

ses-pára o país. O governo chinês era muito pouco disposto e cooperativo em permitir a emigração de seus súditos para outros países. A China passava por um período de grande turbulência em sua história, sofrendo intervenções diversas dos países europeus e Estados Unidos. O governo brasileiro não tinha quase nenhum contato com o governo chinês. Seria necessário uma cadeia grande e custosa de intermediários, pelo menos nas primeiras tentativas, para assegurar um fluxo contínuo e volumoso de trabalhadores aptos. É bem verdade que Portugal possuía desde o século XVI uma colônia na China, Macau. Era no entanto uma colônia de pequena extensão geográfica, praticamente constituída de um porto e uma cidade dedicada ao comércio de importação e exportação. Seria pois muito pouco provável que Macau pudesse suprir adequadamente a necessidade de "coolies" para a agricultura cafeeira do Brasil.

Finalmente, subestimava-se também os custos generalizados de transporte para trazer os chineses da região de origem até as fazendas de café. Do mesmo modo, subestimava-se o montante de salários que os trabalhadores chineses estariam dispostos a aceitar voluntariamente. Salvador de Mendonça exemplifica esse tipo de expectativas, ao escrever em seu relatório sobre trabalhadores asiáticos que os chineses seriam "igualmente baratos, porém mais habilidosos e inteligentes do que os escravos"¹²⁷

Na verdade, dificilmente poderiam pagar menos do que 20 ou 25 mil réis por mês, cerca de 10 a 11 dólares em moeda norte-americana. Com efeito, nessa época, precisamente em 1881, os trabalhadores chineses estavam recebendo cerca de 12 dólares por mês em Cuba e 1 dólar por dia nos Estados Unidos¹²⁸. O Conde de Nova Friburgo pagava para seus empregados chineses cerca de 30 mil réis por mês (perto de 13 dólares)¹²⁹. Incluindo nesses salários, ademais, alimentação e alojamento. Os fazendeiros de café, portanto, teriam provavelmente de arcar com despesas com alimentação, alojamento, cuidados médicos e fazer provisões para dias perdidos de trabalho por motivo de doença. Pode-se estimar que as despesas com alojamento, alimentação e atenção médica custariam de 10 a 12 mil réis por mês, de modo que os salários brutos

teriam de variar entre 30 e 37 mil réis por mês¹³⁰

Os fazendeiros de café teriam também de arcar com as despesas iniciais de 250\$000 a 300\$000 (109 a 130 dólares) para cobrir os custos de transporte e comissões de intermediários para trazer cada imigrante. Teriam também de levar em consideração que haveriam perdas, por morte, doença grave ou desistência de trabalhadores. Cerca de 10% dos "coolies" chineses importados pela Mina de Morro Velho faleceram durante a viagem marítima entre a China e o Brasil¹³¹. Por cima disso, como os fazendeiros de café necessitavam estabelecer contratos de trabalho de 5 anos ou mais, e pagar aos negociantes de contrato (contratadores) de acordo com essas condições, estariam também sujeitos a perdas de homens/dia de trabalho por razões de doença ou morte. Por exemplo, reporta Taunay que, numa fazenda de café em Conservatória, Rio de Janeiro, onze trabalhadores chineses cometeram um suicídio em massa, "enforcando-se voltados para o oriente"¹³².

Dadas essas circunstâncias, os fazendeiros de café teriam inevitavelmente de avaliar essas inconveniências à medida que comesçassem a passar do estágio de elogio verbal para o estágio de contratação de fato dos trabalhadores. Como dito no South American Journal em 1881, "in a monetary point of view Chinese labour will have no advantage over the labour of the slave or camarada"¹³³.

Para qualquer fazendeiro que tentasse empregar um trabalhador chinês durante o prazo de cinco anos, o valor presente desses gastos monetários, a uma taxa de desconto de 10% ao ano, totalizaria de 1:250\$000 a 1:580\$000 (ou seja, o custo da viagem mais 5 anos de salário mais alojamento e alimentação, fluxos esses descontados à taxa de 10% contado a partir da data da chegada a fazenda). Os outros itens principais, tais como cuidados médicos, perdas de dias úteis de trabalho, e outros, pode-se assumir seriam iguais àqueles aplicáveis aos idênticos itens de custos de manutenção de escravos adultos da roça. Segundo Stein, o preço

médio de um escravo com idade entre 20 e 25 anos em 1881 era de 1:650\$000¹³⁴. Dado que os escravos (masculinos) eram alugados a um aluguel médio mensal de 20\$000 e as escravas a 15\$000 para o trabalho de roça nas fazendas de café (recebendo, ademais, alimentação, alojamento, cuidados médicos e seus donos indenização em caso de morte ou invalidez), pode-se estimar um preço de 1:920\$000 para um escravo do sexo masculino entre 20 e 25 anos¹³⁵. Estas características de sexo e idade seriam aquelas mais prováveis de preponderar entre os trabalhadores chineses por ventura trazidos para trabalhar na lavoura do café.

Fazendo uso de estimativas de sobrevivência e mortalidade de escravos, verifica-se que um escravo masculino da faixa etária 21-25 anos teria a esperança de vida de 27,92 anos¹³⁶. Assim, o fazendeiro de café, em 1881, teria a opção de comprar um escravo por 1:920\$000 para durar cerca de 28 anos em média, ou contratar um "coolie" por 5 anos a um custo de 1:250\$000 a 1:580\$000, arcando em ambos os casos com os custos de manutenção.

É bem verdade que a pressão abolicionista já fazia prever que a escravidão poderia não durar esses 28 anos de vida biológica do escravo, mas por outro lado, não se esperava aquela época que sua duração fosse ser breve, ou que a abolição seria feita sem indenização alguma aos proprietários de escravos. Cabe notar ainda que, após cinco anos, o "coolie" ficaria liberado, mas o escravo teria ainda o seu valor de revenda. Portanto, mesmo assumindo, e de forma exagerada, que seu valor caísse 25%, então a comparação seria entre gastar 900\$000 por um escravo ou 1:250\$000 a 1:580\$000 por um "coolie"¹³⁷. Observe-se que "coolies" necessitariam um período de adaptação face às novas condições climáticas, ambientais, culturais, alimentares e sanitárias, e também para conhecer a rotina de trabalho na fazenda, acrescentando-se a isso as dificuldades de linguagem e comunicação. Desse modo, o investimento em "coolies" chineses só seria atrativo, vis a vis a compra de escravos, se houvessem grandes vantagens de produtividade de trabalho. É bastante improvável que existiriam diferenças de produtividade da ordem de 25% a 50% favorecendo os "coolies" que justificassem a sua escolha em detrimento da compra de escravos.

Ou, vendo a questão sob outro ângulo, que fosse possível aos fazendeiros utilizar artimanhas para pagar de fato um salário aos "coolies" muito menor que o combinado, dado o acompanhamento do assunto pela opinião pública, interna e estrangeira.

Conclui-se, portanto, que dificilmente seria interessante para o fazendeiro, de um ponto de vista econômico, arcar com as despesas de passagem, contratação, manutenção e salário dos "coolies" durante cinco anos, numa época em que ainda existia uma oferta adequada de escravos para o trabalho requerido nas fazendas de café.

Tais dificuldades, todavia, não se cingiam apenas à utilização de "coolies" chineses, pois se fariam sentir igualmente para outras alternativas de fontes externas de trabalhadores, tais como a imigração européia. Dado a exacerbação de uma crise de trabalho, no entanto, causada pela abolição ou por sua virtual concretização, e tendo os fazendeiros como único recurso socorrer-se de uma fonte externa, é possível que a maior parte dessas dificuldades fosse superada com o tempo. O país possivelmente seguiria o mesmo destino das Índias Ocidentais Inglesas e Holandesas, e de Cuba, fazendo uso de trabalhadores asiáticos.

Quando esta escolha efetivamente teve de ser feita, no entanto, já nos anos oitenta, a opinião pública já era forte o suficiente para colocar restrições quanto à amplitude de escolha. O Brasil era um país, e não uma colônia como os demais, em que distintos interesses, que não apenas os dos fazendeiros de café, podiam se manifestar, favorecendo outras maneiras de encaminhar a questão da imigração. E essas forças, juntamente com a coincidência de haver na Europa uma forte pressão emigratória na época, sem dúvida contribuíram para que a crise da mão-de-obra na região cafeeira fosse superada pelo emprego de imigrantes europeus. A experiência brasileira foi "sui generis" não tanto por utilizar trabalhadores estrangeiros para substituir os escravos mas sim por utilizar mão-de-obra européia para tal fim.

NOTAS DE RODAPÉ

1. O 1º Capítulo da Parte I desenvolve esse ponto, e examina também os efeitos da Lei do Ventre Livre sobre o valor dos escravos.
2. Dado a liberdade de escolha, os libertos poderiam optar por uma composição com maior lazer e menor carga de trabalho do que tinham enquanto escravos. De um ponto de vista mais abrangente, se contabilizarmos o lazer como um componente da renda nacional, poderia haver nesse caso um aumento na renda nacional. Do ponto de vista dos fazendeiros, no entanto, a traumática mudança que acreditavam fosse haver na escolha lazer-trabalho logo após a libertação dos escravos, traria em consequência aumento nos custos de produção, e, dada uma demanda por trabalho não completamente inelástica, redução na produção. De acordo com as medidas convencionais da renda nacional, portanto, poderia estimar-se um decréscimo.
3. Louis Couty, L'Esclavage au Brésil. Paris: 1881. Couty assinalou também que "os abolicionistas ... não encontraram uma maneira de indenizar os proprietários ou uma maneira de arranjar substitutos para a extinta fonte de trabalho ...". pg. 33.
4. David Brion Davis, The Problem of Slavery in Western Culture. New York: Cornell University Press, 1966, pg. 229.
5. C.E. Van Delden Laërne, Brazil and Java. Report on Coffee Culture in America, Asia and Africa. London: 1885, pg. 272.
6. *ibid*, pg. 273.
7. *ibid*, pg. 339
8. *ibid*, pg. 86

9. James A. Wells, "A Sketch of Brazil", in South American Journal (SAJ), 30 de abril de 1887, pg. 253.
10. Correspondência de Walter J. Hammond, de Jundiahy, São Paulo, em SAJ, 26/04/1883.
11. Como exemplos, Lãerne, op. cit.; SAJ 26/04/1883; Times, 16/08/1886.
12. A.J. Blacklaw, "Slavery in Brazil", em SAJ, 20/07/1888. Para um relato mais completo do "caso Hilliard" veja-se Robert Conrad, The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888. Berkeley: University of California Press, 1972, pg. 141-143.
13. Os dados foram extraídos de Aufhauser. De acordo com sua análise, se, visto do ponto de vista do sistema da plantação, a Abolição causou um colapso do sistema, do ponto de vista do liberto o declínio dos dias de trabalho representou um ganho líquido de lazer, beneficiando a massa da população. Representou, pois, desse último ponto de vista, um súbito aumento no padrão de vida, não só em termos do número de horas de lazer disponíveis, como também em termos do nível de consumo (pg. 61). Robert Keith Aufhauser, "Work and Slavery: Profitability, Discipline and Technology on Caribbean Plantations". Tese de Doutorado, Harvard University, Agosto de 1971.
14. De acordo com Aufhauser, em Jamaica foram abandonadas 14 fazendas de açúcar e 46 de café entre 1838 e 1848. Durante o mesmo período, em outras colônias inglesas atingidas pela Emancipação dos Escravos, houve o mesmo fenômeno do abandono: 40 fazendas em Trinidad, 72 fazendas de açúcar na Guiana, entre 1838 e 1850. Veja também W. Emanuel Riviere, "Labor shortage in the British West Indies after Emancipation", em Journal of Caribbean History, vol. 4, maio de 1972, 1-30, pg. 17.
15. Aufhauser, op. cit., pg. 61-62.

16. SAJ, 02/08/1883; o correspondente do Times estava em Junho, São Paulo (provavelmente Hammond, citado na nota de rodapé 10).
17. Opinião do Senador Martinho Campos no debate travado no Senado em 30 de Agosto de 1880. Mencionado por Laërne, op.cit., pg. 83.
18. Para uma discussão sobre a diferença entre o sistema de plantação e a escravidão, veja Ulrich B. Phillips, "The Decadence of the Plantation System", em American Academy of Political and Social Sciences, Annals, XXXV, Jan. 1910, pg. 37-38.
19. Para uma discussão sobre esse tópico, veja Lewis Cecil Gray, History of Agriculture in the Southern United States to 1860, 2 vols., Washington and New York: 1933-1941, I, pg. 448, 462, 470-74.
20. Louis Couty, Étude de Biologie Industrielle sur le Café. Report adressé à M. le Directeur de L'École Polytechnique. Rio de Janeiro: 1883.
21. Aufhauser; op. cit., pg. 39.
22. Laërne, op. cit., pg. 290 e 300.
23. ibid, pg. 278-279.
24. ibid, pg. 285-290.
25. ibid, pg. 292.
26. Stanley Stein, Vassouras, a Brazilian Coffee Country, 1850-1900. New York: Atheneum, 1970, pg. 163-164.

27. Laërne, op. cit., pg. 300-302.

28. ibid, pg. 303-304.

29. ibid, pg. 310-315.

30. ibid; pg. 317.

31. Stein, op. cit., pg. 91.

32. No Sul dos Estados Unidos, segundo Fogel e Engerman, os escravos se constituíam numa força de trabalho altamente especializada e disciplinada, bem coordenada e organizada nas fazendas como uma linha de montagem de uma fábrica moderna. Argumentam esses mesmos autores que há evidência que existiam economias de escala na agricultura sulista, e estas se deviam exclusivamente ao uso de escravos. Veja Robert W. Fogel e Stanley Engerman, Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery, Boston: Little, Brown and Co., 1974, vol. 1, cap. 6.

33. P. Foerster, Italian Immigration of Our Times, pg. 294.

34. Fogel e Engerman, op. cit.

35. Laërne, op. cit., pg. 301. Ele acrescentou que no Vale do Paraíba "in general a slave would get 200 reis per alqueire during the first 4 or 5 weeks of harvest, which sum was increased during the rest of the picking-time to 240 reis per alqueire". No mesmo tempo e lugar, ainda segundo Laërne, "camaradas would seldom pick coffee, but when they did they received 250-300 reis, in others 300 to 400 reis per alqueire".

36. Stein, op. cit., pg. 258.

37. Couty, "Étude de Biologie Industrielle ...", op. cit., pg. 118.

38. Com respeito à experiência norte-americana com a Abolição, Evans levantou a seguinte hipótese para explicar as razões dos libertos continuarem a trabalhar nas plantações de algodão após a Guerra Civil. O baixo status e a discriminação contra os antigos escravos no Sul tornou a tarefa mais fácil, porém o fator essencial foi a ausência de uma demanda alternativa para o trabalho dos ex-escravos. Com efeito, a demanda alternativa por trabalho dos ex-escravos não ocorreu em virtude da discriminação no Norte e em virtude dos grandes influxos dos trabalhadores estrangeiros sem qualificação durante a segunda metade do século. Robert Evans Jr., "Some Notes on Coerced Labor", em The Journal of Economic History, vol. XXX, Dez. 1970, nº 4, pg. 865.

39. Uma verificação empírica sobre esse ponto pode ser vista em H.J. Nieboer, Slavery as an Industrial System, The Hague, 1900. Para uma análise mais atual do tema, veja Ensey D. Domer, "The Causes of Slavery or Serjdom, a hypothesis", em Journal of Economic History, vol. XXX, Março 1970, nº 1.

40. Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, sessão de 12 de Março de 1874.

41. SAJ, 26 de Abril de 1883, pg. 21.

42. SAJ, 2 de Agosto de 1883, pg. 16.

43. Ibid, pg. 16.

44. J.W. Wells, op. cit., pg. 253.

45. Louis Couty, Le Brésil en 1884, Rio de Janeiro, 1884, pg. 105.

46. Laërne, op. cit., pg. 348.

47. Ibid, pg. 348. Laërne descrevia essas demandas modestas como "to get da 'ly his cigarette and his feijoada, a dish of

^

black beans with mandioca-meal and a bit of meat and fish... "

48. Emilia Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, pg. 88.

49. Nícia Vilela Luz, "A Administração Provincial de São Paulo em face do Movimento Abolicionista", em *Revista de Administração*, nº 8, dez. 1948, pg. 93, Joaquim Floriano de Godoy, *O Elemento Servil e as Câmaras Municipaes da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro, 1887.

50. SAJ, 14/08/1884, pg. 2.

51. Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, 6a. ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1963.

52. SAJ, 07/07/1888, pg. 372.

53. Stein, op. cit., cap. 10.

54. Pierre Denis, Le Brésil au XX siècle, pg. 218.

55. Ibid, pg. 258.

56. Furtado, op. cit., pg. 165.

57. Veja o artigo intitulado "The Two Republics, 1884", em SAJ, 14/08/1884.

58. "Rio News", Agosto 1884, em SAJ, 14/08/1884.

59. Couty, L'Esclavage an Brésil, op. cit., pg. 87.

60. Relatório do Clube da Lavoura, 17 de Maio de 1880, referindo-se ao Congresso Agrícola de 08 a 13 de Julho de 1878, no Rio de Janeiro. Para um resumo das principais conclusões, veja

Affonso d'Escragnolle Taunay, História do Café no Brasil, vols., Rio de Janeiro, 1939-1943, em vol. 6, pg. 83-87.

61. Laërne, op. cit., pg. 333.
62. Stein, op. cit., pg. 57-58.
63. Relatório da Província de São Paulo, 1854, citado em Taunay, op. cit., vol. 3, pg. 135.
64. Roberto C. Simonsen, Aspectos da História Econômica do Café. São Paulo, 1940, pg. 269.
65. Laërne, op. cit., pg. 89.
66. Ibid, pg. 279.
67. Ibid, pg. 292.
68. Ibid, pg. 282.
69. Ibid, pg. 302.
70. Ibid, pg. 301.
71. Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1836, em Taunay, op. cit., vol. 3, pg. 81.
72. Relatório da Província de São Paulo, 1870.
73. Viotti da Costa, op. cit., pg. 109.
74. Laërne, op. cit., pg. 227.
75. Ibid, pg. 147.
76. Viotti da Costa, op. cit., pg. 196.

77. Uma discussão sobre o relatório e a pesquisa está apresentada em Taunay, op. cit., vol. 3, pg. 36-45.
78. Ibid, vol. 8, pg. 44.
79. Ibid, vol. 8, pg. 179.
80. Viotti da Costa, op. cit., pg. 195.
81. Laërne, op. cit., pg. 278, 279 e 304.
82. Ibid, pg. 147-148.
83. Oliver Onódy, A Inflação Brasileira, Rio de Janeiro, 1960.
84. SAJ, 18/08/1888, pg. 524.
85. George H. Wood, "Real Wages and the Standard of Comfort since 1850" em Journal of the Royal Statistical Society, LXXIII, 1909.
86. Ibid.
87. SAJ, 04/08/1888.
88. Laërne, op. cit., pg. 374-376.
89. Ibid, pg. 317.
90. W. Kloosterboer, Involuntary Labour since the Abolition of Slavery, Leiden, 1960.
91. Kloosterboer define como trabalho compulsório "when the laborer cannot withdraw when he wishes without being liable to punishment, and/or for which he has been accepted without his willing consent to it. It is distinct from modern wage labor, that is compulsory in a certain extent, because in this

form everyone may at least decide for himself whether he would rather work or not work - no direct external compulsion other than wages are exerted". Ibid, pg. 2.

92. Ibid, pg. 1.

93. Kloosterboer apresenta descrições das diversas formas de trabalho coercitivo que foram utilizadas no século passado e início deste século nas Índias Ocidentais Britânicas, Maurítius, África do Sul, Índias Holandesas Ocidentais e Orientais, Estados Unidos, América Latina, Madagascar, Congo Belga e África Ocidental Portuguesa.

94. Riviére, op. cit., pg. 5.

95. Ibid, pg. 7 e 9.

96. Ibid, pg. 11.

97. O mesmo exemplo foi seguido na Ilha Maurítius, no Oceano Índico. Após a abolição em 1834, esse importante centro açucareiro enfrentou uma grande escassez de trabalhadores, semelhante às outras colônias britânicas. Recorreu, então, a uma fonte externa: "coolies" da Índia. No total, cerca de 450.000 indianos emigraram para Maurítius até o final do tráfico em 1911, quando já havia um número suficiente de trabalhadores na ilha. Kloosterboer, op. cit., pg. 8.

98. Os escravos ficaram colocados sob supervisão governamental nos dez primeiros anos após a abolição. Durante esse período, todos aqueles com idades de 15 a 60 anos eram obrigados a assinar contratos de trabalho. Quem não assinasse o contrato dentro de três meses, a partir da data da abolição, seria obrigado a trabalhar pelo governo, seja em fazendas do próprio governo ou então em obras públicas. Qualquer pessoa que não cumprisse os termos do contrato incorreria em penas de multa ou prisão com trabalhos forçados em obras públicas durante 8 a 90 dias. Veja Kloosterboer, op. cit., pg. 32-33.

99. Ibid, pg. 23.
100. Juan Perez de La Riva, "La Contradicción Fundamental de la Sociedad Colonial Cubana: trabajo esclavo contra trabajo li vre", em Economia y Desarrollo, nº 2, Abril-Junho 1970, pg. 148.
101. Ibid, pg. 145.
102. Kloosterboer, op. cit., pg. 33.
103. De La Riva, op. cit., pg. 145.
104. Conrad apresenta evidência de que haviam frequentes casos de escravidão de índios nas décadas que se seguiram a Lei de 1831. Conrad, op. cit., pg. 5.
105. Teses sobre a Colonização do Brasil. Projeto de solução as questões sociaes que se prendem a este difícil problema. Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1875 pelo Conselho João Cardozo de Menezes e Souza. Rio de Janeiro, 1875, pg. 475.
106. Para comentários e bibliografia, sobre a questão chinesa, veja Conrad, op. cit., pg. 33.
107. Menezes e Souza, op. cit., pg. 422.
108. Laërne, op. cit., pg. 145.
109. Augusto de Carvalho, O Brazil: Colonização e Emigração. Porto, 1876, pg. 216.
110. Menezes e Souza, op. cit., pg. 421.
111. SAJ, 06/07/1882, pg. 9.

112. Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Autobiografia (1879). Rio de Janeiro, ed. Claudio Ganns, 1942, 2a. ed. pg. 226.
113. Salvador de Mendonça, Trabalhadores Asiáticos, Nova York, 1879.
114. E. George Payne, An Experiment in Alien Labor. Chicago: The University of Chicago Press, 1912, pg. 2.
115. Ibid, pg. 4.
116. Kloosterboer, op. cit., pg. 9.
117. SAJ; 01/09/1881, pg. 16.
118. Alcindo Sodrê, O Elemento Servil: A Abolição, pg. 140.
119. Laërne, op. cit., pg. 148-151.
120. SAJ, 14/08/1884, pg. 2.
121. Sodrê, op. cit., pg. 140.
122. Taunay, op. cit., vol. 8, pg. 182.
123. Santa-Anna Nêry, Le Brésil en 1889. Paris, 1889, pg. 495.
124. Payne, op. cit., pg. 6.
125. Ibid, pg. 6.
126. Laërne, op. cit., pg. 147.
127. Salvador de Mendonça, op. cit., pg. 17.

128. SAJ, "Chinese Labor in Brazil", 01/09/1881, pg. 16.
129. Taunay, op. cit., vol. 8, pg. 182.
130. SAJ, 01/09/1881, pg. 16.
131. Taunay, op. cit., vol. 8, pg. 183.
132. Ibid, pg. 183.
133. SAJ, 01/09/1881, pg. 16.
134. Stein, op. cit., gráfico de preços em pg. 302.
135. Laërne, op. cit., pg. 302.
136. Estimativa apresentada no anexo 2; veja também Pedro Carvalho de Mello, "Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX", em Revista Estudos Econômicos, 13 (1): 151-179, Jan/Abr 1983.
137. Cinco anos mais tarde, o escravo valeria em média 1:500\$000, e o valor presente 5 anos a 10% ao ano seria cerca de 1:000\$000.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, Joaquim Ferreira de. Pequena memória sobre a planta-
ção, cultura e colheita do café, na qual se expoe os proces-
sos seguidos pelos fazendeiros desta província, desde que plan-
ta até ser exportado para o comércio. Rio de Janeiro, Socie-
dade Promotora da Civilização e Indústria da Villa de Vassou-
ras, 1836.

Aitken, Hugh G. J. Did slavery pay? New York, Houghton Mifflin,
1971.

Arriaga, Eduardo E. New life tables for Latin American popula-
tions in the nine teenth and twentieth centuries. Berkeley,
Univ. of California Press, 1968. (Population Monograph Series,
3).

Banco do Brasil, Brasília. Museu do Banco do Brasil. Atas da
gerência do Banco do Brasil, 1867 - 1870.

Barboza, Ruy. Emancipação dos escravos. Parecer formulado pe-
lo Deputado Ruy Barboza como relator das Comissões Reunidas
de Orçamento e Justiça Civil. Câmara dos Deputados, Sessão de
4 de agosto de 1884, Projeto nº 48. Rio de Janeiro, Typ. Na-
cional, 1884.

Beiguelman, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: as-
pectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1966.

Bethell, Leslie. The abolition of the brazilian slave trade.
Cambridge, Cambridge at the Univ. Press, 1970.

Boxer, Charles R. The golden age of Brazil. Berkeley, Univ. of California Press, 1964.

Brasil. Recenseamento da população do Brazil a que se procedeu no dia primeiro de agosto de 1872; quadros estatísticos. Rio de Janeiro, 1872 - 1876. 23 v.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Códice 112; Documentos da família Werneck.

Códice 1122; Fazenda Imperial de Santa Cruz.

____ Seção de Inventários.

Congresso. Câmara dos Deputados. Elemento servil. Parecer e projeto de lei apresentados à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 16 de agosto de 1870 pela Comissão Especial nomeada pela mesma Câmara em 24 de maio de 1870. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870.

Conselho de Estado Pleno. Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brazil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

Departamento Nacional do Café. O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, 2 v.

____ Ministério da Fazenda. Economical data about Brazil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924.

____ Ministério dos Negócios do Império. Correspondência do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1856. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

Relatório, 1875.

Brasil. Relatório apresentado à assembléia geral legislativa na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Pedro João Velloso: Anexo J: Estatística. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883.

Diretoria Geral de Estatística. Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Correa e Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor geral interino, Dr. José Maria do Couto, em 30 de abril de 1875. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875.

Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia, em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1877.

Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leôncio de Carvalho Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Império, pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia, em 20 de novembro de 1878.

Ministério da Agricultura. Relatório, 1866, 1867, 1876, 1880, 1881, 1883, 1886, 1887 e 1888.

_____. Ministério da Fazenda. Relatório, 1869 - 1881, 1887, 1889.

- Brasil, Gerson. A escravidão no Império. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.
- Boescu, Mircea. 300 anos de inflação. Rio de Janeiro, APEC, 1973.
- Burlamaque, F. L. C. Monografia do cafezeiro e do café. Rio de Janeiro, M. L. Vianna, 1860.
- Calmon, Pedro. A abolição. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo, 4:127-46, maio 1938.
- Camargo, José Francisco de. Crescimento da população de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, Univ. de São Paulo, 1952. 3 v.
- Camargo, J. M. A. Guimarães de. The role of labor in the transition to capitalism: the case of the coffee plantations in São Paulo, Brazil (1880-1925). Cambridge, Mass., MIT, 1977. Tese.
- Cartas de libertação dos escravos: 1881 - 1887. In: Rio de Janeiro (cidade). Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Município do Rio de Janeiro. Códices 6-1 - 13/17; 6-1-41; 6-2-6; 6-2-8/9.
- Carvalho, Augusto de. O Brazil, colonização e emigração. 2 ed. Porto, Imprensa Portuguesa, 1876.
- Castro, F. A. Veiga de. Um fazendeiro do século passado. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo, 47: 35-44, jul./ago. 1944.

Castro, Hélio O. P. de. Viabilidade econômica da escravidão no Brasil, 1880 - 1888. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 27(1):43-67, jan./mar. 1973.

Coale, Ansley & Demeny, Paul. Regional model life tables and stable population. Princeton, Princeton Univ. Press, 1966.

Coes, Donald. Brazil. In: Lewis, William E., ed. Tropical development, 1880 - 1913. Evanston, Ill., Northwestern Univ. Press, 1970. p. 100-27.

Congresso Agrícola, 1878. Collecção de documentos. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878.

Conrad, Robert. The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888. Berkeley, The Univ. of California Press, 1972.

Correia, Antonio P., Fr. Da Corte à Fazenda de Santa Fé, Impressões de viagem. Rio de Janeiro, Typ. Universal de E. H. Laemmert, 1870.

Costa, Emilia Viotti da. Da escravidão ao trabalho livre. In: Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1976. p. 209-26.

Da senzala à colônia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

O escravo na grande lavoura. In: Hollanda, Sergio B. de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, t. 2 v. 3, p. 135-88.

Couty, Louis. Étude de biologie industrielle sur le café; rapport adressé à M. le Directeur de l'École Polytechnique. Rio de Janeiro, Imprensa do Messenger du Bresil, 1883.

Craton, Michael & Walvin, James. A Jamaican plantation: the history of worthy Park, 1670-1870. Toronto, Univ. of Toronto Press, 1970.

Cuba. Recenseamento da República de Cuba, 1919.

Curtin, Philip D. The Atlantic slave trade, a census. Madison, Univ. of Wisconsin Press, 1969.

Davis, David B. The problem of slavery in western culture. Ithaca, Cornell, Univ. Press, 1966.

Dean, Warren. The planter as an entrepreneur: the case of São Paulo. Hispanic American Historical Review, 46(2):138-52, may 1966.

Degler, Carl N. Neither black nor white. Slavery and race relations in Brazil and the United States. New York, The Macmillan, 1971.

Delfim Neto, Antonio. O problema do café no Brasil. São Paulo, São Paulo, USP, Fac. de Ciências Econômicas e Administrativas, 1959.

Engerman, Stanley L. Some considerations relating to property rights in man. Journal of Economic History, 33(1):43-65, Mar. 1973.

Estrada de Ferro Dom Pedro Segundo. Terceiro relatório apresentado pela directoria aos accionistas da Estrada de Ferro Dom Pedro Segundo em 31 de Janeiro de 1857, Rio de Janeiro, 1857.

Evans Jr., Robert. The economics of american negro slavery. In: Universities National Bureau Committee for economic research. Aspects of labor economics. Princeton, Princeton Univ. Press, 1962. p. 185-243.

Fazenda Bella Vista, Vassouras, Rio de Janeiro. Inventário de 13 de dezembro de 1886. In: Vassouras. Cartório do Primeiro Ofício, Rio de Janeiro. Inventário de fazendeiros de café.

Fazenda Imperial de Santa Cruz. In: Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código 1122.

Feinstein, C. H. Studies in the national income and expenditures of the United Kingdom. In: National income, expenditures and output of the United Kingdom, 1855-1965. Cambridge, Cambridge Univ. Press. v. 6. p. 258-369.

Fernandes, Florestan. Do escravo ao cidadão. In: Bastide, Roger & Fernandes, Florestan, ed. Branços e negros em São Paulo. 2. ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959. p. 1-76.

Fogel, Robert W. & Engerman, Stanley L. Time on the cross. Boston, Little, Brown, 1974. v. 1: The economics of American negro slavery. v. 2: Evidence and methods: a supplement.

Fogel, Robert W. & Engerman, Stanley L. The economics of slavery.
In: _____ The reinterpretation of American economic history.
New York, Harper & Row, 1971. p. 311-41.

Franceschini, Antonio. L'emigrazione italiana nell' America
del Sud, studi sulla espansione coloniale transatlantica.
Rome, 1908.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem es-
cravocrata. 2. ed. São Paulo, Ática, 1976.

Freyre, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 16 ed. Rio de Janei-
ro, José Olympio, 1973.

Furtado, Celso. Formação econômica do Brasil. 5. ed. Rio de
Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1963.

Genovese, Eugene D. The world the slaveholders made. New York,
Vintage Books, 1971.

Goldin, Claudia D. The economics of emancipation. Journal of
Economic History, 33(1):66-85, Mar. 1973.

Goulart, Maurício. Escravidão africana no Brasil. 3. ed., São
Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

Gouveia, Maurilio de. História da escravidão. Rio de Janeiro,
Gráfica Tupy, 1955.

Graham, Douglas H. & Holanda Filho, Sergio B. de. Migration,
regional and urban growth and development in Brazil: a selec-
tive analysis of the historical record, 1872-1970. São Paulo,

Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1971. v. 1.

Graham, Mary. Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822 and 1823. London, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1823.

Graham, Richard. Brazilian slavery reexamined: a review article. Journal of Social History, 3(4):431-53, Summer 1970.

Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914. Cambridge, Cambridge at the Univ. Press, 1968.

Causes for the abolition of negro slavery in Brazil: an interpretative essay. Hispanic American Historical Review, 46(2):123-7, 1966.

Gunderson, Gerald. The origin of the American Civil War. Journal of Economic History, 34(4):915-50, Dec. 1974.

Ianni, Otavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: Hollanda, Sérgio B. de. ed. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. t. 2. v. 3, p. 297-319.

Ice Jr., Orva Lee. British direct investments in Brazil up to 1901. Chicago, Univ. of Chicago, 1948. Tese.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Anuário estatístico do Brasil, 1939-1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1941.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. A composição da população segundo a cor, no conjunto do Brasil, nas regiões fisiográficas e nas Unidades da Federação. In: _____ Estudos de estatística teórica e aplicada. Rio de Janeiro, IBGE, 1950. p. 7-40. (Estatística Demográfica, 11).

A fecundidade da mulher segundo a cor, nas diversas Unidades da Federação: In: _____. Estudos de estatística teórica e aplicada. Rio de Janeiro, IBGE, 1952. p. 47-115. (Estatística Demográfica, 14).

Inventário de Antonio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, 14 de junho de 1873. In: Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Seção de Inventários.

Inventário de Bento Francisco da Cruz, 1882. In: Vassouras. Cartório do Primeiro Ofício, Rio de Janeiro. Inventários de fazendeiros de café, 1825-1886.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. Amostra de edições diárias, 1835-1888.

_____ Retrospecto commercial do Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1874-88.

Karasch, Mary. From proterage to proprietorship. In: Engerman, Stanley L. & Genovese, Eugene D. Race and slavery in the western hemisphere: quantitative studies. Princeton, Princeton Univ. Press, 1974. p. 369-93.

Klein, Herbert S. The colored freedman in brazilian slave society. Journal of Social History, 3(1):30-52, Fall 1966.

The internal slave trade in nineteenth century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1952. Hispanic American Historical Review, 51(4):567-85, Nov. 1971.

The portuguese slave trade from Angola in the eighteenth century. Journal of Economic History, 32(4):905, Dec. 1972.

The trade in african slaves to Rio de Janeiro, 1795-1811: estimates of mortality and patterns of voyages. Journal of African History, 10(4):533-49, 558, 1969.

O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830. Separata dos Anais de História, São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, (5):85-101, 1973.

Laerne, C. F. Van Delden. Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa, London, W.H.Alden, 1885.

Lamego, Alberto R. O homem e a serra. Rio de Janeiro, ed. da Divisão Cultural do IBGE, 1963.

Levy, Bárbara. A participação da população livre e escrava numa codificação sócio-profissional do Rio de Janeiro (1850-1870): alguns aspectos. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 6. Anais. São Paulo, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 1973. v. 1. Trabalho livre e trabalho escravo. p. 639-58.

- Lezê, M. R. Cultura e indústria do café do Brasil. Revista Agrícola do Instituto Fluminense de Agricultura, 22(3):13-26, set. 1891.
- Lima, Heitor F. Evolução da produção cafeeira no Brasil. Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia, 12(123): 384-408, nov./dez. 1954.
- Lobo, Eulália L. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930: resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 25(4):235-65, out./dez. 1971.
- Lock, C. G. Warnford. Coffee: its culture and commerce in all countries. London, E. F. N. Spon, 1888.
- London Stock Exchange. The stock exchange year-book. 1881, 1887 e 1890.
- Luna, Luiz. O negro na luta contra a escravidão. 2 ed. Rio de Janeiro, Cátedra, 1976.
- Lutz, Friedrich & Lutz, Vera. The theory of investment of the firm. Princeton, Princeton Univ. Press, 1951.
- Manchester, Allan K. British preeminence in Brazil, its rise and decline. Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1933.
- _____. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973.

- Martin, Percy A. Slavery and abolition in Brazil. Hispanic American Historical Review, 13(2):151-96, May 1933.
- Matos, Odilon N. de. Café e ferrovias. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
- Mello, Affonso T. B. de. O trabalho servil no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1936.
- Milliet, Sergio. Roteiro do café. In: _____. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, Coleção Departamento de Cultura; 1939. p. 7-70.
- Mitchell, B. R. & Deane, P. Abstract of british historical statistics. Cambridge, Cambridge at the Univ. Press, 1962.
- Moreira, Nicolau Joaquim. Breves considerações sobre a história e cultura do cafeeiro e consumo do seu produto. Rio de Janeiro, Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1872.
- Mortara, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil: análise dos erros existentes nas distribuições por idade da população do Brasil, baseados nos censos. Revista Brasileira de Estatística, 1(3):443-72, jul./set. 1940.

Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil: retificação da distribuição por idade da população natu-

ral do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870-1920. Revista Brasileira de Estatística, 2(5):39-89, jan./mar. 1941.

Mortara, Giorgio. Pesquisas demo-econômicas: o custo de produção de um homem adulto e sua variação em relação à mortalidade. Estudos Brasileiros de Demografia, 1(2):143, out. 1946.

Mulhall, Michael G. The english in South America. Buenos Ayres, Standard Office, 1878.

Otoni, Christiano B. A emancipação dos escravos: parecer. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança. 1871.

Padua, Ciro T. de. Um capítulo na história econômica do Brasil. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 11:135-90, jan./fev. 1945.

Pessoa Jr., Cyro D. R., Estudo descritivo das estradas de ferro do Brazil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

Phillips, Ulrich Bonnell. American negro slavery: a survey of the supply employment and control of negro labor as determined by the plantation regime. New York, D. Appleton, 1918.

_____ The economic cost of slaveholding in the cotton belt. Political Science Quarterly, 20:257-75, June 1905.

Porto Alegre, Paulo. Monografia do café: história, cultura e produção. Lisboa, Viúva Bertrand, 1879.

Prado, Eduardo da S. Immigration. In: Nery, Frederico J. de Santa-Anna. Le Brésil en 1889. Paris, C. Delagrave, 1889. p. 486-503.

Prado Jr., Caio. História econômica do Brasil. 8 ed. São Paulo, Brasiliense, 1962.

Pesquisas demo-econômicas. I. O custo de produção de um homem adulto e sua variação em relação à mortalidade. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1946. (Estudos Brasileiros de Demografia, 2).

Railways of South América, I - Empire of Brazil. The South American Journal and River Plate Mail, 11 de julho de 1885. p. 341.

Ramos, Augusto. O café no Brasil e no estrangeiro. Rio de Janeiro, 1923.

Rebello, José S. Memória sobre a cultura do cafeeiro. In: O auxiliador da indústria nacional. Rio de Janeiro, 1833.

Rio de Janeiro (cidade). Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Município do Rio de Janeiro. Códices 6-1-9, 6-1-23, 6-1-32, 6-2-11.

Códices 6-1-13/6-1-17, 1881-1887; cartas de libertação dos escravos.

Rio de Janeiro (estado). Relatório da Directoria de Fazenda da Província do Rio de Janeiro, 1871-1889.

Rio de Janeiro (estado). Relatório da Província do Rio de Janeiro, 1858, 1881, 1885, 1886, 1887.

Relatório apresentado ao Sr. vice-presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Manoel Martins Torres, pelo secretário das finanças, Joaquim Antunes de Figueiredo em Nictheroy, em 31 de julho de 1893. Rio de Janeiro, 1893.

Riviere, Emanuel W. Labour shortage in the british West Indies after emancipation. Journal of Caribbean History, 4:1-30, may 1972.

Rohan, Henrique de B. O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil. In: Congresso Agrícola, 1878. Colecção de documentos. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878. p. 242-52.

St. Angel, Frank. British investment in brazilian railroads, 1880-1913. Chicago, Univ. of Chicago, 1948. Tese.

Scott-Blacklaw, A. Slavery in Brazil. South American Journal and River Plate Mail, July, 6-20, 1882.

Simonsen, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. In: Congresso de história nacional, 3. Anais. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1941, v. 4. p. 211-304.

_____. História econômica do Brasil. 4 ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

Slenes, Robert W. The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888. s.l., Stanford University, 1975. Tese.

Smith, Thomas L. M. Brazil, people and institutions. Baton Rouge, Lousiana State Univ. Press, 1947.

Soares, Sebastião F. Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua aplicação a estatística commercial do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865. t. 2.

Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brazil. Rio de Janeiro, Typ. e Impressora de J. Villeneuve, 1860.

Soares, Ubaldo. A escravatura na misericórdia: subsídios. Rio de Janeiro, Sec. Gráf. da Fund. Romão de Matos Duarte, 1958.

The South American Journal and River Plate Mail, 1879-1889.

Souza, Paulino José Soares de. Ver Valete, pseud.

Spiegelman, Mertimer. Introduction to demography. Chicago, The Society of Actuaries, 1955. p. 54-6.

Stein, Stanley. Vassouras: A brazilian coffee county, 1850-1900. 2 ed. New York, Atheneum, 1970.

Taunay, Affonso d'Escragnole. História do café do Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943. 15 v.

Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil. Anais do Museu Paulista, 10:5-311, 1941.

Teuscher, Reinhold. Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café. Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853. Tese.

Toplin, Robert B. The abolition of slavery in Brazil. New York, Atheneum, 1975.

Valete, pseud. Carta aos fazendeiros e comerciantes fluminenses sobre o elemento servil, ou refutação do parecer do Sr. Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni acerca do mesmo assumpto por um conservador. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871.

Vassouras. Cartório do Primeiro Ofício. Inventários de fazendeiros de café, 1825-1886.

Vianna, F. J. de Oliveira. O povo brasileiro e sua evolução. In: Brasil. Recenseamento do Brazil, 1920. introdução. Rio de Janeiro, 1922. v. 1, p. 279-400.

Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brazil. In: Brasil. Recenseamento do Brazil, 1920; introdução. Rio de Janeiro, 1922. v. 1. p. 401-486.

Walsh, Joseph M. Coffee: its history, classification and description. Philadelphia, J. M. Walsh, 1894.

Weinschenck, Guilherme B. Cultura do café e sua preparação. Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 14:34-6, dez. 1872.

Werneck, Família. Documentos... 1840-1882; inventário da Fazenda da Conceição, 1882. In: Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código 112.

_____; inventário da Fazenda Oriente, 1882. In: Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código 112.

Werneck, L. P. de Lacerda. Estudos sobre o crédito rural e hypothecário, seguidos de Leis, Estatutos e outros Documentos. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1857.

Wileman, J. P. Brazilian year book, 1908. Rio de Janeiro, The Offices of the Brazilian Year Book, 1908, v. 1, p. 629. Os dados foram transformados de ano comercial para ano calendário.

Brazilian year book, I and II. Rio de Janeiro, The Offices of the Brazilian Year Book, 1908 and 1909.

Wood, Peter H. More like a negro country: demographic patterns in colonial South Carolina, 1700-1740. In: Engerman, Stanley L. & Genovese, E. D. Race and slavery in the western hemisphere: quantitative studies. Princeton, Princeton Univ. Press, 1974. p. 131-72.

Yasuba, Yasukichi. The profitability and viability of plantation slavery in the United States. Economic Studies Quarterly, 12: 60-7, Sept. 1961.

SÉRIE FAC-SÍMILE

- F. 1 - INFLAÇÃO E BALANÇO DE PAGAMENTOS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OPÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Andrê L. Resende e Francisco L. Lopes.* 86 p.
- F. 2 - INFLAÇÃO E NÍVEL DE ATIVIDADE NO BRASIL. *Francisco L. Lopes.* 98 p.
- F. 3 - ABERTURA FINANCEIRA AO EXTERIOR: PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS. *Edmar Lisboa Bacha.* 142 p.
- F. 4 - AS CAUSAS DA DIFUSÃO DA POSSE DOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO BRASIL. *João L. M. Saboia.* 148 p.
- F. 5 - ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA. *Jorge Vianna Monteiro.* 76 p.
- F. 6 - ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UM ESTUDO SOBRE A MAGNITUDE E O PERFIL DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL NO PERÍODO 1873-1932. *Elisa Maria da C. Pereira Reis.* 46 p.
- F. 7 - URBANIZAÇÃO E CUSTOS NUMA ECONOMIA EM DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MINAS GERAIS. *Afrânio Alves de Andrade e Roberto Luiz de Melo Monte-Mór.* 112 p.
- F. 8 - ENERGIA E ECONOMIA: UM MODELO INTEGRADO. *Eduardo Marco Modiano.* 226 p.
- F. 9 - SALÁRIOS E EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1970/1976. *Paulo Eduardo de Andrade Baltar e Paulo Renato Costa Souza.* 198 p.
- F.10 - DESEQUILÍBRIO EXTERNO E REORIENTAÇÃO DO CRESCIMENTO E DOS INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE MULTISSETORIAL DAS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA. *Rogério L. Furquim Werneck.* 130 p.
- F.11 - DEMANDA DE FATORES E OFERTAS DE PRODUTOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA SUBSÍDIOS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS. *José Carlos de Souza Santos.* 112 p.
- F.12 - POTENCIAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MANUFATURADOS. *Maurício Barata de Paula Pinto.* 46 p.
- F.13 - ESTRUTURAS INTRA-URBANAS E SEGREGAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DA CIDADE NA TEORIA ECONÔMICA. *Martim Oscar Smolka.* 353 p.
- F.14 - SALÁRIOS MÉDIOS E SALÁRIOS INDIVIDUAIS NO SETOR INDUSTRIAL: UM ESTUDO DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE FIRMAS E ENTRE INDIVÍDUOS. *Raul José Ekerman e Uriel de Magalhães.* 106 p.
- F.15 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL: FIXAÇÃO, VALOR REAL E DIFERENCIAÇÃO REGIONAL. *João L. M. Saboia.* 106 p.
- F.16 - A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO NAS FAZENDAS DE CAFÉ DE VASSOURAS E CAMPINAS: 1850-1888. *Pedro Carvalho de Mello.* 2 volumes, 416 p.

A coleção completa das publicações do PNPE pode ser encontrada em quaisquer dos centros de pós-graduação filiados à ANPEC nos seguintes endereços:

1. Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN)
Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2700
60000 - Fortaleza - CE
2. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)
Universidade Federal de Minas Gerais
Rua Curitiba, 832 - 9º andar
30000 - Belo Horizonte - MG
3. Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE)
Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária, Caixa Postal 6110
13100 - Campinas - SP
4. Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE)
Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190
22253 - Rio de Janeiro - RJ
5. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE)
Faculdade de Ciências Econômicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. João Pessoa, 31
90000 - Porto Alegre - RS
6. Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE)
Faculdade de Economia e Administração
Universidade de São Paulo
Cidade Universitária - Caixa Postal 11474
01000 - São Paulo - SP
7. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
Universidade Federal do Pará
Campus Universitário - Guamã
66000 - Belém - PA
8. Curso de Mestrado em Economia (CME/PIMES)
Universidade Federal de Pernambuco
Cidade Universitária
50000 - Recife - PE
9. Departamento de Economia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
22453 - Rio de Janeiro - RJ
10. Curso de Mestrado em Economia
Faculdade de Ciências Econômicas
Universidade Federal da Bahia
Praça 13 de Maio, 6 - 5º andar - Piedade
40000 - Salvador - BA
11. Departamento de Economia
Universidade de Brasília
Campus Universitário
70910 - Brasília - DF
12. Instituto de Economia Industrial (IEI)
Faculdade de Economia e Administração
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Pasteur, 250 - Urca - Caixa Postal 56028
22290 - Rio de Janeiro - RJ

Endereço para correspondência: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE
INPES/IPLEA
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 16º andar
20020 - Rio de Janeiro - RJ

